



## RELATÓRIO

# Novo Aeroporto Internacional de Cabinda (Projeto NAIC) - Angola

*Avaliação de Impacto Ambiental e Social - Capítulo 07 - Condições da Situação de Referência, Ambiente Socioeconómico*

Submetido à:

**ASGC**

Level 3, Building 7, Bay Square, Business Bay  
Dubai, United Arab Emirates

Submetido por:

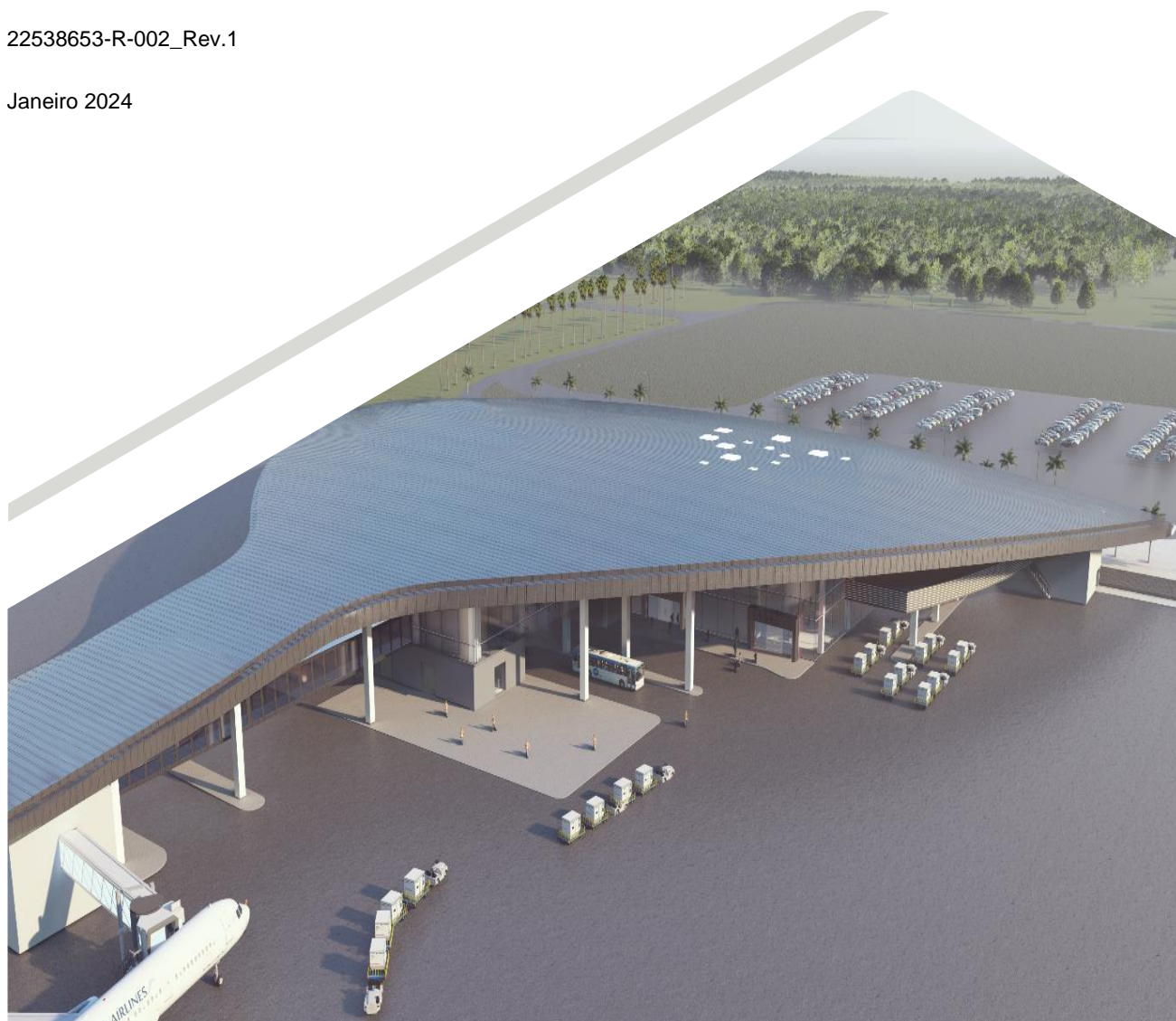
**WSP ITALIA srl**

Via Banfo, 43 – 10155 Turim - ITÁLIA

+39 011 234411

22538653-R-002\_Rev.1

Janeiro 2024



# Lista de Distribuição

WSP Italia

ASGC

UKEF

Standard Chartered

# Índice

<b>7.0</b>	<b>CONDIÇÕES DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - AMBIENTE SOCIOECONÓMICO.....</b>	<b>1</b>
7.1	Metodologia.....	1
7.1.1	Identificação da área de influência .....	1
7.1.2	Definição dos receptores e identificação da sensibilidade .....	2
7.1.3	Identificação da área de estudo.....	2
7.1.4	Fontes secundárias de informação.....	3
7.1.5	Fontes primárias de informação .....	3
7.1.6	Recolha de dados sobre o património cultural .....	5
7.2	População e demografia .....	5
7.2.1	Administração e governação .....	5
7.2.1.1	Município de Cabinda .....	6
7.2.1.2	Quadro político e institucional de Malembo.....	7
7.2.1.2.1	Sassa Zau.....	8
7.2.1.2.2	Bissassanha .....	9
7.2.1.2.3	Tchifimbo .....	9
7.2.1.2.4	Lelo .....	10
7.2.1.2.5	Chele .....	10
7.2.1.3	Fútila .....	11
7.2.2	População e demografia .....	12
7.2.3	Grupos vulneráveis.....	13
7.3	Utilização do solo .....	15
7.3.1	Utilização do solo na área de influência .....	15
7.3.2	Utilização do solo na área do local do projeto.....	16
7.4	Economia e emprego .....	16
7.4.1	Economia angolana .....	16
7.4.1.1	Índice nacional de preços no consumidor (IPCN) .....	17
7.4.1.2	Mercado de trabalho .....	18
7.4.1.3	Produto Interno Bruto (PIB) .....	19
7.4.2	Economia na área de Influência .....	21
7.4.2.1	Agricultura.....	22

7.4.2.2	Reprodução .....	23
7.4.2.3	Outros sectores económicos .....	23
7.4.3	Emprego, rendimentos e despesas .....	24
7.4.3.1	Dados nacionais .....	24
7.4.3.2	Província de Cabinda .....	25
7.5	Educação .....	26
7.5.1	Educação em Angola .....	26
7.5.2	Estabelecimentos de ensino em Cabinda .....	29
7.5.3	Estabelecimentos de ensino no sítio Comuna de Malembo.....	29
7.6	Saúde, segurança e proteção da comunidade .....	30
7.6.1	Panorama do sistema de saúde de Angola.....	30
7.6.2	Instalações de cuidados de saúde e dados epidemiológicos na área da pesquisa.....	31
7.6.3	Segurança e proteção.....	32
7.7	Mobilidade e infraestruturas.....	33
7.7.1	Habitação.....	33
7.7.2	Rede de abastecimento de água.....	34
7.7.3	Rede de fornecimento de energia .....	36
7.7.4	Saneamento básico .....	36
7.7.5	Mobilidade.....	38
7.7.5.1	Mobilidade terrestre .....	38
7.7.5.1.1	Pesquisa de monitorização do tráfego rodoviário .....	39
7.7.5.2	Mobilidade marítima .....	48
7.7.5.3	“Aeroporto de Cabinda” Existente .....	48
7.8	Direitos Humanos.....	49
7.9	Património cultural .....	51
7.9.1	Património cultural tangível .....	51
7.9.2	Património cultural intangível.....	58
7.10	Qualidade paisagística e visual .....	60
7.10.1	Unidades de paisagem .....	60
7.10.2	Qualidade e fragilidade da paisagem .....	64
7.11	Serviços ecossistémicos .....	67
7.11.1	Pesca .....	67

7.11.2	Caça.....	68
7.11.3	Utilização dos recursos naturais.....	68
7.12	Instalações na área da pesquisa .....	68
7.12.1	Proteção civil responsável pelos bombeiros. ....	69
7.12.2	Secretário Provincial responsável pela Educação .....	69
7.12.3	Serviço de Emigração e Estrangeiro .....	69
7.12.4	Secretaria Provincial da Cultura .....	70
7.12.5	Secretaria Provincial da Saúde .....	70
7.12.6	Secretaria Provincial do Ambiente.....	71
7.12.7	Secretaria Provincial do Comércio Externo .....	71
7.12.8	Secretaria Provincial das Obras Públicas.....	71
7.12.9	Secretaria Provincial dos Transportes.....	72
7.12.10	Direção Provincial da Pesca Artesanal.....	72
7.12.11	Direção Provincial da Indústria .....	73
7.12.12	Comando Provincial da Polícia.....	73
7.12.13	Administração comunal de Malembo.....	73
7.12.14	Petromar (privado) .....	74
7.12.15	ChampionX (privado) .....	74
7.12.16	ES&S Industrial Village (privado).....	75
7.13	Bibliografia e Citografia .....	75

## FIGURAS

Figura 1: Aldeias e cidades da área de influência.....	1
Figura 2: Localização das comunidades consideradas para a pesquisa na área do Projeto. ....	3
Figura 3: Localização da província de Cabinda e municípios. ....	6
Figura 4: Mapa administrativo do município de Cabinda (Perfil municipal de Cabinda, 2007).....	7
Figura 5: Administração da comuna de Malembo no momento da reunião de divulgação do projeto, 2023. ....	8
Figura 6: Escola Primária de Bissassanha.....	9
Figura 7: Distribuição da população residente por município na província de Cabinda (INE, 2016 adaptado).13	
Figura 8: Inflação mensal e contribuição por classe de despesa, 2022. ....	17
Figura 9: Inflação mensal e contribuição por classe de despesa, 2022. ....	17
Figura 10: Variação das despesas por classes, 2022.....	18

Figura 11: Taxa de desemprego e variação do PIB .....	19
Figura 12: Empresas situadas na comuna de Malembo. ....	22
Figura 13: Tipos de parcelas agrícolas em Malembo. ....	23
Figura 14: Criação de animais na comunidade. ....	23
Figura 15: Taxa de emprego por género (INE, 2017). ....	24
Figura 16: População empregada por atividade principal (INE, 2017). ....	24
Figura 17: Taxa de emprego por género e área de residência (INE, 2017). ....	25
Figura 18: Percentagens de escolaridade por género (INE – IIMS – 2017). ....	27
Figura 19: Exemplo de infraestruturas escolares na comuna de Malembo - Escola Primária de Tchifimbo. ....	30
Figura 20: Exemplo de unidades médicas em Malembo - Posto médico. ....	32
Figura 21: Tipos de casas de adobe na comuna ....	33
Figura 22: Agregados familiares com fontes de água potável em Cabinda (INE, 2016). ....	34
Figura 23: Fontes de abastecimento de água para consumo dos agregados familiares em Angola (INE, 2016, adaptado (INE, 2016, adaptado). ....	35
Figura 24: Fontes de abastecimento de água na comuna de Malembo. ....	35
Figura 25: Distribuição da rede de eletrificação a nível nacional. ....	36
Figura 26: Instalações sanitárias adequadas e inadequadas a nível nacional (IMMS, 2016, adaptado). ....	37
Figura 27: Saneamento básico a nível nacional (adaptado, INE, 2016). ....	37
Figura 28: Tipo de instalações sanitárias na comuna de Malembo. ....	38
Figura 29: Estrada de acesso à comuna de Malembo. ....	39
Figura 30: Estradas principais na província de Cabinda e localização do Projeto. ....	40
Figura 31 : Pontos de contagem de tráfego. ....	42
Figura 32: Inquiridor durante as contagens de tráfego. ....	44
Figura 33 : Resultados de campo - Ponto 1 - EN100 em Malembo. ....	44
Figura 34 : Resultados de campo - Ponto 2 - EN100 no cruzamento com a EN202. ....	45
Figura 35 : Resultados de campo - Ponto 3 - EN202 No cruzamento com EN100. ....	45
Figura 36 : Resultados de campo - Ponto 4 - EN202 em Bissassanha. ....	46
Figura 37 : Tráfego rodoviário médio horário ao longo do dia. ....	46
Figura 38 : Estimativa do tráfego médio diário ao longo da semana. ....	47
Figura 39: Sítio cultural de Mbanza Congo. ....	51
Figura 40: Classificação dos sítios do património catalogados na região do projeto ....	53
Figura 41: Cemitério de Futila. Fonte: Saioz Ltd. ....	54
Figura 42: Igreja de Futila. Fonte: Saioz Ltd. ....	55
Figura 43: A localização aproximada do local de rituais sagrados chamado Savulu Bukissi, junto à Base Militar, está indicada por uma seta vermelha. As localizações aproximadas do Cemitério do Futila e da Igreja Católica do Futila são indicadas por duas setas amarelas. Fonte: Saioz Ltd. ....	56

Figura 44: Ampliação da área dos rituais sagrados de Savulu Bissiki. Fonte: Saioz .....	56
Figura 45: Igreja Evangélica de Malembo e Cemitério de Malembo. Fonte: Saioz Ltd .....	57
Figura 46: Igreja Católica de Malembo. Fonte: Saioz Ltd. ....	57
Figura 47: Localização aproximada do Cemitério de Malembo e da Igreja Católica e Evangélica de Malembo, que são indicadas por três setas amarelas. Fonte: Saioz Ltd .....	58
Figura 48: Tipos de línguas faladas a nível nacional (INE, 2016). ....	59
Figura 49: Ecoregiões na Província de Cabinda (Fonte: adaptado de MINUA, 2006). ....	60
Figura 50: Unidades locais homogêneas de paisagem consideradas .....	62
Figura 51: Unidade 1 - floresta .....	62
Figura 52: Unidade 2 – Recursos Hídricos - Rio Chiloango.....	63
Figura 53: Unidade 3 - Zonas urbanas de baixa densidade .....	63
Figura 54: Unidade 5 - Áreas verdes.....	63
Figura 55: Unidade 6 - Parcelas industriais.....	63
Figura 56: Gazelas à venda no mercado informal local. ....	68
Figura 57: Serviço de proteção e bombeiro. ....	69
Figura 58: Delegação da Educação. ....	69
Figura 59: Emigração e Estrangeiro.....	70
Figura 60: Secretaria Provincial da Cultura.....	70
Figura 61: Secretaria da Saúde.....	70
Figura 62: Secretaria do Ambiente.....	71
Figura 63: Secretaria de Comércio.....	71
Figura 64: Secretaria das Obras Públicas.....	72
Figura 65: Secretaria dos Transportes.....	72
Figura 66: Direção da pesca artesanal.....	72
Figura 67: Direção da Indústria. ....	73
Figura 68: Comando da polícia. ....	73
Figura 69: Comuna de Malembo. ....	74
Figura 70: Petromar.....	74
Figura 71: Championx. ....	75
Figura 72: ES&S .....	75



## 7.0 CONDIÇÕES DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - AMBIENTE SOCIOECONÓMICO

### 7.1 Metodologia

#### 7.1.1 Identificação da área de influência

Como já foi discutido no Capítulo 2, a Área de Influência do Projeto (AdI) foi definida tendo em consideração a definição fornecida pelos IFC PSs. Do ponto de vista socioeconómico, considera-se um raio de 10 quilómetros a partir da área da área de implementação do Projeto (limites). No contexto das componentes sociais, a AdI do Projeto é definida com base nas divisões administrativas do território de Angola. A AdI inclui, portanto, o seguinte:

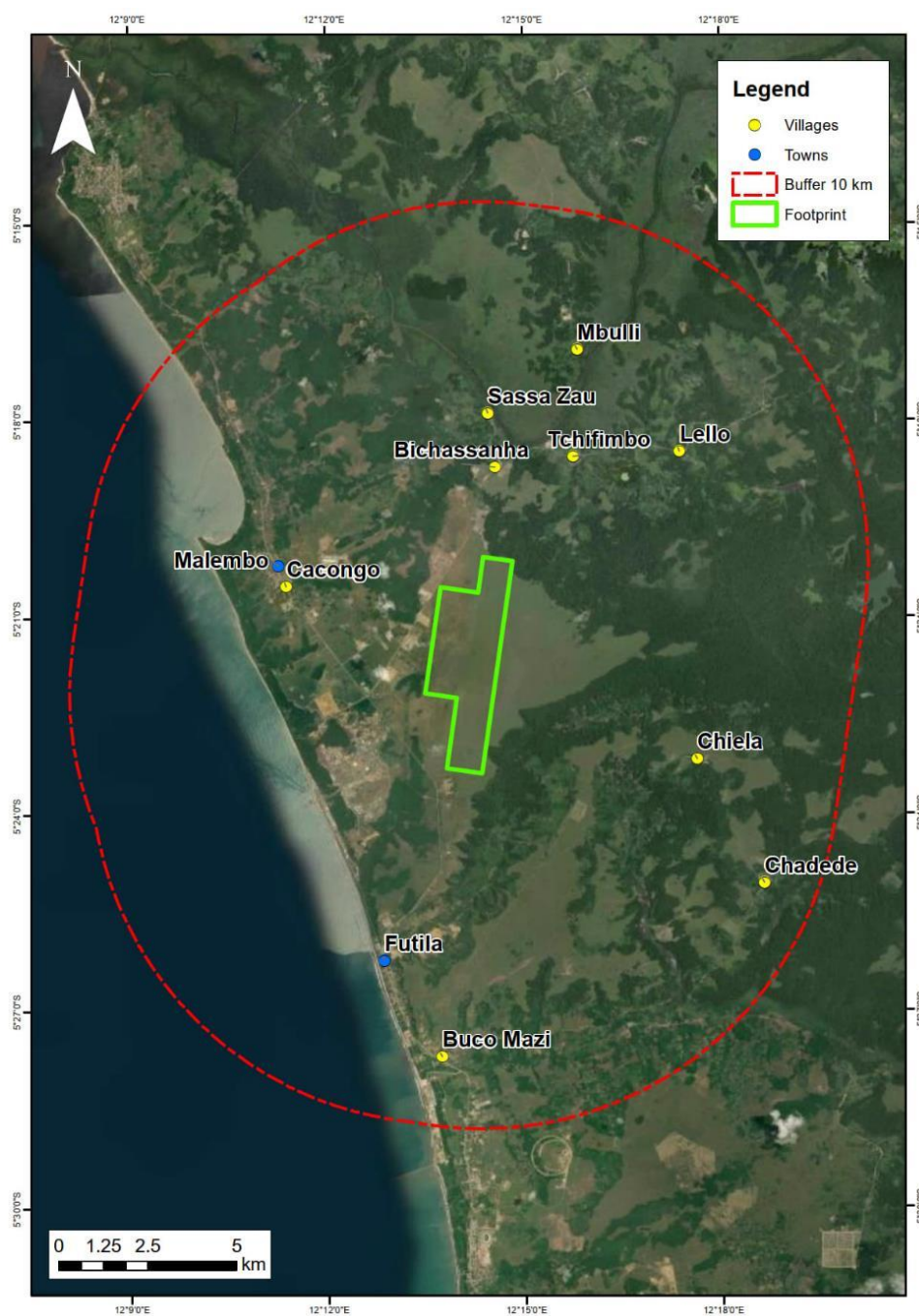


Figura 1: Aldeias e cidades da área de influência.



- No Norte, as aldeias de Mbuli, Sassa Zau, Bissassanha, Tchifimbo e Lello;
- A oeste, a aldeia de Cacongo e a cidade de Malembo;
- A sudeste, as aldeias de Chele e Chadede; e
- A sul, a cidade de Futila e a aldeia de Buco Mazi, na costa marítima.
- A Adl do projeto e a localização das cidades e aldeias são apresentadas na figura abaixo.

A descrição da situação de referência da componente inclui os projectos ou actividades existentes cujos impactos podem criar um efeito cumulativo com o projeto. Os projectos futuros que possam gerar impactos cumulativos não estão incluídos neste cenário de referência e são descritos separadamente na secção de avaliação de impactos cumulativos (ver Capítulo 12).

### 7.1.2 Definição dos receptores e identificação da sensibilidade

Os receptores sociais são definidos como indivíduos e grupos que podem ser potencialmente afectados pelo projeto. Os principais receptores seguintes foram considerados na AIAS:

- **Pessoas que vivem no interior da área de influência (Adl)** (comunidades das aldeias acima referidas);
- **Pessoas que trabalham no âmbito da Adl** (pessoas que trabalham no Complexo de Desenvolvimento Industrial de Futila);
- **Pessoas que trabalham no aeroporto** identificadas como:
  - **Passageiros de voo:** pessoas que chegam ou partem do aeroporto e que terão de passar algum tempo fora e dentro das instalações do aeroporto,
  - **Tripulações de voo:** pessoas que fazem parte das tripulações das companhias aéreas que chegam e partem do aeroporto,
  - **Motoristas públicos e privados:** pessoas que prestam serviços privados ou públicos de recolha/entrega no aeroporto (motoristas de autocarros, monovolumes, automóveis particulares, camiões de combustível, etc).

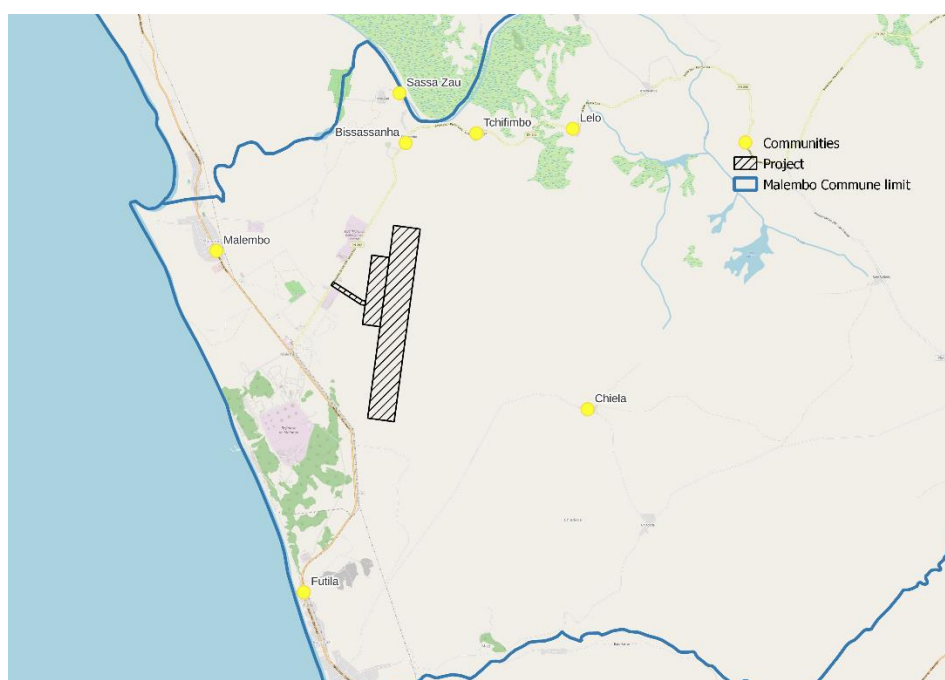
A descrição do estado de referência dos receptores está organizada de acordo com as componentes, que são as principais características socioeconómicas que permitem definir o perfil dos receptores na Adl (Área de influência). As secções seguintes descrevem cada componente com base na informação secundária e primária que foi especificamente recolhida para este projeto, conforme indicado nas secções seguintes.

A sensibilidade é normalmente avaliada com base na presença/ausência de algumas características que definem o atual grau de suscetibilidade a alterações do componente.

### 7.1.3 Identificação da área de estudo

As atividades de campo foram realizadas numa seleção de aldeias e vilas dentro da Adl do Projeto, identificadas como a área de pesquisa: no município de Cabinda, na comuna de Malembo, nos bairros de Bissassanha, Lelo, Sassa Zau, Tchifimbo, Chele, Malembo e Futila.

As aldeias e cidades incluídas na área da pesquisa são apresentadas na figura abaixo.



**Figura 2: Localização das comunidades consideradas para a pesquisa na área do Projeto.**

#### **7.1.4 Fontes secundárias de informação**

Foram utilizadas fontes secundárias de informação para a descrição das condições de referência; as fontes incluem estatísticas do Instituto Nacional de Estatística de Angola, os resultados do censo populacional de 2014 e a Pesquisa de Indicadores Múltiplos de Saúde (IIMS) em Angola 2015-2016.

Com base na disponibilidade, as informações secundárias mais actualizadas e pormenorizadas foram recuperadas e utilizadas em todo o documento.

#### **7.1.5 Fontes primárias de informação**

A pesquisa socioeconómica de campo foi realizado na área do estudo entre 24 de março e 10 de abril, 2023. O trabalho de recolha de dados e de consulta das partes interessadas do projeto consistiu nas seguintes actividades:

- Consulta e participação das partes interessadas;
- Entrevistas com informadores-chave;
- Discussões em grupos de discussão;
- Inquéritos aos agregados familiares e aos líderes comunitários;
- Recolha de dados socioeconómicos;
- Contribuições e sugestões.

#### Consulta e envolvimento das partes interessadas

As actividades de consulta e envolvimento das partes interessadas tiveram início a 24 de março, onde foram contactadas diversas entidades públicas e empresas privadas, definidas no plano de envolvimento, através da entrega de ofícios e de breves reuniões de divulgação do Projeto.

As entidades governamentais e as empresas privadas consultadas foram as seguintes:

- Secretaria Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia;
- Secretaria Provincial da Agricultura e Pescas;
- Secretaria Provincial dos Serviços de Migração e Estrangeiros;
- Secretaria Provincial da Indústria, Recursos Minerais e Petróleo;
- Secretaria Provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo;
- Secretaria Provincial dos Transportes, Trânsito e Mobilidade Urbana;
- Secretaria Provincial das Obras Públicas Urbanismo e Construção;
- Secretaria Provincial do Ambiente, Gestão dos Recursos Sólidos e Serviços Comunitários;
- Secretaria Provincial das Obras Públicas, Urbanismo e Construção;
- Secretaria Provincial da Saúde;
- Secretaria Provincial da Energia e da Água;
- Secretaria Provincial da Cultura;
- Instituto da Pesca Artesanal;
- Comando Provincial da Polícia de Cabinda;
- Empresa PETROMAR (privada);
- Companhia CHAMPION X (privado);
- Companhia Base MALONGO (particular).

No âmbito das consultas, foram também incluídas na lista de consulta as seguintes entidades locais:

- Administração das comunas de Futila, Malembo, Bissassanha, Sassazau, Tchifimbo, Lelo e Chele (Xchele);
- Comunidade (famílias) de Bissassanha, Tchifimbo, Lelo, Sassa Zau, Tchele, Malembo e Futila.

As contribuições foram recolhidas em questionários específicos e as informações foram utilizadas, sempre que aplicável, na atual situação de referência.

Foi também desenvolvida uma reunião central com os seguintes grupos-alvo, para apresentar o projeto, obter informações sobre preocupações e expectativas e também para permitir uma troca de ideias. Os diferentes grupos foram categorizados em:

- *Sobas*<sup>1</sup> e outros líderes tradicionais;
- Representantes das mulheres;
- Representantes dos agricultores;

---

<sup>1</sup> Em todas as províncias de Angola, o título "Soba" é atribuído aos líderes tradicionais da comunidade para fornecer orientação e liderança local na resolução de questões sociais e físicas da comunidade

- Representantes dos pescadores.

Foram organizadas e realizadas reuniões para apresentar o projeto e recolher os resultados da população local em cada comunidade considerada na área da pesquisa.

Após a apresentação em cada comunidade, foi selecionado um grupo de líderes locais e agregados familiares, que foram entrevistados utilizando os questionários estabelecidos, para recolher informações da comunidade.

Foram realizados 20 inquéritos em cada uma das 7 comunidades inquiridas (Malembo, Chele, Bissassanha, Tchifimbo, Futila, Sassa Zau e Lelo), nomeadamente 10 inquéritos centrados nos agregados familiares e 10 inquéritos centrados nos líderes locais (sobas, idosos, regentes, assistentes, etc.).

### 7.1.6 Recolha de dados sobre o património cultural

A situação de referência do património cultural foi desenvolvida através de uma análise de dados primários e secundários.

#### Recolha de dados secundários

Os dados secundários foram analisados para obter informações relativas aos recursos do património cultural na área de influência do projeto. Isto inclui a análise das leis e decretos do património cultural, a lista do património histórico e cultural nacional do Instituto Nacional do Património Cultural (INPC) e o Sistema de Informação do Património Arquitetónico Português (SIPA).

#### Recolha de dados primários

Durante a pesquisa de campo, foram realizados questionários e visitas de campo relativos ao património cultural, no âmbito da recolha de dados socioeconómicos.

Os principais objectivos dos estudos de campo foram os seguintes:

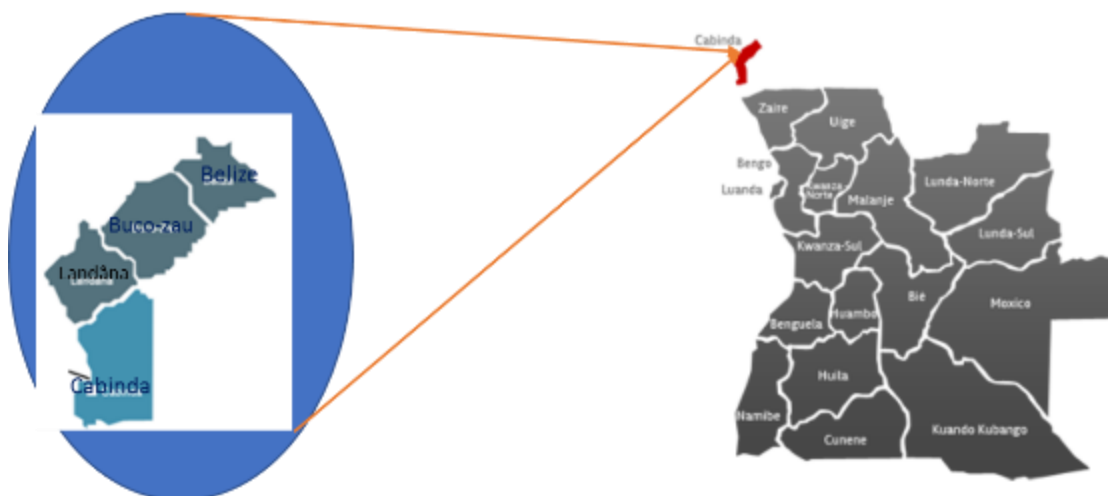
- Realizar questionários com as autoridades e as comunidades locais para identificar elementos do património cultural material e imaterial;
- Tirar fotografias de sítios do património cultural.

## 7.2 População e demografia

### 7.2.1 Administração e governação

A cidade de Cabinda foi constituída como povoação em 1883. A sua localização junto à baía do Oceano Atlântico e, mais tarde, a criação do porto na zona, foram factores essenciais para o crescimento e desenvolvimento da área. Cabinda tornou-se cidade em 1956 e teve um grande desenvolvimento urbano nos anos 60 e primeira metade dos anos 70. Entre 1975 e 1985, registou-se um crescimento significativo da população na sede, levando ao crescimento de uma zona urbana e ao surgimento de uma zona periurbana.

A Província de Cabinda está separada do resto de Angola por uma estreita faixa de território pertencente à República Democrática do Congo, que faz fronteira com a província a sul e a leste. A Província de Cabinda cobre uma área de 7.283 km<sup>2</sup>, é limitada a Norte e a Nordeste pela República do Congo, a Leste e a Sul pela República Democrática do Congo e a Oeste pelo Oceano Atlântico (200 km de costa). A província é administrada por quatro municípios: Cabinda, Landana ou Cacongo, Bucu-Zau e Belize, como se observa na figura seguinte:



**Figura 3: Localização da província de Cabinda e municípios.**

A província de Cabinda é constituída por quatro (4) municípios, 12 comunas e 45 bairros nas zonas urbanas e 381 aldeias nas zonas rurais. O município de Cabinda é constituído pelas comunas de Cabinda, Malembo e Tando Zinze.

#### Divisão administrativa dos municípios:

Província de Cabinda	
Municípios	Comunas
Cabinda	Cabinda Malembo Tando Zinze
Malembo	Cacocongo Dinge Massabi
Tando Zinze	Buco Zau Necuto Inhuca.
Cacongo	Miconje Belize Luali

#### 7.2.1.1 Município de Cabinda

O Município de Cabinda está dividido administrativamente em três comunas, Cabinda Sede, Tando Zinze e Malembo, e a sua sede administrativa é a própria cidade de Cabinda.

O aparelho administrativo é composto por um Governador Provincial, um Vice-Governador e Secretários Provinciais.

O município de Cabinda tem um número significativo de instituições e grupos sociais, principalmente instituições religiosas e organizações juvenis, e várias ONG. Estas colaboram com o governo em matéria de serviços sociais e de saúde pública. A nível comunitário, existem organizações gerais de moradores,

associações de pescadores e grupos informais. A colaboração entre o sector privado e o governo também está presente e centra-se nas questões sociais.



Figura 4: Mapa administrativo do município de Cabinda (Perfil municipal de Cabinda, 2007).

### 7.2.1.2 Quadro político e institucional de Malembo

A comuna de Malembo está dividida nos seguintes bairros Sassa Zau, Tchifimbo, sede de Malembo, Malongo, Lello, Buli, Bissassanha, Tando Cungu, Chumuanda, Cinto Butianga, Panis e Roca Mavinha. Está organizada administrativamente numa administração comunal, numa Regedoria, em Sobados, em aldeias e em zonas.

A comuna de Malembo é composta por uma administração comunal que trabalha em colaboração com a administração provincial do município de Cabinda.



A autoridade tradicional é a autoridade máxima ao nível da "Regedoria". Por um lado, a autoridade tem desempenhado um papel importante na condução da comunidade no fórum tradicional, resolvendo questões e pequenos litígios que não envolvem crimes violentos; estas reivindicações são de facto encaminhadas para a administração comunal ou para a polícia. Por outro lado, serve de elo de ligação entre as aldeias e a administração estatal ao nível da comuna.

Uma "Regedoria" subdivide-se em "Sobados". Cada "sobado" tem sob a sua jurisdição um grupo de aldeias. Cada aldeia tem um chefe/coordenador. Para apoiar as decisões que afectam a comunidade e que ultrapassam as actividades correntes dos sobas, a regedoria tem um conselho consultivo constituído por funcionários administrativos, sobas, anciãos/conselheiros e advogados tradicionais.



**Figura 5: Administração da comuna de Malembo no momento da reunião de divulgação do projeto, 2023.**

#### **7.2.1.2.1 Sassa Zau**

A aldeia de Sassa Zau, fundada em 1945, regista um aumento da população, com cerca de 159 habitantes. O seu nome tem origem num acontecimento histórico, nomeadamente a caça ao elefante da era colonial. O cristianismo é a religião predominante e o chefe é eleito democraticamente através de um processo de votação formal, mantendo uma relação positiva com a comunidade. A aldeia debate-se com problemas sociais, incluindo a falta de pessoal sanitário, de serviços de ambulância, de eletricidade e de ligação às redes telefónicas. A esquadra da polícia está situada em Sassa Zau. As infraestruturas da aldeia incluem um centro de saúde, chamado Sassa Zau, e uma escola. Os desafios identificados incluem a falta de equipamento e de pessoal nestas instalações. A comunidade gere o acesso à água do rio Chinhago. São utilizados painéis solares para a produção de eletricidade e os transportes são feitos principalmente por carros e motociclos, devido à escassez de transportes públicos. Os residentes utilizam plantas herbáceas como "Nvanzi, Nkanzo e Mkumbi" para consumo. Não foi identificado nenhum folclore local relacionado com primatas ou grandes símios. A caça, particularmente com cães, é comum, visando animais como veados e ratos pica-paus. O chefe da aldeia prevê que o projeto traga oportunidades de emprego para os jovens, promova o desenvolvimento da hotelaria e do turismo e conduza à criação de infraestruturas sociais adicionais.



### 7.2.1.2.2 Bissassanha

O nome da aldeia "Bissassanha" deriva de uma árvore chamada "sanha", que serve para fazer carvão e lenha. A aldeia não tem limites específicos identificados, e foi fundada a 14 de agosto de 1930, por Carlos Franque, falecido em 1978.

Bissassanha tem uma população estimada em 135 habitantes, sendo os principais grupos étnicos os Bawoio e os Bassunai. A religião predominante na aldeia é o cristianismo. A população registou um aumento nos últimos cinco anos, principalmente devido ao crescimento natural. O chefe ou líder local é escolhido através de votação formal na aldeia e Nsimba Sérgio está no cargo há quatro anos. A tomada de decisões envolve a participação dos mais velhos, e existe ajuda mútua e harmonia entre os líderes das aldeias vizinhas. A aldeia não enfrenta preocupações relativamente ao acesso à terra e não existe um posto de polícia identificado na aldeia. No entanto, existe uma esquadra de polícia perto da administração de Malembo. As infraestruturas de saúde incluem um centro de saúde próximo, e os residentes utilizam várias plantas locais para fins medicinais, várias folhas e raízes para várias curas, como dores de cabeça, febre e outras.



**Figura 6: Escola Primária de Bissassanha.**

As fontes de água são geridas pela comunidade. A infraestrutura educativa é constituída por uma escola primária pública com 350 alunos, sendo os principais problemas a falta de pessoal e de equipamento. Bissassanha está ligada à rede eléctrica e os agregados familiares estão ligados a redes fornecidas pelo governo. A aldeia regista um baixo nível de tráfego na estrada que conduz ao local do projeto. Não foram registados problemas criminais na estrada relacionados com roubo, agressão ou violação. Os aldeões dedicam-se a práticas hortícolas, cultivando culturas como a mandioca, o amendoim, a manga, o feijão e a batata-doce. As principais ferramentas agrícolas utilizadas são a enxada, a catana e o machado. Os agricultores enfrentam desafios relacionados com o equipamento e a comercialização dos produtos. A pecuária envolve a criação de galinhas, cabras, porcos, ovelhas e outros, com serviços de vacinação. Além disso, há a venda de produtos agrícolas e a comunidade se dedica à produção de madeira para carvão. Os projectos de desenvolvimento na área centram-se na energia e na água potável, e a aldeia dedica-se à transformação da madeira para a produção de carvão vegetal. As actividades de caça envolvem animais como javalis, veados, gazelas e macacos, utilizando ferramentas como catanas, espingardas e armadilhas.

### 7.2.1.2.3 Tchifimbo

A aldeia de Tchifimbo, fundada há sete anos, tem uma população predominantemente cristã e um número indeterminado de habitantes. O chefe é eleito através de um processo formal de votação e exerce o cargo por

um período de sete anos. A aldeia mantém relações positivas com as comunidades vizinhas, mas enfrenta preocupações relacionadas com a criminalidade, dependendo da coordenação policial em Malembo. Os problemas sociais incluem assaltos a terrenos agrícolas. O posto de saúde mais próximo é o Centro de Saúde de Tchifimbo. O ensino primário é ministrado em estabelecimentos de ensino nas aldeias vizinhas, uma vez que não existe um centro educativo na aldeia; o mais próximo é o Centro Educativo de Sassa Zau. A aldeia não tem ligação à rede eléctrica nem à rede telefónica e os habitantes utilizam os transportes públicos, apesar dos problemas das estradas, como a falta de asfalto.

A comunidade depende de várias raízes e plantas para fins medicinais. As cerimónias tradicionais como o Alambamento (uma tradição cultural que envolve o pedido da mão da noiva em casamento) e o Chicumbe são eventos significativos na aldeia, complementados pela presença de uma Igreja Católica. As actividades económicas englobam a horticultura (mandioca, ginguba, mangueira, feijão e batata-doce), a criação de animais (galinhas, cabras, porcos, ovelhas, etc.) e a pesca artesanal. Os desafios para os criadores e agricultores incluem a falta de equipamento e a necessidade de aumentar a vacinação dos animais. As actividades locais de transformação, como a produção de carvão vegetal e de lenha, ocorrem na aldeia.

Os investimentos essenciais identificados pelo líder local envolvem a ligação à rede eléctrica e a melhoria das infraestruturas de gestão da água. O chefe da aldeia prevê impactos positivos do projeto, incluindo oportunidades de emprego para os jovens, o desenvolvimento do turismo e a criação de infraestruturas sociais adicionais.

#### **7.2.1.2.4 Lelo**

A aldeia de Lelo, formada pela fusão dos habitantes de Tchifimbo e Buculelelo, tem uma população estimada em cerca de 150 habitantes. O chefe é eleito através de um processo formal de votação e ocupa o cargo há 34 anos. A tomada de decisões conta com a participação dos mais velhos, o que favorece a entretajuda e a harmonia entre os chefes da aldeia, que seguem práticas cristãs. Lelo não tem esquadra de polícia, mas a esquadra de Malembo, nas proximidades, serve a comunidade. As questões sociais incluem o acesso limitado aos transportes públicos, tornando os carros o principal meio de transporte. A gestão da água é feita pela comunidade e, embora as famílias não tenham ligações à rede eléctrica e telefónica, têm acesso à eletricidade através de painéis solares. A aldeia tem uma escola primária que acomoda 350 alunos em duas salas de aula.

Os habitantes de Lelo utilizam várias plantas e raízes para fins medicinais, tratando de doenças como dores de cabeça e febres. Eventos culturais como o Chicumbe (puberdade) e o Alambamento (pedidos de casamento) têm significado. As actividades económicas envolvem a horticultura (mandioca, ginguba, mangueira, feijão e batata-doce), a criação de animais (galinhas, cabras, porcos) e a pesca artesanal. Os desafios nestes empreendimentos incluem questões relacionadas com o equipamento e a distribuição dos produtos. Os projectos de desenvolvimento em curso perto da aldeia incluem uma refinaria e um novo aeroporto. Foram identificados investimentos locais essenciais na ligação à rede eléctrica e na gestão da água. A comunidade dedica-se a actividades de caça, visando animais como gazelas e macacos, utilizando espingardas e armadilhas. Os impactos positivos previstos do projeto incluem oportunidades de emprego para os jovens, o desenvolvimento do turismo e a criação de infraestruturas sociais adicionais.

#### **7.2.1.2.5 Chele**

A aldeia de Chele (ou Txele) foi fundada em 1920 e conta com cerca de 256 habitantes. A aldeia segue predominantemente a fé cristã e a sua população tem vindo a aumentar. O chefe é escolhido através de um processo de votação formal e a tomada de decisões envolve o advogado e a população para resolver os problemas. Chele tem uma relação positiva com as aldeias vizinhas. No entanto, a aldeia não tem esquadra de polícia, dependendo da coordenação com Sassazau para a aplicação da lei. As questões sociais incluem desafios no acesso aos transportes públicos, sendo os carros o principal meio de transporte. Relativamente às infraestruturas de saúde, Chele tem um centro de saúde chamado Centro de Saúde de Chele, mas não são

fornecidos detalhes específicos sobre as suas instalações e pessoal. Os residentes dependem de várias plantas locais para fins medicinais, como as plantas Nvanzi, Nkanzo e Mkumbi. A educação funciona principalmente a nível primário, não havendo nenhum centro educativo na aldeia. O centro educativo mais próximo é o de Sassazau. A aldeia não tem ligações à rede eléctrica e à rede telefónica, utilizando painéis solares para a eletricidade. A água provém do rio Chinhago e é gerida pela comunidade.

As actividades económicas em Chele incluem a horticultura, a criação de animais e a pesca artesanal. Os desafios destas actividades incluem a falta de equipamento e a necessidade de vacinação dos animais. A aldeia identifica investimentos locais essenciais na ligação à rede e na gestão da água para melhorar a qualidade de vida. A comunidade dedica-se a actividades de caça, visando animais como veados e roedores, utilizando cães e outras ferramentas.

Os impactos positivos previstos dos projectos de desenvolvimento incluem oportunidades de emprego para os jovens, o desenvolvimento do turismo e a criação de infraestruturas sociais adicionais. No entanto, as preocupações incluem potenciais desafios no emprego para os jovens locais e incertezas sobre a realidade da existência do aeroporto.

### **7.2.1.3 Fútila**

Fútila tem uma população aproximada de 4.000 habitantes e é marcada pela sua composição étnica diversificada, composta principalmente pelos grupos Muolo, Miombes e Mukuankongo. As principais práticas religiosas da aldeia são o catolicismo e o pentecostalismo. Nos últimos cinco anos, registou-se um aumento significativo da população, atribuído principalmente a indivíduos que migraram da República Democrática do Congo.

A governação em Fútila segue um modelo participativo, em que o chefe ou líder local é eleito através de votação formal e a tomada de decisões envolve a participação ativa dos mais velhos. O atual chefe está no cargo há dois anos, o que contribui para a estabilidade da aldeia. O acesso à terra é livre e a aldeia está situada numa zona de grande tráfego, o que a expõe ao problema social dos assaltos.

As infraestruturas de saúde em Fútila são asseguradas pelo "Posto de saúde de Fútila", que oferece serviços essenciais de primeiros socorros através de três técnicos de saúde. As necessidades de água são satisfeitas através de fontanários geridos pelo governo. O contexto educativo inclui uma escola primária pública, mas ainda não foram divulgados pormenores específicos sobre as matrículas e as infraestruturas. Desafios como a escassez de pessoal, as más condições dos edifícios e a falta de equipamento são reconhecidos como problemas primordiais nas infraestruturas locais. A aldeia está ligada à rede de eletricidade, com os agregados familiares ligados a redes fornecidas pela Unitel e pela Movicel.

Os transportes são maioritariamente privados devido à inexistência de transportes públicos, sendo a Estrada Nacional 100 a principal via de ligação à aldeia. Os aspectos culturais e religiosos de Fútila são realçados através de eventos como Chicuibimbi e a celebração da fundação da aldeia. Os questionários não revelaram qualquer folclore local relativo a primatas e grandes símios.

O perfil económico da comunidade gira em torno da agricultura, com práticas hortícolas que incluem o cultivo de mandioca, milho, ginguba e feijão. Os agricultores enfrentam desafios como infestações de pragas e escassez de sementes. A criação de gado, com patos, galinhas, cabras e porcos, é predominante, mas os criadores referem uma escassez de serviços veterinários. As actividades de carpintaria estão presentes e a caça não é reportada.

Prevê-se que o projeto estimule o desenvolvimento económico local, promova o turismo e crie oportunidades para a empregabilidade dos jovens em Fútila.

## 7.2.2 População e demografia

Em 2014, foi realizado um recenseamento nacional da população, com dados desagregados por município, residência, género e outros aspectos sociais.

Os dados recolhidos no Recenseamento Geral da População e Habitação (2014) foram utilizados no cálculo das projecções da população para o período de 2015 a 2050. Os dados foram complementados com informação recolhida pela Pesquisa de Indicadores Múltiplos e de Saúde, IIMS 2015/2016 e com dados administrativos de 2013 dos Serviços de Migração e Estrangeiros.

A informação obtida está estruturada em duas partes. A primeira contém um resumo da metodologia utilizada e a segunda a população projectada, incluindo alguns indicadores demográficos, tais como:

- Esperança de vida à nascença;
- Taxa de fertilidade global;
- Taxa de mortalidade infantil;
- Taxas brutas de natalidade e de mortalidade;
- Taxas de dependência;
- Taxa de crescimento da população.

A projecção populacional foi elaborada, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), utilizando o método das componentes demográficas (Natalidade, Mortalidade e Migração) a partir dos dados do Censo Populacional de 2014. As projecções foram feitas para o período 2014 - 2050 e, para além das projecções nacionais, urbanas e rurais, foram também elaboradas projecções para cada província desagregadas por área de residência. Para as projecções nacionais e provinciais, foram utilizados pelo INE os softwares Rural-Urban Projections (RUP) e RUPAGG (programa que permite agrupar projecções de diferentes unidades geográficas), ambos desenvolvidos pelo Census Bureau dos Estados Unidos da América.

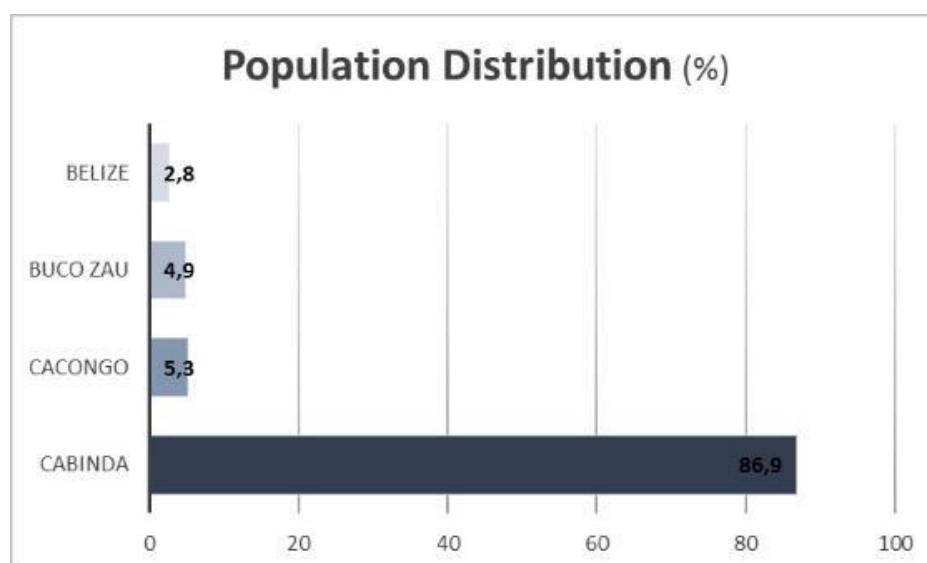
O índice de envelhecimento representa o quociente entre a população com 65 ou mais anos e a população com 0-14 anos. Em 2014, o índice de envelhecimento em Angola era de 5, o que significa que por cada 100 pessoas com idades entre os 0-14 anos (população mais jovem) havia apenas 5 com 65 ou mais anos (população idosa). Todas as províncias têm um índice inferior a 10, o que significa que em todas as províncias a população com idade entre 0-14 anos é superior à população com 65 ou mais anos.

A província de Cabinda, bem como Luanda e Bié, apresentam índices de envelhecimento mais baixos com valores inferiores a 4%, o Zaire apresenta valores superiores a 4% e inferiores a 8% comparativamente às províncias do Cunene e Bengo.

Em Cabinda a população com idade entre 0-14 anos é de 311.895 pessoas, representando 44% do total da população residente. Os grupos etários dos 0-14 anos e dos 15-24 anos, representam cerca de 62% da população residente. A diferença entre jovens e idosos é enorme, pois apenas 11.774 pessoas têm 65 anos ou mais (cerca de 2% da população da província). A população em idade ativa, na faixa dos 15-64 anos, é de 392.407 pessoas, representando 55% da população de Cabinda.

Na Figura seguinte é possível observar a distribuição da população pelos vários municípios da província, com uma maior concentração no município de Cabinda.





**Figura 7: Distribuição da população residente por município na província de Cabinda (INE, 2016 adaptado).**

De acordo com os dados de projeção da população, por sexo, em 2021, 2022 e 2023 Cabinda apresenta uma tendência de crescimento populacional conforme ilustrado na tabela seguinte.

**Tabela 1 – População projectada de acordo com o género, Cabinda (2021,2022, 2023), fonte: INE- Edição 2016, projeção da população 2014-2050.**

Província	Urbano		Rural		Total	Ano
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Cabinda	358 154	363 768	74674	74 161	870 757	2021
	367 757	373 489	76 772	76 258	894 276	2022
	377 366	383 223	78 919	78 408	917 916	2023

Em 2021, a população da comuna de Malembo era de 7.231 habitantes, em 2022 a população era constituída por 9.334 habitantes, com 4.844 homens e 4.490 mulheres.

### 7.2.3 Grupos vulneráveis

O Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) foi criado pelo Diploma - Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/17, de 3 de outubro. O Ministério teve origem na fusão de dois Ministérios, o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), e o Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU). O âmbito do Departamento Ministerial é o desenvolvimento de estatísticas nacionais e locais, um instrumento importante na formulação de políticas. Os técnicos dos Gabinetes Provinciais de Ação Social, Família e Igualdade de Género e do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2020), desenvolvem dados estatísticos, criam indicadores e monitorizam os principais projectos e programas do Sector .

Nas diferentes actividades ou componentes dos projectos, verifica-se uma elevada incidência de inclusão de ex-militares. Um total de 1.457 indivíduos entre homens e mulheres foram integrados em todas as províncias do país, com grande abrangência para as de Benguela (193 pessoas), Bié (120 pessoas), Cabinda (227) e Cuanza Sul (148), num total de 688 pessoas só nestas províncias. 1.186 indivíduos, 81% dos quais ex-militares, foram integrados nas seguintes actividades: Agricultura (393), Comércio (299), Moto-Táxi (267), Moagem (117) e Alfaiataria (110). Foram ainda integradas 450 pessoas na comunidade nas diferentes actividades, através dos Gabinetes de Ação Social, Família e Equidade de Género (INE, 2020). Na província de Cabinda (Belize e Cabinda) foram criados dois centros de ação social e integração em 2020 (INE, 2020).

Angola registou um crescimento económico rápido que tem vindo a abrandar em períodos específicos de crise. No entanto, milhões de pessoas não puderam beneficiar deste crescimento e estima-se que mais de 30% da população vive abaixo do limiar de pobreza nacional. Sem investimentos sociais adequados e sem combater a pobreza, os impactos sociais e económicos podem ser difíceis a longo prazo.

Cerca de 40% das crianças angolanas com menos de 15 anos vivem em situação de pobreza e, embora o reforço do apoio social possa mudar muito em breve com novas políticas e estratégias no âmbito da Assistência Social (AS), nos próximos 10 anos a população de crianças em situação de pobreza pode aumentar em 30%.

Um sistema de proteção social sólido é fundamental para reduzir a vulnerabilidade das famílias e das comunidades. É necessário fornecer recursos humanos e financeiros adequados e orientações operacionais para a aplicação de políticas e programas essenciais, a fim de reduzir a pobreza e construir uma sociedade mais coesa.

O Programa de Política Social do UNICEF (2016) foi concebido com base no Plano de Desenvolvimento Nacional e apoia os esforços e objectivos do governo angolano para reforçar e expandir a assistência social para as camadas mais pobres e vulneráveis da população.

O programa visa melhorar a proteção social das crianças, as políticas e os sistemas existentes no país, aumentar a eficiência da afetação das finanças públicas a sectores-chave para as crianças e a produção de dados e provas para apoiar o trabalho de defesa da política social. O Programa tem três áreas principais de ação:

- Reforço da proteção social;
- Produção de dados; e
- Finanças públicas.

A Proteção Social Básica destina-se à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e fragilização dos vínculos relacionais de pertença social, bem como a todos aqueles que sofrem discriminação de género, étnica, etária ou por deficiência. Tem como objetivo a prevenção de situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, visando também o reforço dos laços familiares e comunitários.

Apesar dos esforços e dos progressos, a assistência social em Angola continua a ser frágil para milhões de crianças. Os serviços sociais são ainda de pequena escala, subfinanciados e têm ligações limitadas com outros sectores. Desenvolvidos principalmente em Luanda e nalgumas capitais de província, este tipo de serviços é quase inexistente nas zonas rurais.

A falta de um sistema de serviços sociais integrados a nível local é um grande desafio para a proteção das crianças, sendo necessário que os governos provinciais e as administrações municipais do país lhes dêem maior prioridade e mais recursos.

O sub-programa de Fortalecimento do Sistema de Proteção Social do UNICEF Angola visa apoiar a criação de um sistema de ação social sólido que permita aos mais vulneráveis saírem do ciclo da pobreza, através do reforço das capacidades dos Ministérios chave na ação social, como o Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), melhorando a conceção e operação dos seus programas, fluxos de comunicação e coordenação com outros parceiros, através das seguintes linhas de trabalho:

### **Municipalização da Ação Social (MAS)**

O programa APROSOC (Apoio à Proteção Social), financiado pela União Europeia e liderado pela UNICEF, apoia o Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), para a conceção e teste de um

novo modelo de ação social municipal centrado no apoio aos mais vulneráveis. O programa inclui a identificação das pessoas mais vulneráveis, o encaminhamento para serviços sociais adequados, como a saúde, o registo de nascimento, a justiça e a educação, e a mobilização de novos actores e projectos comunitários. Esta é a primeira fase da Municipalização da Ação Social (MAS), que trará a informação necessária para expandir este novo paradigma para a Ação Social do Estado Angolano<sup>2</sup>.

## 7.3 Utilização do solo

### 7.3.1 Utilização do solo na área de influência

O uso do solo na província de Cabinda divide-se em:

- Zonas urbanas, com habitação, comércio e serviços;
- Parcelas industriais;
- Zonas agrícolas;
- Áreas florestais que cobrem a maior parte da província, com os seguintes uso:
  - Utilização da floresta para fins comerciais;
  - Utilização da floresta para consumo familiar;
  - Exploração florestal e tratamentos silvícolas;
  - Exploração florestal.

A exploração comercial de madeira em Cabinda está estritamente limitada ao abate de árvores. O enclave de Cabinda é o maior fornecedor de madeira de Angola e 85% da madeira é exportada. No período de 1996-2000, foram emitidas 91 licenças pelo IDF/Cabinda. Apenas uma licença foi emitida para a extração de lenha, o que demonstra que a utilização comercial da floresta se baseia na extração de madeira. Os produtos florestais não lenhosos são de menor importância.

As comunidades de Mayombe sempre utilizaram a floresta como um recurso de subsistência. A população goza do direito de uso consuetudinário (atividade extractiva), que lhe permite extrair os recursos florestais sem fins comerciais, com o objetivo de satisfazer as suas necessidades alimentares básicas como a caça, a recolha de frutos silvestres, a madeira para construção e energia e a agricultura nas áreas onde já foi efectuada a exploração florestal. Como sublinha a FAO, no Sul Global, a importância da floresta e dos seus bens e serviços está ligada a três aspectos: a utilização das árvores para combustível e outros produtos essenciais; o fornecimento de alimentos; o fornecimento de rendimentos que se obtêm com a venda destes produtos e/ou a geração de empregos (DENDE, 1999).

Não existe um sistema florestal definido. Existe um período de encerramento das florestas (outubro - março) em que, devido às dificuldades de acesso às áreas de exploração, não são concedidas licenças de extração. O acesso aos recursos florestais e a autorização de exploração são concedidos pelo(s) governo(s) nacional(ais) ou provincial(ais), que também são responsáveis pela supervisão e pelos programas de reflorestação. As políticas florestais são estabelecidas e aplicadas pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, pela Direção Nacional de Agricultura e Florestas, que é o órgão normativo, e pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), que é o órgão executivo. O IDF é responsável pelo licenciamento e supervisão da atividade florestal em Angola a nível nacional e através dos seus escritórios locais a nível provincial.

---

<sup>2</sup> <https://www.unicef.org/angola/fortalecimento-da-proteccao-social>.



Na comuna de Malembo os usos do solo não diferem dos outros municípios e comunas da província, e incluem principalmente áreas florestais, terrenos agrícolas, locais sagrados (como igrejas, cemitérios, locais de reuniões públicas), terrenos para habitação da população. No entanto, especificamente na comuna do Malembo existe um pólo industrial de referência nacional onde se encontram empresas ligadas ao sector petrolífero como a futura refinaria de Cabinda, base do Malongo, Petromar, Champion X e outras (Jornal de Angola, online 2011)<sup>3</sup>.

### 7.3.2 Utilização do solo na área do local do projeto

Na área do local do projeto, não foram identificados usos do solo durante o trabalho de campo. A área é um prado, com algumas plantas herbáceas e sem vestígios de uso do solo pela comunidade local. As entrevistas efectuadas confirmaram a avaliação de campo, o que significa que não foi comunicada qualquer utilização do solo.

## 7.4 Economia e emprego

### 7.4.1 Economia angolana

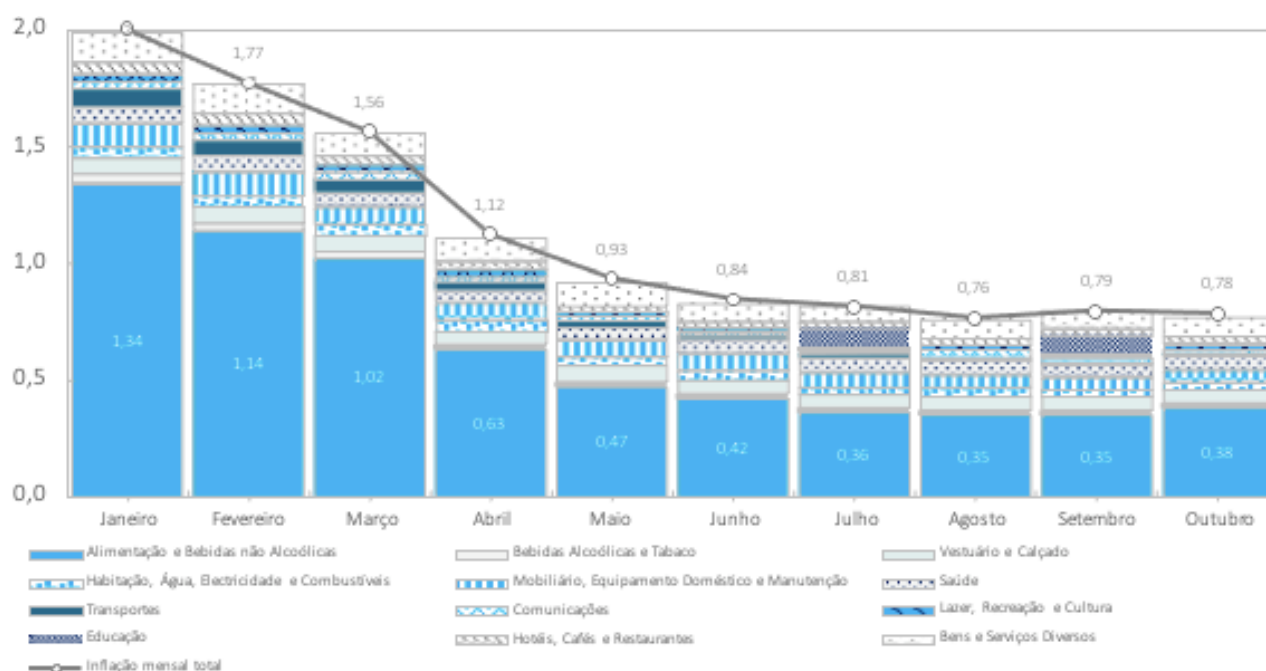
Angola tem uma economia pouco diversificada, essencialmente orientada para as actividades petrolíferas (de capital intensivo e, portanto, sem impactos significativos na criação de emprego) e para a exportação de produtos petrolíferos. Uma estratégia de crescimento inclusivo deve assentar em actividades orientadas para a produção de bens que satisfaçam as necessidades básicas da população, actividades essas intensivas em mão de obra e que criem emprego. Além disso, o Estado deve privilegiar a utilização dos recursos naturais endógenos e melhorar a qualidade da cadeia de abastecimento nacional (Plano Nacional de Desenvolvimento, 2018-2022).

O crescimento da economia angolana acelerou em 2022. As contas nacionais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística revelam que, até ao segundo trimestre deste ano, a economia acumulou um crescimento real do PIB de 3,2%. Já a partir de 2021 houve sinais de recuperação económica no país, após a longa recessão iniciada em 2016.

No Orçamento Geral do Estado para o ano de 2022 (OGE 2022), o Executivo previu uma taxa de crescimento real do PIB global de 2,4%, em resultado do crescimento de 1,6% do PIB petrolífero, e do PIB não petrolífero de 3,2%. As Contas Nacionais publicadas pelo Instituto Nacional indicam uma tendência de crescimento mais forte de 0,7% para 2021, em vez dos 0,2% inicialmente previstos. Por conseguinte, o Executivo actualizou as projecções económicas para o ano de 2022, indicando um crescimento de 2,7% na sua Programação Macroeconómica Executiva (PME). Este crescimento ligeiramente diferente do PIB global de 2,7% é justificado por uma previsão positiva de aumento de 2% na produção petrolífera, incluindo a produção de gás, bem como pelo crescimento de 3,2% do sector não petrolífero, impulsionado pelo sector das pescas e derivados (10%), pela extração de diamantes, pelo sector dos minerais metálicos e outros minerais (10%), pelo sector da energia (8,3%), o sector dos transportes e armazenagem (8%), o sector da indústria transformadora (5%), o sector agrícola (4,9%), prevendo-se ainda taxas de crescimento positivas para os "Serviços mercantis" (2,2%), "Outros (Sector Público Administrativo)" (1,5%) e "Construção" (0,4%).

Os preços dos produtos alimentares e das bebidas não alcoólicas foram os que mais contribuíram para o aumento da inflação, com 0,38 pontos percentuais em outubro, seguidos das classes de "Bens e Serviços Diversos", "Educação" com 0,08 pontos percentuais cada, "Vestuário e Calçado" e "Saúde" com 0,06 pontos percentuais, "Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção" com 0,05 pontos percentuais cada.

<sup>3</sup> <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php>



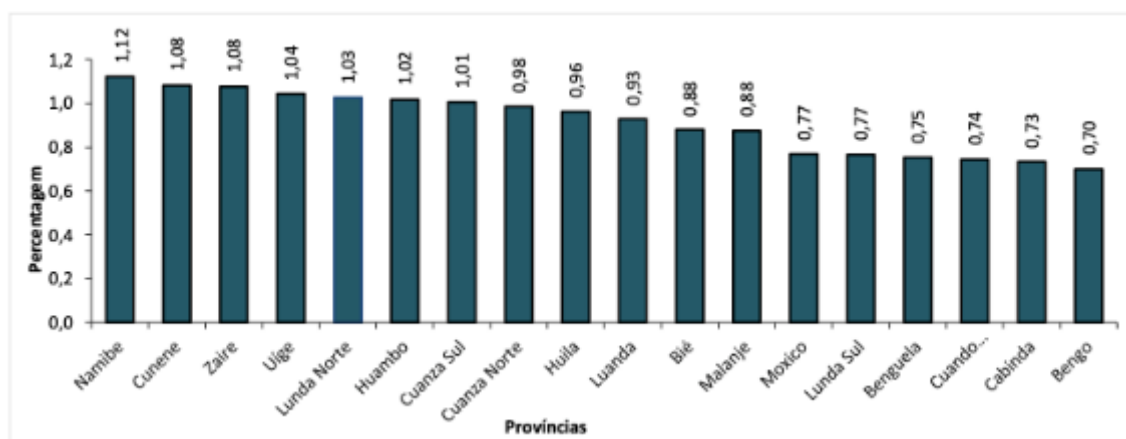
**Figura 8: Inflação mensal e contribuição por classe de despesa, 2022.**

#### 7.4.1.1 Índice nacional de preços no consumidor (IPCN)

O Índice Nacional de Preços no Consumidor registou uma variação de 0,92% de março a abril de 2023. Comparando as variações mensais (março a abril de 2023) verifica-se uma aceleração de 0,02 pontos percentuais, enquanto em termos homólogos (abril de 2022 a abril de 2023) se regista uma desaceleração da variação corrente de 0,20 pontos percentuais.

O gráfico seguinte mostra a variação de preços durante o mês de abril de 2023, por província, por ordem decrescente, ou seja, da maior para a menor variação:

- As províncias que registaram a menor variação de preços foram: Bengo com 0,70%, Cabinda com 0,73% e Cuando Cubango com 0,74%;
- As províncias que registaram maior variação de preços foram: Namibe com 1,12%, Cunene e Zaire com 1,08% cada e Uíge com 1,04%.



**Figura 9: Inflação mensal e contribuição por classe de despesa, 2022.**

A Figura 10 apresenta a taxa de variação do IPCN por classes de consumo. Quatro em cada dez classes apresentam taxas superiores a 1%. A classe "Saúde" registou o maior aumento de preços, com uma variação de 1,91%. Destacam-se ainda os aumentos de preços observados nas classes "Vestuário e Calçado" com 1,55%, "Bens e Serviços Diversos" com 1,45% e "Hotéis, Cafés e Restaurantes" com 1,22%. O Índice de Preços dos Materiais de Construção (IPMC) apresentou uma variação de 0,9% em março de 2023 face a fevereiro de 2023, pelo que se registou um aumento de 0,2 pontos percentuais em relação ao mês anterior. A taxa de variação anual do IPMC, de março de 2023 face a março de 2022, situou-se em 8,0%. Nas variações homólogas, entre os grupos de Materiais de Construção, "Madeiras e Contraplacados" foi o que registou o maior aumento de preços com 14,6%, seguido de "Pedra Britada e Mármore" com 12,5%, "Areias" com 11,6%, "Tubos e Acessórios de Plástico" com 11,5%, o "Vidro e Artigos de Vidro" com 10,9%, os "Blocos" com 10,1%, os "Produtos Sintéticos" com 10,0%, o "Betão Pronto" com 9,8%, as "Vigas, Feixes e Ripas" com 9,2%, os "Tijolos" e o "Aço" com 8,9% cada, o "Alumínio" com 7,2%, os "Outros Produtos Sintéticos" com 6,7% e o "Cimento e Aglomerantes" com 3,6% (2022).

Os grupos de materiais que mais contribuíram na variação do IPMC do mês de março são: "Aço", com 0,4 ponto percentual, seguido de "Concreto Pronto" e "Cimentos e Aglomerantes", com 0,2 ponto percentual cada, e "Blocos", com 0,1 ponto percentual.

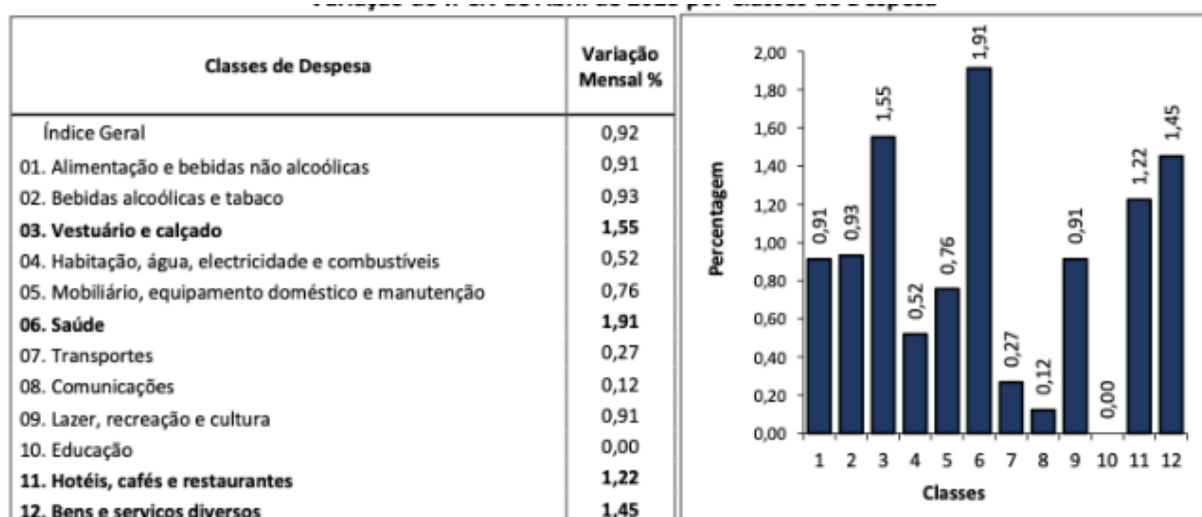
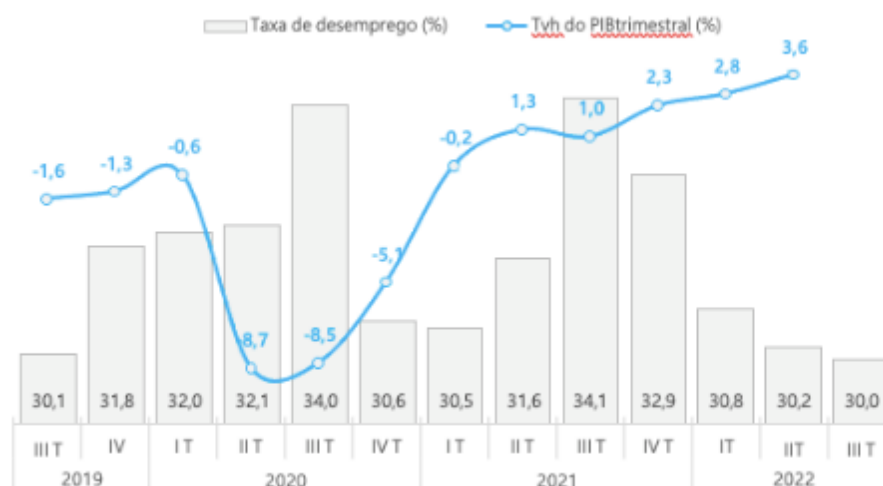


Figura 10: Variação das despesas por classes, 2022.

#### 7.4.1.2 Mercado de trabalho

De acordo com as Pesquisas de Emprego em Angola, Angola tem vindo a registar uma recuperação dinâmica da sua economia desde 2019, tendo o mercado de trabalho reforçado a partir do segundo trimestre de 2021 (INE, 2023). A taxa de desemprego apresentou uma trajetória descendente, fixando-se em 30% no terceiro trimestre. O número de pessoas desempregadas foi inferior a 5 milhões desde o primeiro trimestre do ano.



**Figura 11: Taxa de desemprego e variação do PIB**

#### 7.4.1.3 Produto Interno Bruto (PIB)

Para 2023, prevê-se um reforço no processo de recuperação da economia angolana, com um crescimento real do PIB de 3,30%, face ao crescimento previsto para 2022 de 2,7%. Esta previsão para 2023 é justificada por um aumento esperado da produção de petróleo e gás de 2,98% (sem gás, 2,8%) e dos produtos do sector não petrolífero a uma taxa de 3,42%.

Estas projecções económicas para 2023 foram previstas com base no preço médio de 75,00 USD por barril de petróleo, na produção média diária de petróleo de 1,1 milhões de bbls, com uma inflação fixada em 11,1%, prevista pelo Executivo.

**Tabela 2 – Quadro de referência macroeconómico para 2023.**

Variáveis. Macroeconómicas	2020	2021	2022		OGE 2023
			OGE	PME2	
Inflação nacional (%)	25,1	27,0	18,0	14,4	11,1
Produção de petróleo (mil Bbl)/dia	1,271.0	1,124.5	1,147.9	1,147.9	1,180.0
Produção de petróleo (MBbl)	463,9	410,4	419,0	419,0	430,7
Preço médio do petróleo (USD/Bbl)	41,3	71,2	59,0	100,0	75,00
Produção anual de gás (milhares de BOEPD)	116,0	128,9	134,2	116,3	137,0
Preço médio do GNL (US\$/BOE)	29,2	38,0	33,0	57,0	39,0

Fonte: Ministérios da Economia e Planeamento, das Finanças e dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

**Tabela 3 – Quadro da taxa de crescimento do PIB (2020-2022).**

Taxas de crescimento do PIB real (%)	2020	2021	2022		OGE 2023
			OGE	PME2	
PIB	-5,57	0,70	2,4	2,70	3,30

Taxas de crescimento do PIB real (%)	2020	2021	2022		OGE 2023
			OGE	PME2	
PIB Petróleo e gás	-8,30	-11,02	1,6	2,10	2,98
Petróleo PIB	-8,10	-11,53	1,5	2,08	2,80
Gás	-12,77	11,09	4,2	-9,73	17,75
PIB não petrolífero	-4,70	6,40	3,1	3,20	3,42
PIB nominal (mil milhões de Kwanzas) dos quais: Nominal Petróleo e gás	34,158.32 8,733.49	47,045.00 14,130.22	54,578.2 13,825.4	55,759.07 14,695.42	61 012.40 13,477.03

### PIB do sector petrolífero

Para o ano de 2023, prevê-se que a produção petrolífera continue a crescer, estimando-se uma produção média diária de 1.180 mil barris/dia. Comparativamente à previsão de 2022 (1.147,9 mil barris/dia), esta produção representa um aumento de 32,8 mil barris/dia, devido ao aumento dos níveis de produção no Bloco 15/06 (8,59%), Bloco 14 (8,26%), Bloco 15 (8,24%), Bloco 31 (4,13%) e Bloco 17 (7,45%).

### PIB não petrolífero

Como resultado da implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Produção de Grãos (PLANAGRÃO), aprovado pelo Executivo em julho de 2023, espera-se que o crescimento da agricultura seja de cerca de 8%. O objetivo do Plano Nacional de Desenvolvimento é aumentar a capacidade de produção de grãos (trigo, arroz, soja e milho), com foco na região leste do país, elevando os actuais níveis de produção de 613.180 toneladas, observados em 2021, para 6.104.282 toneladas de grãos em 2027. Este Programa abrange o período de 2023 a 2027 e está avaliado em Kz 2.852,75 biliões, dos quais Kz 1.674,6 biliões são para financiamento.

As previsões para o sector das Pescas apontam para uma expansão da produção de 10% no ano de 2023, justificada pelo aumento esperado da pesca industrial e semi-industrial (10,3%) e da marítima artesanal (4,4%); o sector já cresceu 46,4% em 2021. O Executivo reafirma o seu compromisso de fomentar a capacidade de produção e transformação do sector das Pescas no âmbito deste novo ciclo governativo 2023-2027. O Executivo aprovou o Plano Nacional de Promoção das Pescas (PLANAPESCAS), com o objetivo de promover a atividade da pesca empresarial e aumentar a produção e transformação de peixe e sal, contribuindo para o desenvolvimento do comércio e aumento das receitas fiscais. O PLANAPESCAS tem um pacote financeiro de 135 biliões de Kwanzas, repartidos por cinco (5) anos.

O Sector Industrial deverá crescer em 2023 2,9%, devido ao aumento da produção de equipamentos eléctricos (36,3%), materiais plásticos (27,9%), vestuário (21,5%), produtos alimentares (18,1%), metalurgia (10,7%) e bebidas (6,7%).

Quanto ao sector da construção, estão atualmente em curso vários projectos de grande envergadura no âmbito de parcerias público-privadas (PPP). Os projectos identificados como tendo potencial para impulsionar a economia são:

- Conclusão da Construção e Gestão da Centralidade de Saurimo na Lunda Sul;
- Conclusão da Construção e Gestão da Centralidade do Tucuve em Cuando Cubango;
- Construção da Nova Ponte sobre o Rio Kwanza;

- Construção de uma autoestrada no Corredor Norte-Sul com prioridade para os eixos Norte/Sul (Soyo/Santa Clara-1.400 km);
- Reabilitação, exploração e manutenção da Estrada Nacional 160;
- Reabilitação, exploração e manutenção da autoestrada nacional 250;
- Reativação da Fábrica de Emulsões Betuminosas de Benguela;
- Reativação da Fábrica de Emulsões Betuminosas de Luanda;
- Reativação da fábrica de emulsão betuminosa do Namibe.

#### **7.4.2 Economia na área de Influência**

Na província de Cabinda, estão presentes muitas unidades agro-industriais, para processamento de alimentos, carne e leite, para além da produção de derivados. Outra categoria industrial importante é a exploração florestal, concentrada no norte da província de Cabinda.

No passado, a economia de Cabinda dependia sobretudo dos produtos florestais, como o café, o cacau e as oleaginosas. No entanto, mais recentemente, a economia mudou para a produção de petróleo após a descoberta de poços de petróleo e, atualmente, Angola é o terceiro produtor africano de petróleo, depois da Líbia e da Argélia. Estes poços foram encontrados numa plataforma continental ao largo de Malembo, em águas pouco profundas que variam entre 10 e 20 metros, 25 km a norte da cidade de Cabinda, e a uma curta distância da costa. A Cabinda Gulf Oil Corporation iniciou as suas operações a 27 de novembro de 1968 e, desde então, a extração e o tratamento de petróleo são as actividades industriais mais importantes da província. Em 2010, o petróleo bruto extraído em Cabinda representava cerca de 70% de todo o petróleo exportado por Angola.

A agricultura provincial tende a ser de subsistência, ou seja, sem exportação dos excedentes de produtos, concentrando-se principalmente nas culturas de café, cacau, amendoim, banana, mandioca, batata, feijão e milho. Outras actividades importantes são o gado bovino (para leite e carne), a criação de galinhas (carne e ovos) e a pesca marítima.

A comuna de Malembo é considerada uma zona industrial de referência nacional, onde se concentram muitas empresas ligadas ao sector petrolífero, como a base do Malongo, a Petromar, a Champion X, e o Centro de Desenvolvimento (CDM). Várias empresas prestadoras de serviços ligados ao sector petrolífero estão ainda instaladas na comuna de Malembo (Jornal de Angola online<sup>4</sup>).

A nova refinaria de Cabinda, atualmente em construção, localizada em Malembo, 30 km a norte da cidade de Cabinda, terá uma capacidade de refinação de 60 mil barris de petróleo por dia. A primeira fase de implantação da mesma refinaria teve início em 2021 com previsão de implantação de uma capacidade de 30 mil barris por dia<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=205892>

<sup>5</sup> <https://www.voaportugues.com/a/5666148.html>



**Figura 12: Empresas situadas na comuna de Malembo.**

#### **7.4.2.1 Agricultura**

De acordo com o censo de 2014, o número de agregados familiares na província de Cabinda que praticavam actividades agrícolas, era de cerca de 22%. Apenas 6% dos agregados familiares da província realizam actividades piscatórias, uma percentagem próxima da média nacional. Os cereais são o principal tipo de cultura cultivada, com cerca de 31% dos agregados familiares a plantarem.

De acordo com a informação recolhida durante as actividades de consulta aos intervenientes (com os secretariados provinciais), desde 2018 o Governo investiu no Programa de Fomento Agrícola. Em 2022, o Governo preparou 57.000 hectares de terra, disponibilizou cerca de 400 toneladas de sementes (milho e soja) e fertilizantes às populações residentes nos quatro municípios de Cabinda. Existe um plano de produção agrícola para culturas como a mandioca, milho, feijão manteiga, soja, amendoim, batata doce e banana (Jornal online, 2022<sup>6</sup>). Para além disso, o Governo Provincial vai colocar à disposição das famílias 33 mil galinhas, 110 porcos, igual número de cabras, 1.500 moto-cultivadores, 80 pulsadores, 34 catanas e igual número de enxadas.

De acordo com o chefe do Departamento de Agricultura, na campanha agrícola 2021/22, na província de Cabinda, a produção de hortícolas resultou numa colheita de cerca de 3.500 toneladas, com o envolvimento de mais de 100 agricultores, famílias e empresários.

Na comuna de Malembo, 1875 famílias, 7 cooperativas e 5 associações estão envolvidas em actividades agrícolas. Culturas como a banana, a mandioca, a batata e o feijão são as mais cultivadas ao longo do ano. A época mais produtiva do ano vai de maio a novembro e a menos produtiva de junho a outubro.

60% da produção das famílias envolvidas nas actividades agrícolas é utilizada para consumo próprio e 40% é vendida. Em média, os trabalhadores que se dedicam ao trabalho agrícola ganham entre 20.000 e 25.000 kuanzas por mês (Secretaria Provincial da Agricultura, Pescas e Pecuária, 2023).

<sup>6</sup> <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/cabinda-espera-colheita-anual-de-1-600-toneladas/>





**Figura 13: Tipos de parcelas agrícolas em Malembo.**

#### **7.4.2.2 Reprodução**

De acordo com as informações obtidas durante as consultas aos Stakeholders, nomeadamente com a Secretaria Provincial da Agricultura, Pescas e Pecuária, a província de Cabinda tem registado um crescimento notável da pecuária nos últimos anos, com um registo de mais de 95 pocilgas, 70 pocilgas de caprinos, 110 galinheiros, elevando a capacidade atual para 20.000 pintos por mês, 650 caprinos e igual número de suínos, que estão a ser distribuídos às comunidades. A produção de matéria-prima e um centro logístico para a conservação dessa produção (com silos, secadores e uma fábrica de ração) é cada vez mais urgente e requisitado.

A criação de gado na comuna de Malembo tem sido impulsionada através de programas governamentais, nos quais a criação de animais na agricultura familiar tem sido encorajada. Os alimentos para animais são adquiridos maioritariamente em Luanda ou no Congo Brazzaville, a um preço que flutua consoante o mercado internacional. Os principais desafios no sector da pecuária têm sido a garantia de assistência técnica e a promoção da organização e do associativismo entre as comunidades (Secretaria Provincial da Agricultura, Pescas e Caça).



**Figura 14: Criação de animais na comunidade.**

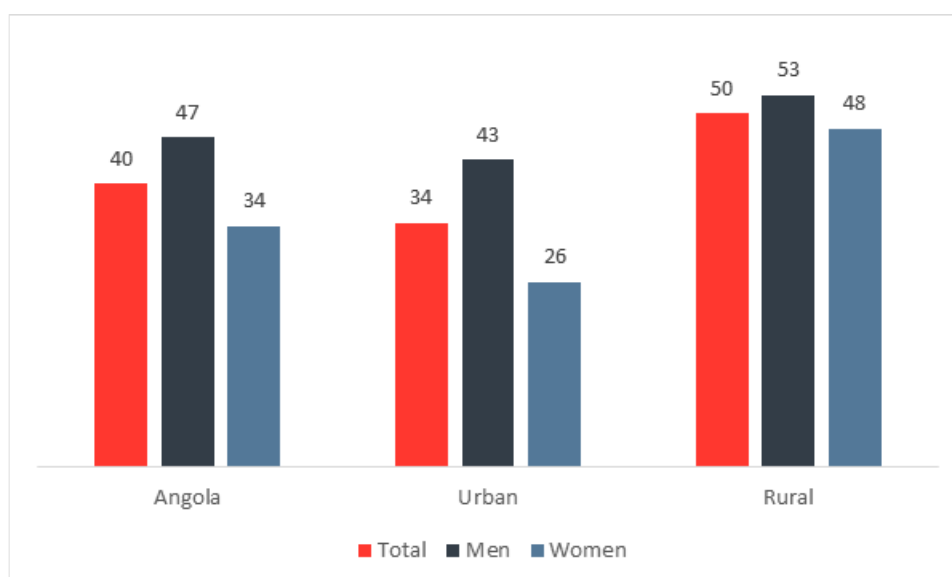
#### **7.4.2.3 Outros sectores económicos**

Para além das áreas industriais associadas ao sector petrolífero e da agricultura e pesca, que são as actividades económicas predominantes em Malembo, a comuna tem vários estabelecimentos comerciais de menor escala, como cantinas, oficinas mecânicas e serviços diversos de apoio às actividades petrolíferas, que servem de meio de rendimento para várias famílias.

### 7.4.3 Emprego, rendimentos e despesas

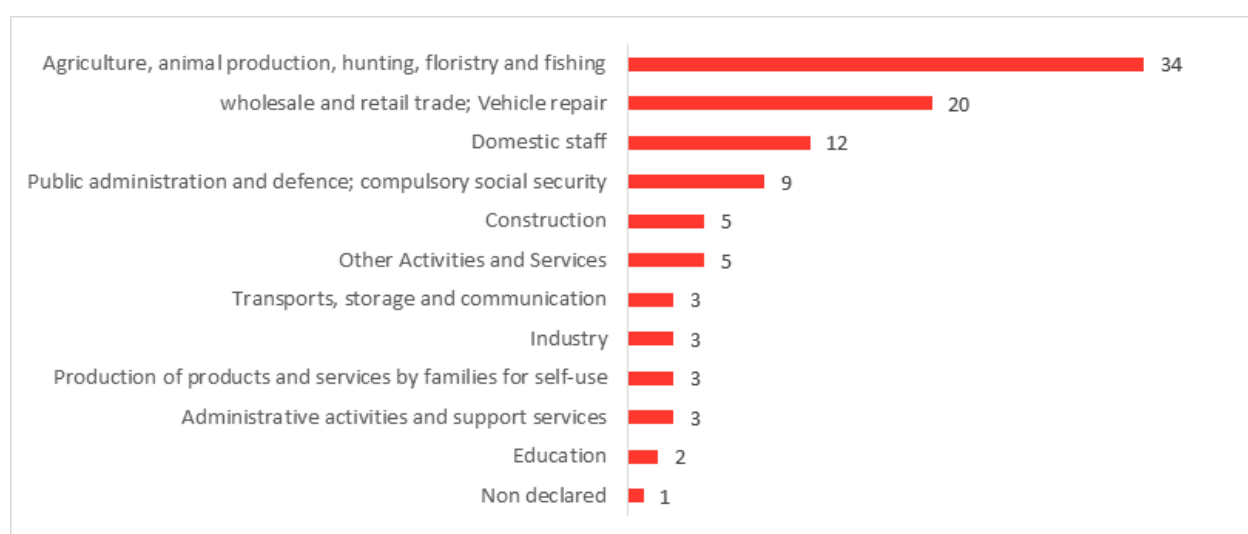
#### 7.4.3.1 Dados nacionais

De acordo com os dados dos Censos 2014, a população economicamente ativa em Angola representa 87% da população total com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. A taxa de emprego da população com mais de 15 anos é de 40%, sendo mais elevada entre os homens (47%) do que entre as mulheres (34%). Como se pode ver na figura seguinte, a zona rural tem uma taxa de emprego mais elevada do que a zona urbana (50% versus 34%).



**Figura 15: Taxa de emprego por género (INE, 2017).**

De acordo com a Pesquisa de Indicadores Múltiplos e Saúde em Angola (IIMS) 2015-16, os setores de atividade económica que mais geraram emprego foram a agricultura (34%), o comércio por grosso e a retalho (20%), o pessoal doméstico (12%) e a administração pública, defesa e segurança social obrigatória (9%). O sector da educação foi o que menos empregou, com cerca de 2%



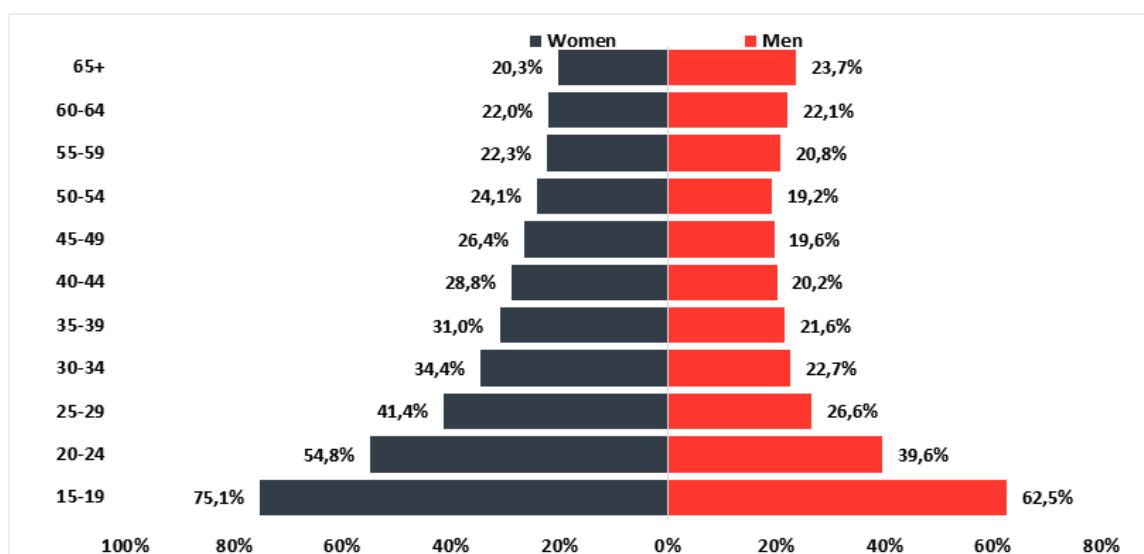
**Figura 16: População empregada por atividade principal (INE, 2017).**

A taxa de desemprego no país é de 13%, sendo a taxa na zona urbana (15%) quase o dobro da taxa na zona rural (8%). O nível de educação é fundamental para os níveis de empregabilidade no país, especialmente entre

as mulheres. A taxa de desemprego varia entre 11% entre as pessoas sem instrução e 27% entre as que têm o ensino secundário ou mais. Entre homens e mulheres com o mesmo nível de escolaridade, as mulheres têm maior probabilidade de estar desempregadas. Esta diferença aumenta com o aumento do nível de instrução.

São consideradas desempregadas todas as pessoas com idade igual ou superior a 15 anos que, no período de referência, se encontravam simultaneamente na seguinte situação:

- Não trabalhar e não ter um emprego;
- Disponível para trabalhar;
- À procura de trabalho;



**Figura 17: Taxa de emprego por género e área de residência (INE, 2017).**

#### **7.4.3.2 Província de Cabinda**

De acordo com os dados recolhidos na secretaria provincial da Administração Pública e Segurança Social, 2023, a taxa de emprego na província de Cabinda em 2021 era de 44,5%. No âmbito da empregabilidade e combate à pobreza, o Decreto Presidencial n.º 113/19, de 16 de abril, que promove as seguintes medidas para melhorar a empregabilidade dos jovens:

- Promoção de estágios profissionais para jovens formados no sistema de formação profissional, educação e ensino superior;
- Atribuição de kits profissionais (ferramentas de trabalho), para a promoção do trabalho independente;
- Processo de revalidação de competências profissionais para atribuição de carteiras profissionais a jovens formados em contextos informais;
- Apoio a várias iniciativas de jovens em diferentes sectores em actividades de formação e obtenção de incentivos;
- Formação em empreendedorismo e gestão básica de pequenas empresas;
- Atribuição de carteiras profissionais através do processo de validação das competências profissionais.
- A província dispõe de centros de formação profissional, tais como:
- Centro de Formação Profissional do Caio;

- Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional de Buco-Zau;
- Escola de Formação e Artesanato Rural de Dingé;
- Pavilhões de formação em artes e ofícios em Massabi, Necuto e Belize;
- Unidades móveis de formação mecânica e de costura.

Os dados obtidos durante as consultas às partes interessadas indicam que existe uma grande expectativa dos jovens em obter o primeiro emprego na zona industrial de Malembo.

Estima-se que o projeto da refinaria de Cabinda empregará durante a construção cerca de 2000 pessoas no pico, das quais 400 já estão a trabalhar desde a primeira fase.

Em termos de emprego, a população da comuna de Malembo dedica-se maioritariamente à agricultura e à pesca. Os jovens dedicam-se aos serviços de apoio à construção, à administração, às oficinas, à venda de mercadorias e a outras actividades terciárias.

## 7.5 Educação

### 7.5.1 Educação em Angola

A UNESCO 2012 (tabela Educação para Todos) classifica Angola como um país com um baixo índice de desenvolvimento educacional, ocupando o 111º lugar entre 120 países com um valor de 0,685. No Índice de Paridade de Género (2010) Angola classificou-se com 0,734, devido às baixas taxas de transição e elevadas taxas de abandono das raparigas e adolescentes no ensino secundário, particularmente nas zonas rurais (nível de paridade de género de 0,54 contra 0,932 nas zonas rurais).

Entre 2008 e 2013, várias organizações internacionais, como o Comité dos DESC, o Comité dos Direitos da Criança e o Comité CEDAW, manifestaram a sua preocupação com a situação atual do direito à educação para todos os angolanos. O Plano Nacional de Educação para Todos incluía objectivos importantes como o aumento das actuais taxas de alfabetização (65,6%-2011) em 50% até 2020, em particular para as mulheres, bem como a obtenção da paridade de género no ensino primário e secundário até 2015.

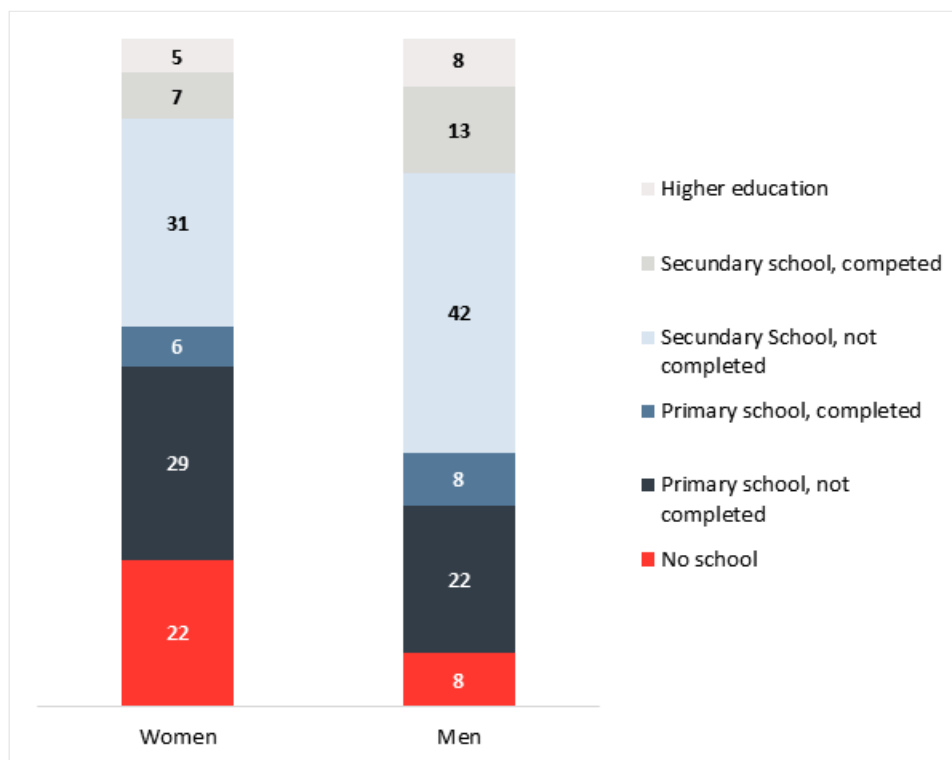
Nos últimos anos, o sector da educação registou progressos consideráveis, incluindo o aumento substancial das matrículas escolares a todos os níveis (mais de 2,5 milhões de crianças no ensino primário desde 2003) e o aumento das taxas de frequência escolar (mais de 3,5 milhões de crianças frequentam as escolas desde 2003). Por outro lado, as inscrições em programas de educação e alfabetização de adultos quase duplicaram na última década, passando de cerca de 320.000 em 2012 para mais de 578.000 em 2022, de acordo com dados do Ministério da Educação.

No entanto, persistem desafios relevantes e complexos no sistema educativo a vários níveis, como a gestão, o acesso, a equidade e a qualidade do ensino. O país revela uma fraca capacidade de preparação para a escola através da educação pré-escolar, com apenas 9,3% das crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos a frequentarem programas de educação pré-escolar. Apesar dos grandes investimentos na construção de escolas, a disponibilidade de salas de aula não tem sido proporcional ao rápido aumento do número de alunos.

Relativamente ao nível de escolaridade, e de acordo com a Pesquisa de Indicadores Múltiplos e Saúde (IIMS) em Angola 2015-2016, existe uma disparidade de género, com os homens nos níveis de escolaridade mais elevados e as mulheres nos níveis de escolaridade mais baixos:

- 22% das mulheres e 8% dos homens com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos nunca frequentaram a escola;

- 35% das mulheres e 30% dos homens frequentaram o ensino primário (dos quais 6% das mulheres e 8% dos homens completaram o ensino primário mas nunca frequentaram o ensino secundário);
- 38% das mulheres e 55% dos homens frequentaram o ensino secundário superior (dos quais 7% das mulheres e 13% dos homens concluíram o ensino secundário superior mas não frequentaram o ensino superior);
- Apenas 5% das mulheres e 8% dos homens frequentaram ou concluíram o ensino superior;
- A percentagem de mulheres que sabem ler é claramente inferior (58%) à dos homens (84%).



**Figura 18: Percentagens de escolaridade por género (INE – IIMS – 2017).**

O nível de instrução é mais elevado nas gerações mais jovens, em ambos os sexos. Mais de metade das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (53%) frequentaram o ensino secundário ou superior, percentagem que desce para 22% no grupo etário 45-49 anos (diferença de 31 pontos percentuais). O mesmo se aplica aos homens: esta percentagem varia entre 64% na faixa etária dos 15-24 anos e 53% na faixa etária dos 45-49 anos (diferença de 11 pontos percentuais). O nível de instrução é mais elevado na zona urbana. Cerca de 51% das mulheres e 66% dos homens com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos que vivem nas zonas urbanas atingiram o nível secundário, em comparação com apenas 10% das mulheres e 28% dos homens nas zonas rurais.

O nível de escolaridade aumenta à medida que aumenta o nível socioeconómico do agregado familiar. Assim, 65% das mulheres e 68% dos homens do quinto quintil socioeconómico frequentaram o ensino secundário, contra apenas 7% das mulheres e 18% dos homens do primeiro quintil. Nas zonas urbanas, 72% das mulheres e 92% dos homens com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos são alfabetizados, contra 25% e 63% nas zonas rurais, respetivamente.

A maioria dos homens e mulheres (84% e 58%, respetivamente) são alfabetizados. Entre as mulheres, a taxa de alfabetização mais baixa do país encontra-se na província do Bié (25%) e, entre os homens, na província do Cunene (64%).



Em Cabinda, apenas 21% da população com 18 anos ou mais completou o ensino secundário (12.º ou 13.º ano).

**Tabela 4 – Nível de escolaridade da população com mais de 18 anos de idade (INE, 2014).**

Província	Nunca participou	Nenhum nível	Ensino primário	I ciclo de ensino secundário	II ciclo de ensino secundário	Ensino superior
Cabinda	17,8	14,4	22,0	21,7	21,2	3,0

De acordo com a Agenda 2063 da União Africana, a Educação e o Ensino Superior são também uma área de intervenção prioritária para concretizar a aspiração de prosperidade baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável. Para o efeito, esta agenda continental refere a necessidade de levar a cabo uma "Revolução nas Qualificações liderada pela Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação", identificando estratégias que devem ser seguidas pelos países, tais como: expandir a rede escolar do Pré-escolar, Primário e Secundário; aumentar o número de professores qualificados em todos os níveis de ensino; tornar o Ensino Técnico-Profissional mais acessível às mulheres, garantindo técnicos mais qualificados para o mercado de trabalho; promover cursos de pós-graduação de elevada qualidade, de forma a aumentar a capacidade de investigação e desenvolvimento (I&D) das universidades africanas.

A Educação e o Ensino Superior fazem também parte da Agenda 2030 das Nações Unidas, procurando "assegurar o acesso a uma educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (ODS 4). No quadro do PDN 2018-2022, são definidas as seguintes prioridades de intervenção para a política de Educação e Ensino Superior em Angola:

- Adaptar a rede de formação inicial de professores às necessidades actuais e futuras de docentes devidamente qualificados na educação pré-escolar, no Ensino Básico e em cada disciplina do I e II ciclos do Ensino Secundário (geral, técnico-profissional e pedagógica);
- Melhorar e alargar a rede pré-escolar de jardins-de-infância e garantir a escolaridade obrigatória das crianças de 5 anos na classe de iniciação;
- Aumentar a taxa de escolarização do Ensino Básico e Secundário, melhorar a qualidade do ensino ministrado na rede de escolas, combater o insucesso escolar e garantir a inclusão e o apoio pedagógico aos alunos com necessidades especiais;
- Promover a melhoria do Ensino e Formação Técnico-Profissional, garantindo uma maior participação dos alunos em estágios curriculares nas empresas, com um aumento dos cursos técnico-profissionais de acordo com as necessidades do mercado de trabalho;
- Intensificar a literacia e a educação de jovens e adultos;
- Melhorar as condições físicas e de saúde dos alunos e tornar a escola num espaço inclusivo e de bem-estar;
- Melhorar a rede de Instituições de Ensino Superior (IES), aumentar os cursos e os diplomados, aumentar a oferta de cursos de pós-graduação e melhorar a qualidade do ensino ministrado com o reforço da qualificação de mestres e doutores;
- Desenvolver o sistema de avaliação e certificação do ensino superior;
- Promover a I&D nas universidades e centros de investigação do país, com investigadores de carreira, laboratórios equipados e ligação a redes internacionais de investigação e divulgação, partilha e acesso a dados, nacionais e internacionais.

A Política Educativa é da responsabilidade do Ministério da Educação (MED), e visa dotar os alunos de conhecimentos gerais e técnicos para os diferentes ramos de atividade económica e social do país, preparando-os, simultaneamente, para a inserção na vida ativa e para o acesso ao Ensino Superior.

O Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação "Educar Angola 2030", em execução desde 2017, é o instrumento orientador desta política setorial, que também integra o PNFQ, cabendo ao MED a execução do "PA 2 - Formação de Quadros Médios" e do "PA 4 - Formação de Docentes, Especialistas e Investigadores em Educação" (no âmbito do PNFQ 2013-2020).

O Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) é o órgão competente para a formulação e execução da Política do Ensino Superior, visando a formação de quadros superiores e assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana. É também responsável pelo funcionamento do sistema, o que pressupõe a coordenação harmoniosa de todas as IES (respeitando, naturalmente, os diferentes regimes de autonomia, conferidos por lei). Cabe ainda a este Ministério, no âmbito do PNFQ 2013-2020, a implementação do "PA1 - Formação de Quadros Superiores" e do "PA 3 - Formação de Docentes e Investigadores para o Ensino Superior e Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação".

### **7.5.2 Estabelecimentos de ensino em Cabinda**

O sistema de ensino e aprendizagem de toda a província de Cabinda compreende 286 escolas públicas e 53 privadas, perfazendo um total de 340 escolas, o que corresponde a 2.102 salas de aula. O corpo docente é composto por 3.895 pessoas, número que cresceu com a admissão de mais 791 professores, em 2019 (Angop, 2019). Cerca de 200.000 alunos foram matriculados em 2019 nos municípios de Cabinda, Cacongó, Belize e Buco Zau, contra os 180.000 matriculados em 2018 (PDN 2018-2022).

### **7.5.3 Estabelecimentos de ensino no sítio Comuna de Malembo**

O sistema de ensino na comuna de Malembo é constituído por 5 escolas primárias. O número de alunos matriculados corresponde a 125 alunos do ensino primário, 73 do I ciclo e 40 alunos do II ciclo. Não existem escolas secundárias ou universidades privadas na comuna de Malembo. Estima-se que a taxa de alfabetização na província de Cabinda seja de 87% e na comuna de Malembo de 32%. Para os jovens, entre os 15 e os 24 anos, a taxa de alfabetização é de 58% na comuna de Malembo e de 79% na província de Cabinda.

A taxa de escolarização, na comuna de Malembo, para o ano 2021/2022 foi de 86% nas escolas primárias e 14% nas escolas secundárias. O rácio aluno-professor na comuna de Malembo é de 29 alunos por professor, contra 37 alunos por professor na província de Cabinda.

Estima-se que, em Cabinda, 65.028 crianças estejam fora do sistema escolar devido à distância que têm de percorrer diariamente, à falta de transportes públicos, à falta de refeições escolares e às condições financeiras.





**Figura 19: Exemplo de infraestruturas escolares na comuna de Malembo - Escola Primária de Tchifimbo.**

## **7.6 Saúde, segurança e proteção da comunidade**

### **7.6.1 Panorama do sistema de saúde de Angola**

Em Angola, o contexto atual do sector da saúde é caracterizado pela existência de um quadro regulamentar em conformidade com o Plano Nacional de Saúde (PNS) e o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS) 2012-2025.

O PNDS de 2012 identificou alguns dos principais pontos fracos do sector da saúde, nomeadamente escassez e distribuição assimétrica de recursos humanos qualificados a todos os níveis; insuficiente cobertura sanitária e dificuldade em manter as unidades de saúde existentes; elevadas taxas de mortalidade materna e infantil; elevado nível de desnutrição em crianças com menos de 5 anos de idade; elevada incidência de doenças crónicas não transmissíveis, infecciosas e parasitárias, sobretudo as principais endemias, doenças respiratórias e diarreicas, bem como a persistência de surtos de cólera, raiva e sarampo; dificuldades acentuadas no Sistema de Gestão da Saúde e um modelo de financiamento inadequado.

33,1 % da população angolana é constituída por jovens (entre os 10 e os 20 anos de idade). A elevada taxa de fecundidade total de 6,4 filhos e a baixa prevalência de contraceptivos modernos de 12,8 % (2010) contribuem para uma taxa de crescimento anual da população de 3,2 %. Em resultado do sexo desprotegido, da disponibilidade limitada e do fraco acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva pró-juventude, a taxa de fertilidade dos jovens é de 152,1 por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos. Esta situação conduz a uma elevada mortalidade e morbilidade materna (450/100.000), fístula obstétrica, nados-mortos e abortos inseguros. (UNPAF, 2015-2019).

A saúde pública em Angola não se limita apenas ao baixo número de médicos: existem problemas de distribuição e retenção de profissionais, de infraestruturas e de financiamento. O número de médicos e de infraestruturas ainda não é suficiente para responder às necessidades da população. Verificou-se que a rede pública de saúde a nível nacional era composta por 111 estruturas sanitárias (hospitais provinciais e municipais, clínicas, centros e postos de saúde). Do total, 47,7% encontravam-se em boas condições físicas, 22,5% em condições razoáveis e 29,7% em más condições, sendo que a maioria estava encerrada. Os elementos considerados nesta classificação foram o estado da estrutura física, nomeadamente, o estado de conservação das paredes, telhado, portas e janelas, rede eléctrica, instalações sanitárias, rede de esgotos, e a operacionalidade dos seus equipamentos. O sector da saúde a nível nacional aponta para graves fragilidades, quer em termos de infraestruturas, quer em termos de recursos humanos. A Política Nacional de Saúde aponta que a debilidade associada aos recursos humanos se deve principalmente à sua escassez, muitas vezes compensada com a contratação de profissionais estrangeiros através da cooperação internacional; além disso, a distribuição de recursos é desequilibrada no país e a mão de obra especializada é reduzida.

De acordo com dados do PNUD (Atualização Estatística de 2018) existem 1,4 médicos (dados de 2007-2017) por cada 10.000 habitantes e apenas 8 camas (dados de 2007 - 2014) para o mesmo número de habitantes, o que posiciona Angola como um país de "desenvolvimento humano médio".

Embora o estado de saúde da população angolana seja considerado de "desenvolvimento humano médio", o sector tem vindo a melhorar, com a esperança média de vida a aumentar de 51,9 anos em 2013 para 55,8 anos em 2016. As taxas de mortalidade também têm vindo a diminuir, mas continuam a ser consideradas elevadas. De acordo com os dados de 2016, a taxa de mortalidade é de 54,6 crianças por 1000 nados-vivos e de 203 mulheres e 277 homens por 1000 pessoas. A taxa de mortalidade materna (dados de 2015) é de 477 por 100 000 nados-vivos (PNUD, 2019).

A rede sanitária em Cabinda é constituída por cerca de 370 camas (para todos os serviços), 255 no município de Cabinda, 40 em Cacongo, 40 em Bucu-Zau e 35 em Belize. A média provincial é de 1,6 camas por mil habitantes, um valor abaixo das necessidades, tendo em conta que em alguns serviços hospitalares incluindo o CHC (em pediatria e ginecologia), o internamento é solicitado para mais de um paciente por cama.

A rede provincial inclui:

- 1 hospital municipal de nível secundário situado na capital Cabinda;
- 10 centros de saúde e 10 postos médicos;
- 16 médicos (dos quais 12 expatriados e 4 nacionais); e
- 349 técnicos de várias especialidades;

A saúde da maioria da população de Cabinda tem vindo a melhorar nos últimos anos, sobretudo devido à extensão e melhoria dos serviços da rede sanitária, com grande apoio da brigada médica cubana. Além disso, estão a ser feitos esforços para melhorar as estruturas que contribuem para o combate às principais doenças, como o saneamento básico, a recolha e tratamento de lixo e o aumento da distribuição de água potável, cujo grau de cobertura é pouco superior a 25%.

## 7.6.2 Instalações de cuidados de saúde e dados epidemiológicos na área da pesquisa

A rede sanitária na comuna de Malembo é formada por dois centros de saúde localizados no bairro Sassa-Zau e 5 postos médicos localizados nos bairros Tchifimbo, Fulita, Bucu Mazi, Tchele. Estas unidades prestam serviços de consulta geral, análises laboratoriais (testes de VIH, Hepatite A, B, Malária), maternidade e internamentos. O pessoal é composto por 1 médico registado, 43 enfermeiros e 22 médicos tradicionais. As principais patologias registadas e as principais causas de mortalidade são o paludismo e as doenças de hipertensão arterial nos idosos.

O quadro seguinte apresenta o número da população assistida pelo serviço de saúde reprodutiva no ano 2021-2022 (secretaria provincial da saúde).

**Tabela 5 – População assistida, saúde reprodutiva (2021/2022).**

Descrição	Percentagem	População assistida	
		2021	2022
Mulheres grávidas que receberam assistência e acompanhamento	87,3/80%	476/	535
Partos assistidos por profissionais de saúde especializados	11,6/12%	40	43

A taxa de mortalidade adulta em 2021 foi de 1% e de 1,2% em 2022.

Em 2022, as doenças mais registadas foram: malária, hipertensão arterial, febre tifoide, diarreia sanguínea e parasitas intestinais. A percentagem de incidência destas doenças em relação ao total de casos tratados foi de 40% em 2022.

**Tabela 6 – População assistida, 2021/2022.**

Descrição	Número de doentes assistidos	
	2021	2022
Ambulatório	4.159	5.644
Maternidade	40	43
Planeamento familiar	410	749
Pediatria	1.228	455

O sistema de saúde na comuna de Malembo apresenta dificuldades e carece de pessoal técnico para a demanda diária, medicamentos e serviços de apoio, como transportes públicos e ambulâncias para transferências em casos mais graves. As unidades não estão devidamente equipadas para atender casos de especialidades como a COVID19. Em 2021, em todo o hospital provincial de Cabinda, foram referenciados 26 casos graves, contra o ano de 2022 com 24 casos (*levantamento da secretaria provincial da saúde*).



**Figura 20: Exemplo de unidades médicas em Malembo - Posto médico.**

### 7.6.3 Segurança e proteção

Dados sobre a proporção da população com 15 anos ou mais referem que 36,4% a nível nacional considera a sua residência insegura, 48,9% nas zonas urbanas e 14,4% nas zonas rurais (IDREA, 2018-2019<sup>7</sup>).

Na província de Cabinda, uma pesquisa sobre a perceção da insegurança na zona de residência no ano 2018-2019 reportou que 33,0% da população com 15 anos ou mais de idade considera a sua zona de residência como insegura ou perigosa. A maioria dos entrevistados que se sentem mais inseguros em suas casas são mulheres com 52,9%, em comparação com 47,1% dos homens. O período de maior insegurança foi considerado a noite com 60,3%, seguido do dia e da noite com 18,3% e do dia com 1,6%.

<sup>7</sup> <https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados>

A comuna de Malembo, de acordo com os relatos das famílias e das autoridades locais, é considerada segura; os crimes mais comuns registados na comuna são o roubo de galinhas, cabras e produtos agrícolas (*dados do Inquérito às Famílias*).

## 7.7 Mobilidade e infraestruturas

### 7.7.1 Habitação

A maioria dos agregados familiares (69,7% da população total) no município de Cabinda vive em casas próprias, que construíram eles próprios (casas de adobe) ou que contrataram um empreiteiro local. Os 8,5% vivem em casas alugadas por particulares e 4,3% em casas cedidas pelo Estado. Cada habitação tem em média 3 quartos, sendo o número médio de quartos só para dormir de 1,6 e o número médio de pessoas por quarto de 2,9.

**Tabela 7 – População com habitação (INE, 2016).**

Média de Divisões		Média de quartos só para dormir por habitação	Número médio de pessoas por Quarto só para dormir
Angola	2,7	1,6	2,9
Urbano	2,9	1,8	2,7
Rural	2,4	1,4	3,1

A comuna de Malembo tem casas de adobe, de chapa e de alvenaria. Normalmente estas habitações são construídas por membros da comunidade. Os terrenos para construção são obtidos através de autorizações das autoridades locais, de modo a evitar possíveis ocupações em locais considerados sagrados, ou reservas do Estado (*dados do levantamento de campo dos líderes, 2023*).

Em Malembo, a maioria dos agregados familiares vive em habitação própria (70%), 19% vivem em casas alugadas e apenas 6% vivem em casas compradas ou em processo de compra. Cada habitação tem, em média, 3 divisões, incluindo sala de estar, quarto e cozinha. Muitas vezes, a casa de banho, sob a forma de latrina, encontra-se no exterior, num compartimento atrás da casa. Uma casa corresponde a uma capacidade de 5 a 7 pessoas em média (*dados dos inquéritos domiciliários de campo, 2023*).



**Figura 21: Tipos de casas de adobe na comuna**

### 7.7.2 Rede de abastecimento de água

Em Angola, pouco mais de metade dos agregados familiares (53%) têm acesso a fontes de água potável, 67% dos quais em zonas urbanas e 32% em zonas rurais. Nas zonas urbanas, 22% dos agregados familiares têm água canalizada dentro de casa ou no quintal (água potável segura) e 21% obtêm água para beber de um camião-cisterna, de um pequeno vagão-cisterna ou de um motociclo de três rodas (fontes de água não seguras). Nas zonas rurais, 39% dos agregados familiares obtêm água potável de lagos, lagoas, riachos ou canais de irrigação (fontes de água não seguras). Entre 2008-2009 e 2015-2016, o acesso dos agregados familiares a fontes de água potável aumentou 12 pontos percentuais (de 42% para 54%). No entanto, esta melhoria registou-se principalmente nas zonas urbanas.

De acordo com o plano de ação nacional para a energia e água, a atual taxa de cobertura do abastecimento urbano de água (dados de 2020) era de 60%, tendo aumentado para 85% em 2022. Apesar dos importantes progressos registados em alguns sistemas provinciais, a maior parte do investimento destina-se a reforçar a capacidade de abastecimento de água da cidade de Luanda através dos sistemas "Bita" e "Quilonga".

Em Cabinda, de acordo com os dados do censo de 2014, 73% dos agregados familiares têm acesso a fontes de água potável. De acordo com as estatísticas, 111.456 agregados familiares (79.9%) na zona urbana e 10.571 agregados familiares (38.1%) na zona rural têm acesso a fontes de água potável.

Existem diferenças significativas no acesso à água potável entre os municípios. Belize tem o valor mais baixo (cerca de 7 vezes mais baixo do que a média provincial). Neste município, apenas cerca de 10% da população tem acesso a água potável, conforme ilustrado abaixo.

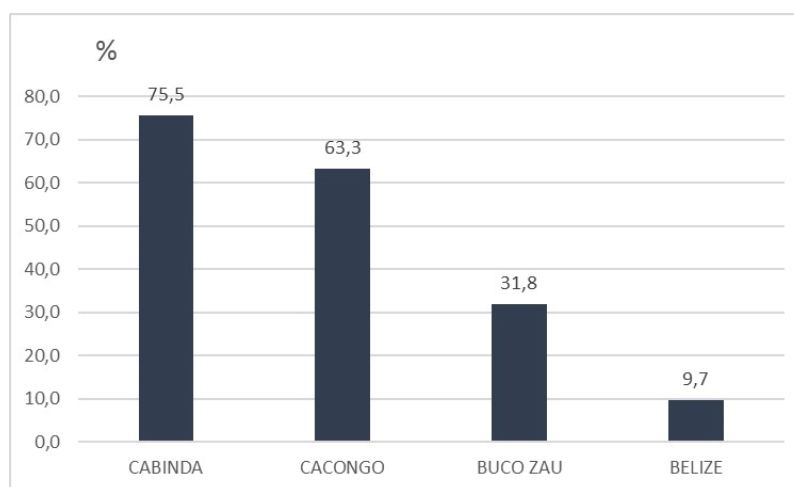
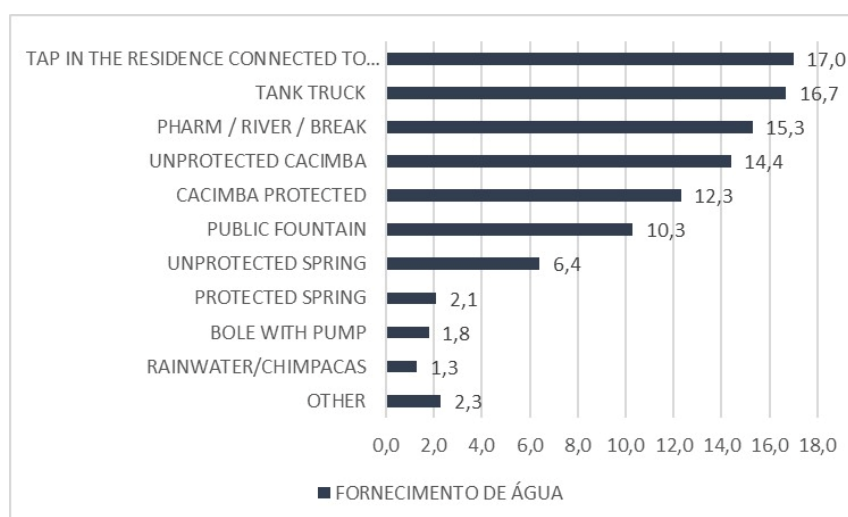


Figura 22: Agregados familiares com fontes de água potável em Cabinda (INE, 2016).





**Figura 23: Fontes de abastecimento de água para consumo dos agregados familiares em Angola (INE, 2016, adaptado (INE, 2016, adaptado)).**

A figura 23 mostra as diferentes fontes de abastecimento de água potável em Angola. No centro de Cabinda 37.6% da população tem ligação à rede pública, enquanto nas zonas periféricas 29.9% da população é abastecida por cacimba protegida e outros 12.6% por camião cisterna.

O governo de Cabinda está a organizar a construção de um sistema de recolha e tratamento de água, o projeto "Abastecimento de Água de Cabinda" em Angola, construído pela China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20). O projeto atingirá com êxito o objetivo de ligações domésticas com condutas DN90 para o abastecimento de água na província. Este projeto de empréstimo chinês é o maior projeto de abastecimento de água em construção em Angola. Prevê-se que o período de construção seja de cerca de 23 meses e o valor do contrato é de 120 milhões de dólares. O projeto inclui a construção de grandes condutas de abastecimento de água, instalações de recolha e purificação de água, tanques de armazenamento, laboratórios de análise de água e redes de abastecimento. O projeto abrangerá 92% da população que vive na província de Cabinda e 600.000 pessoas na área beneficiarão diretamente após a conclusão.

Até agora, foram concluídas as ligações domésticas com tubagem DN400 numa extensão de 16,6 quilómetros e uma entrada de água com tubagem DN300 numa extensão de 18 quilómetros. Quase 5.000 habitantes têm agora acesso a água potável em sete pontos de recolha de água...

Relativamente ao abastecimento de água na Comuna de Malembo, a água é obtida principalmente através de fontes, baldes e poços de água natural.



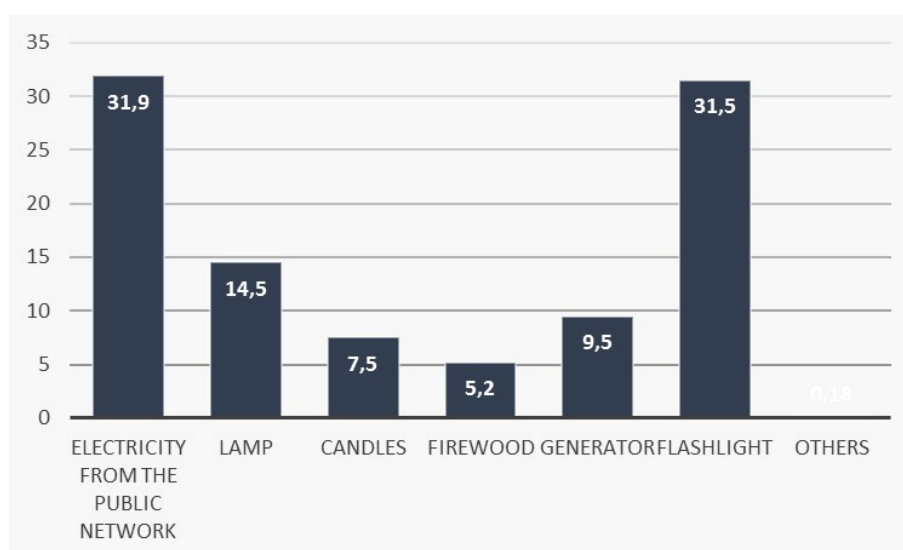
**Figura 24: Fontes de abastecimento de água na comuna de Malembo.**



### 7.7.3 Rede de fornecimento de energia

O sector eléctrico em Angola é constituído por 5 sistemas principais independentes, baseados em centrais hidroeléctricas, nomeadamente, os Sistemas Norte, Centro e Sul e os Sistemas Isolados.

O sector da energia não cobre a totalidade da população angolana. O acesso à eletricidade é descontínuo, o que leva as pessoas e as empresas a recorrerem a outras fontes de abastecimento energético, como geradores independentes, ou apenas a fontes de iluminação. Apenas 32% dos agregados familiares em Angola têm acesso à eletricidade da rede pública. Além disso, o fornecimento também não está distribuído uniformemente por todas as províncias, com algumas províncias a poderem fornecer eletricidade a apenas 5% dos agregados familiares, como se pode ver na figura seguinte.



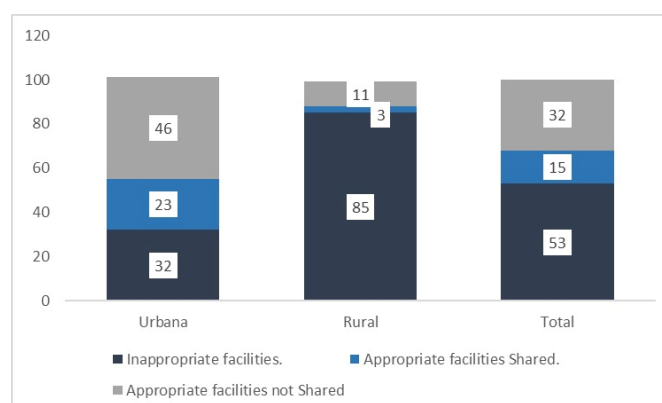
**Figura 25: Distribuição da rede de eletrificação a nível nacional.**

O fornecimento de energia eléctrica na comuna de Malembo é considerado escasso. A maioria dos bairros, à exceção da vila de Malembo, não dispõe de energia eléctrica da rede, sendo muito comum o uso de lanternas e velas para iluminação das casas. A nova central eléctrica de Futila tem uma capacidade de produção superior à procura efectiva e, segundo consta, estará disponível para abastecer todo o desenvolvimento económico da zona do complexo de Malongo, bem como as comunidades circundantes, quando a ligação à rede estiver concluída.

### 7.7.4 Saneamento básico

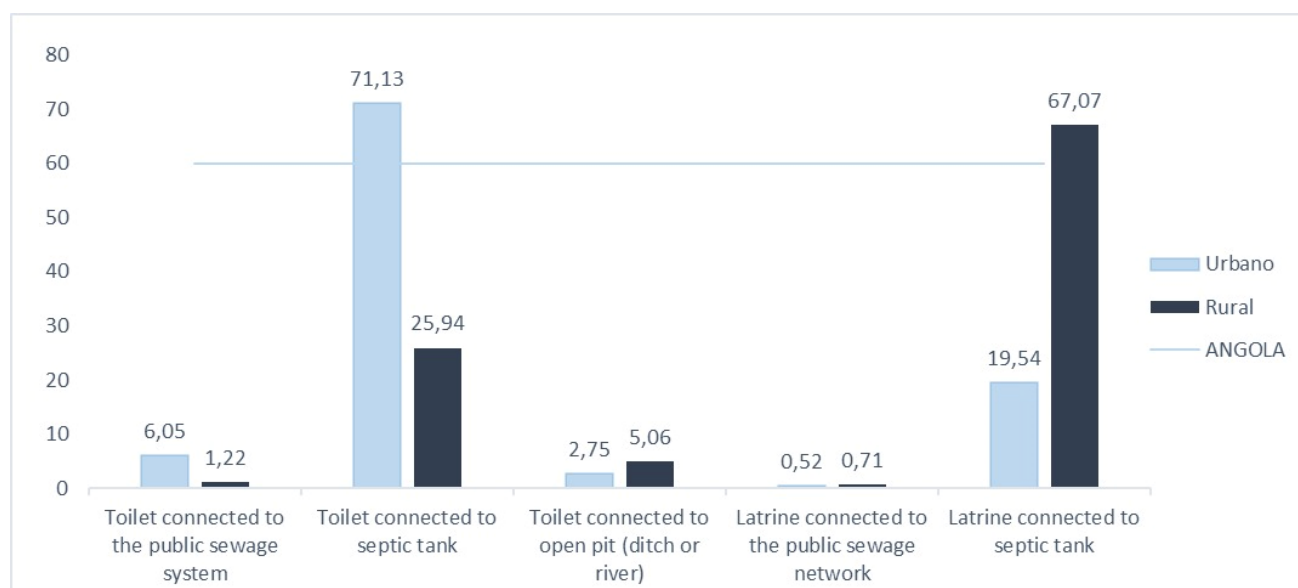
As condições das instalações sanitárias podem contribuir para a transmissão de doenças como a cólera, a febre tifoide e outras, pelo que é importante utilizar instalações sanitárias limpas e não partilhadas. Isto inclui também um sistema de gestão de resíduos deficiente e pouco desenvolvido (não existem aterros sanitários estruturados em Cabinda).

Em Angola, cerca de um terço dos agregados familiares (32%) tem algum tipo de instalações sanitárias seguras e limpas, não partilhadas, e a proporção é maior nas zonas urbanas (46%) do que nas zonas rurais (11%). Por outro lado, mais de metade dos agregados familiares têm instalações inseguras (53%) e esta percentagem é quase três vezes superior nas zonas rurais do que nas zonas urbanas (86% e 32%, respetivamente (IMMS, 2016)).



**Figura 26: Instalações sanitárias adequadas e inadequadas a nível nacional (IMMS, 2016, adaptado).**

A nível nacional, verifica-se que a grande maioria (71,13%) dos agregados familiares na zona urbana utiliza sanita ligada a fossa séptica, enquanto na zona rural este número corresponde a apenas 25,94% da população. A utilização de latrinas (sem ligação à água) ligadas a fossas sépticas, nas zonas rurais é de 67,07% enquanto na zona urbana corresponde a apenas 19,54%.



**Figura 27: Saneamento básico a nível nacional (adaptado, INE, 2016).**

A nível da província de Cabinda, cerca de 76% dos agregados familiares utilizam o sistema de saneamento, ligado à rede de esgotos. No entanto, a figura mostra que é apenas para 63% das pessoas nas zonas rurais contra 79% das pessoas nas zonas urbanas. Além disso, a descarga de fossas sépticas não é controlada, especialmente considerando a falta de um aterro sanitário estruturado.

Apenas 20% dos agregados familiares depositam o lixo ou resíduos sólidos em instalações adequadas. O lixo é depositado ao ar livre por 76% dos agregados familiares na província de Cabinda, sendo 74% entre os residentes nas zonas urbanas e 87% entre os residentes nas zonas rurais. Apenas 21% dos agregados familiares residentes nas zonas urbanas depositam o lixo em contentores (INE, 2016).

Na comuna de Malembo não existe uma rede de saneamento básico em funcionamento. A maior parte dos resíduos é queimada e enterrada. As famílias não dispõem de instalações sanitárias ligadas a fossas sépticas e as instalações mais comuns são do tipo retrete/latrina, onde as famílias preparam uma escavação de mais de 3 metros de profundidade (dados dos inquéritos domiciliários de campo, 2023).



**Figura 28: Tipo de instalações sanitárias na comuna de Malembo.**

### **7.7.5 Mobilidade**

#### **7.7.5.1 Mobilidade terrestre**

A rede rodoviária de Cabinda corresponde a um total de 1.210 km, dos quais cerca de um terço é pavimentado. Os restantes dois terços não são pavimentados e constituem a rede secundária e terciária da província. A estrada principal (estrada nacional) que liga a cidade de Cabinda ao Belize atravessa os municípios de Cacongo e Buco-Zau. Em Cacongo, as estradas secundárias e terciárias nos arredores de Vila Lândana e nas zonas rurais estão em mau estado. Em Buco-Zau, foram efectuadas obras de construção e reparação de estradas, facilitando a circulação de pessoas e bens (Administração Municipal de Cacongo e Buco-Zau, junho de 2012).

A falta de transportes públicos entre os municípios dificulta muito o desenvolvimento dos municípios e comunas mais distantes da cidade:

- Cabinda/Yema: 24 km;
- Cabinda/Lândana: 49 km;
- Landana/ Bichequete: 11 km;
- Bichequete/ Massabi: 41 km.

O quadro seguinte representa a extensão da rede existente na província.

**Tabela 8 - Rede rodoviária, tráfego e mobilidade.**

<b>Estrada nacional (pavimentada)</b>	<b>Estradas secundárias (pavimentadas)</b>	<b>Estradas terciárias (não pavimentadas)</b>
EM-100 (24, 49,11 e 41) km	28, 10, 16, 32 km	17, 21, 40, 10, 22, 74 km
EM- 101 (52,56,29,30, 41) Km	44, 24, 25, 30, 28, 36, 42km	32, 26, 21, 10, 31, 15km
EM- 200 (33, 41, 36,18) Km	-----	-----
PEN-201 (11,26,25) Km	-----	-----



**Figura 29: Estrada de acesso à comuna de Malembo.**

Os serviços de transportes públicos em Cabinda incluem 18 empresas autorizadas que estendem os serviços a toda a província. A maior parte da circulação de pessoas e bens na província é efectuada por serviços privados de táxi, utilizando viaturas como carrinhas do tipo Hiace, carrinhas Toyota, motociclos e vários automóveis ligeiros.

O transporte privado está maioritariamente registado e existe uma associação de taxistas, mototáxis e camionistas que trabalha em coordenação com a Secretaria Provincial dos Transportes. Estima-se que 60% dos jovens trabalham por conta própria em serviços de táxi.

A ANAC é o organismo que tem a responsabilidade da manutenção e controlo das estradas civis.

#### **7.7.5.1.1 Pesquisa de monitorização do tráfego rodoviário**

Uma vez que não existe informação publicamente disponível sobre o fluxo de tráfego nas estradas próximas da área do Projeto, foi realizado um estudo de monitorização do tráfego rodoviário pela Saioz Engenharia, de 23rd a 29th de outubro de 2023, com o objetivo de melhorar o conhecimento geral do tráfego rodoviário local nas proximidades da área do Projeto. A pesquisa consistiu numa contagem de tráfego.

A principal estrada que serve a região é a EN100, que se estende ao longo da costa e liga a República Democrática do Congo (Congo-Kinshasa), a Sul, à República do Congo (Congo-Brazzaville), a Norte. A EN100 é a estrada principal, a principal infraestrutura de transporte da Província de Cabinda, ligando as zonas mais povoadas da costa. A partir desta estrada, partem outras estradas principais da Província, tais como:

- A EN200, que liga a Buco Zau, Belize e a fronteira nordeste com o Congo-Brazzaville;
- A EN201, que faz a ligação a Zenza do Lucula, perto da fronteira oriental com o Congo-Kinshasa; e
- A EN202, que liga a região de Malembo à parte leste da província, conectando-se com as EN101 e EN201.

A EN202 será o principal ponto de ligação ao local do projeto. Será construída uma rotunda para permitir e facilitar o fluxo de tráfego para o aeroporto.

A seguinte Figura 30 mostra as rotas das estradas principais na Província de Cabinda e a localização do Projeto.



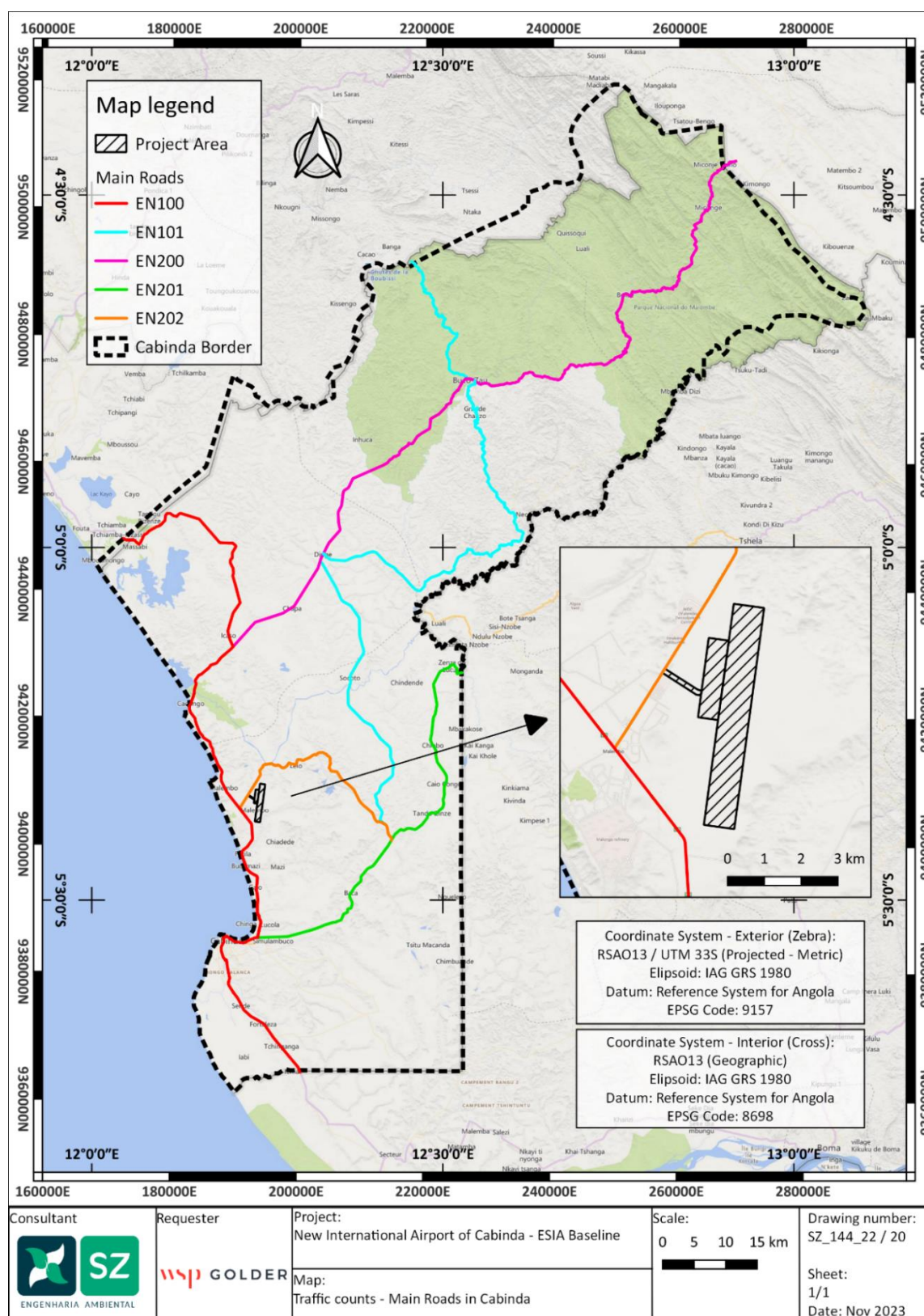


Figura 30: Estradas principais na província de Cabinda e localização do Projeto.

**Estradas principais na província de Cabinda e localização do Projeto**

Como já foi referido, a EN202 será a estrada utilizada para chegar e sair do NAIC. A EN202 faz a ligação com a EN100, que permite a distribuição do tráfego para Norte, para Malembo, Landana, Buco Zau, Belize e Congo-Brazzaville, e para Sul, para Futila, Porto Caio, cidade de Cabinda e Congo-Kinshasa.

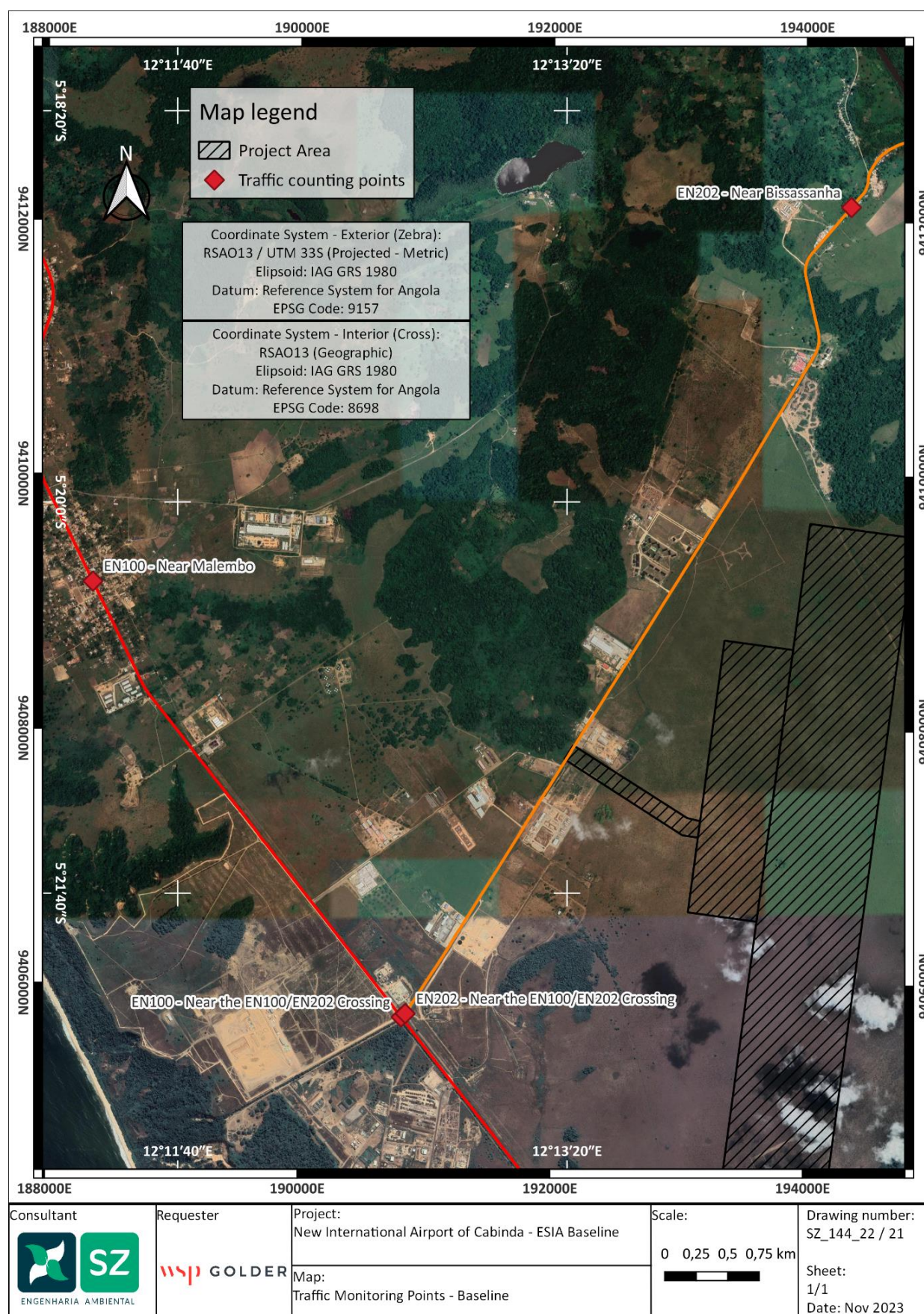
Como tal, considerou-se que estas duas estradas seriam as mais importantes a ter em conta na avaliação de situação de referência.

Durante o estudo de tráfego, a Saioz seleccionou quatro (4) pontos de contagem de tráfego, dos quais dois (2) na EN202 e dois (2) na EN100. As coordenadas dos pontos de contagem estão detalhadas no seguinte Tabela 9, referenciadas pelo sistema geográfico RSAO13, definido no Decreto Legislativo Presidencial n.º 9/18, de 18 de junho, e pelo sistema métrico projetado RSAO13 - UTM33S, que são os sistemas de coordenadas oficiais para Angola. As localizações dos pontos de levantamento são apresentadas na Figura 31.

**Tabela 9: Coordenadas dos Pontos de Contagem de Tráfego.**

Ponto	RSAO13		RSAO13/ UTM 33S	
	Latitude (GMS)	Longitude (GMS)	P (m)	M (m)
<b>Ponto 1: EN100 – Perto de Malembo</b>	5°20'20,22" S	12°11'18,24" E	9.409.157 N	188.364 E
<b>Ponto 2: EN100 – Perto do cruzamento com EN202</b>	5°22'11,67" S	12°12'37,40" E	9.405.741 N	190.819 E
<b>Ponto 3: EN202 – Perto do cruzamento com EN100</b>	5°18'44,75" S	12°14'33,10" E	9.412.119 N	194.355 E
<b>Ponto 4: EN202 – Perto de Bissassanha</b>	5°22'10,79" S	12°12'38,45" E	9.405.769 N	190.851 E





**Figura 31 : Pontos de contagem de tráfego.**

A contagem do tráfego foi efectuada segundo a metodologia seguinte:

- A Saioz realizou sete (7) dias consecutivos de contagem de tráfego, de segunda a domingo, entre 23rd e 29th de outubro de 2023;
- a contagem de tráfego foi efectuada entre as 06:00 e as 20:00 horas, abrangendo, portanto, tanto o período diurno como o período noturno. A única exceção foi o ponto de contagem de Bissassanha que, devido a questões de segurança, só foi controlado até às 17:00 horas;
- devido a questões de segurança, não foi efectuada qualquer contagem durante a noite;
- cada dia foi dividido em 8 períodos de contagem de 30 minutos cada, distribuídos ao longo do dia;
- a contagem do tráfego foi dividida por:
  - direções de viagem (nos dois sentidos);
  - três (3) classes de veículos que são os motociclos, os veículos ligeiros (ou seja, automóveis) e os veículos pesados.

Em resumo, a pesquisa consistiu em 53 a 56 contagens por cada ponto, com 30 minutos de tempo de contagem, abrangendo 7 dias (de segunda-feira a domingo) para um tempo total de contagem entre 26,5 e 28,0 horas por cada ponto. Os seguintes dados da Tabela 10 apresentam um resumo da metodologia aplicada.

**Tabela 10 : Resumo do esforço da pesquisa desenvolvida.**

<b>Estradas inspeccionadas</b>	EN100 e EN202	
<b>Pontos de pesquisa</b>	4 Pontos (2 por estrada)	
<b>Dias de pesquisa</b>	23/10/2023 (Segunda-feira) 24/10/2023 (Terça-feira) 25/10/2023 (quarta-feira) 26/10/2023 (Quinta-feira) 27/10/2023 (sexta-feira) 28/10/2023 (Sábado) 29/10/2023 (Domingo)	
<b>Contagem períodos de</b>	EN100 (ambos os pontos) e EN202 (perto do cruzamento com a EN100)	EN202 – em Bissassanha
	06:00	06:00
	08:00	08:00
	10:00	10:00
	12:30	12:30
	14:30	14:30
	16:30	15:00
	18:00	16:00
	20:00	17:00
<b>Tempo de contagem</b>	30 minutos em cada contagem	
<b>Dados recolhidos</b>	Tráfego dividido em ambos os sentidos. 3 classes de contagem: Motociclos (M), veículos ligeiros (LV), veículos pesados (HV)	

A seguinte Figura 32 é uma fotografia de um topógrafo durante as contagens de tráfego.





Figura 32: Inquiridor durante as contagens de tráfego.

### Resultados da pesquisa de monitorização do tráfego rodoviário

Os resultados foram resumidos nas figuras seguintes (Figura 33 a Figura 36) que apresentam os valores horários obtidos em cada ponto de contagem.

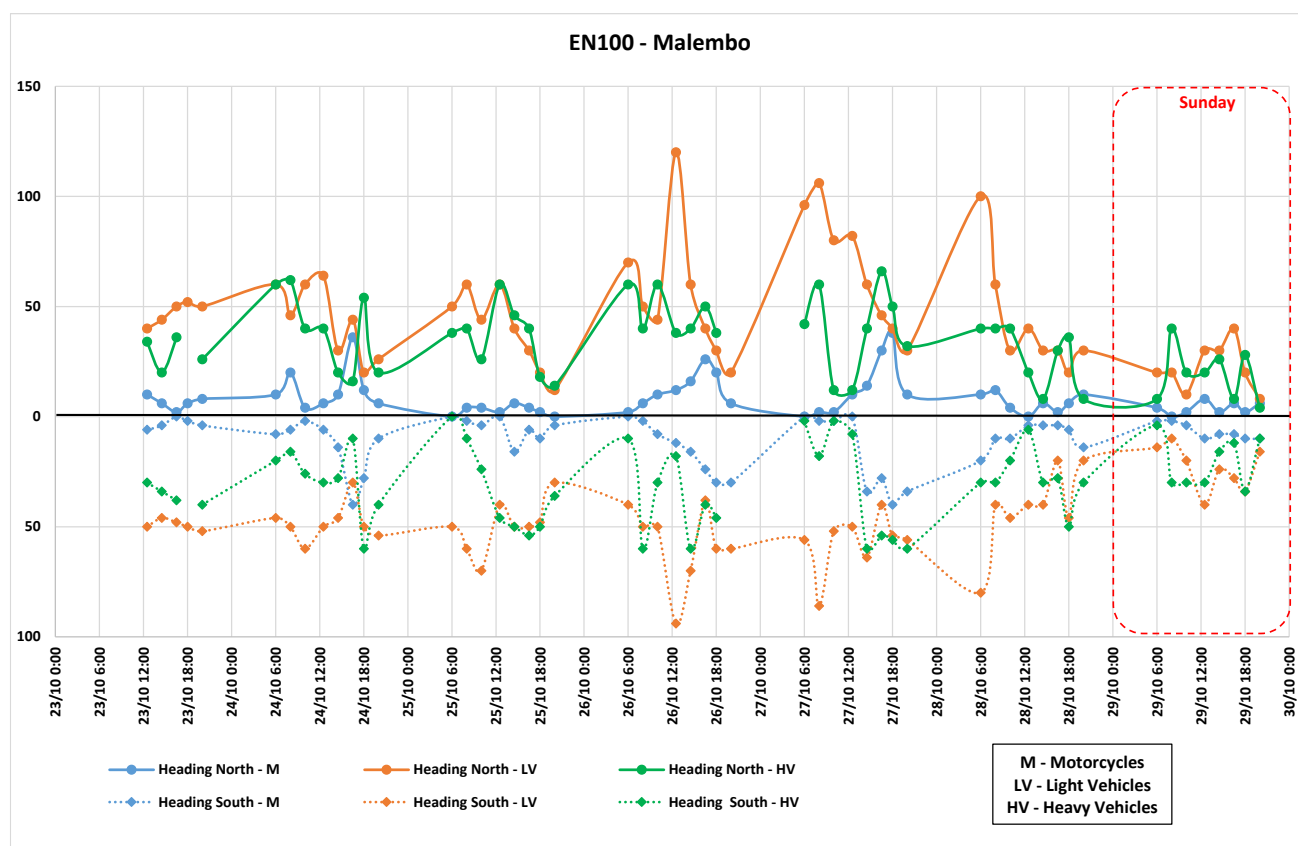
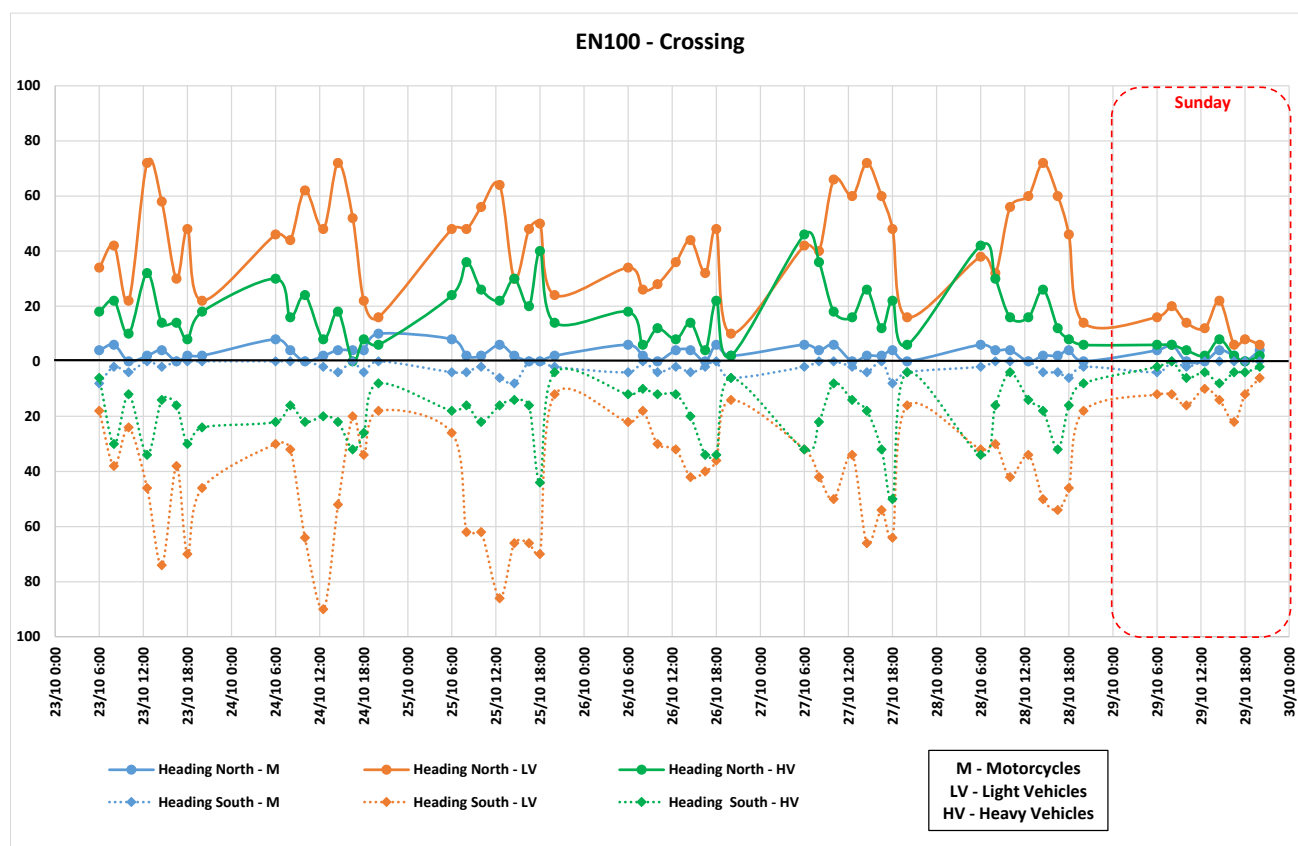
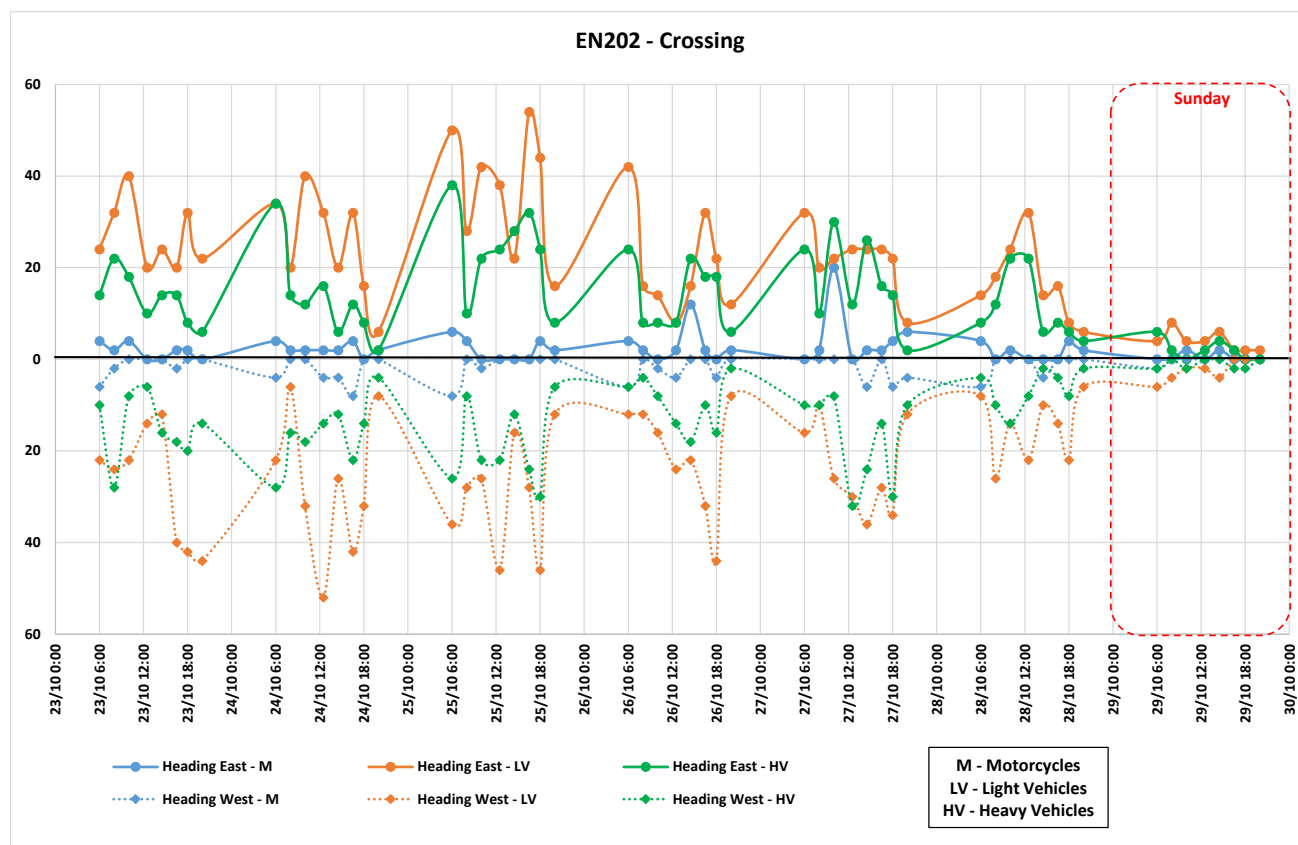


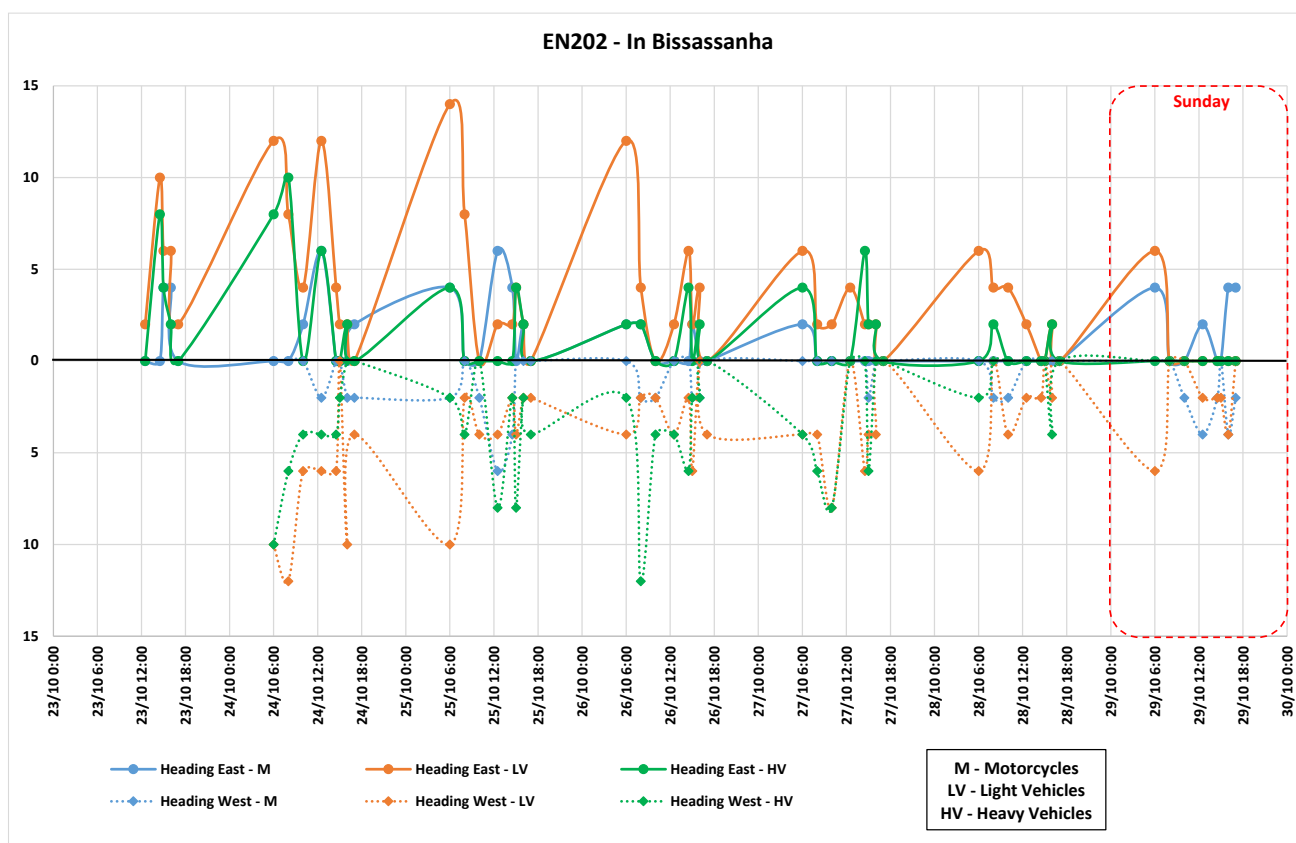
Figura 33 : Resultados de campo - Ponto 1 - EN100 em Malembo.



**Figura 34 : Resultados de campo - Ponto 2 - EN100 no cruzamento com a EN202.**

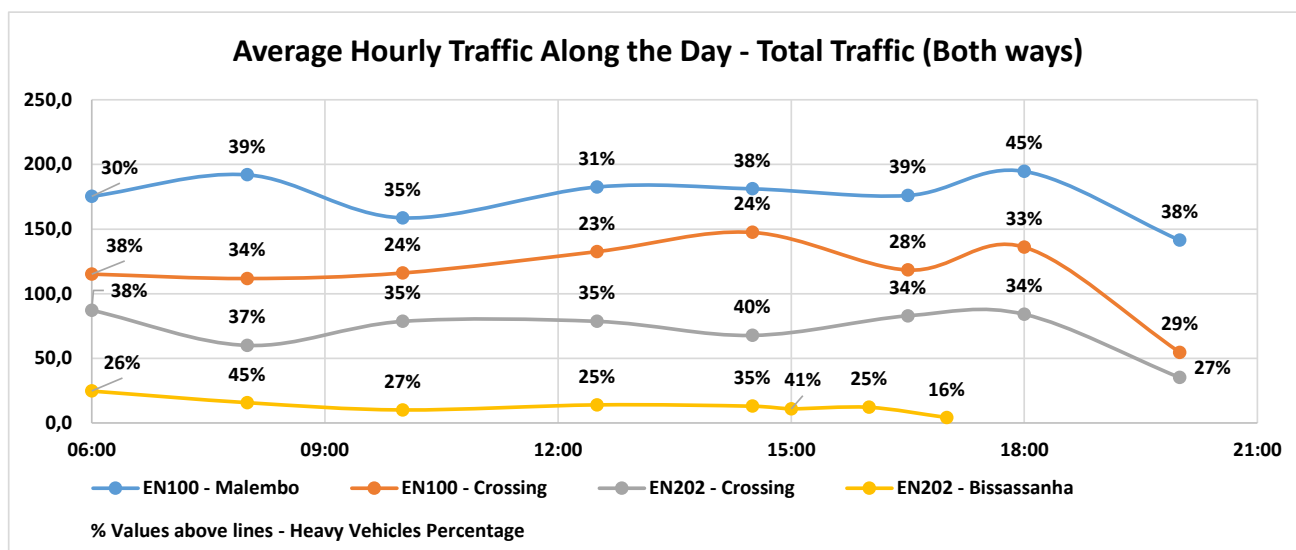


**Figura 35 : Resultados de campo - Ponto 3 - EN202 No cruzamento com EN100.**



**Figura 36 : Resultados de campo - Ponto 4 - EN202 em Bissassanha.**

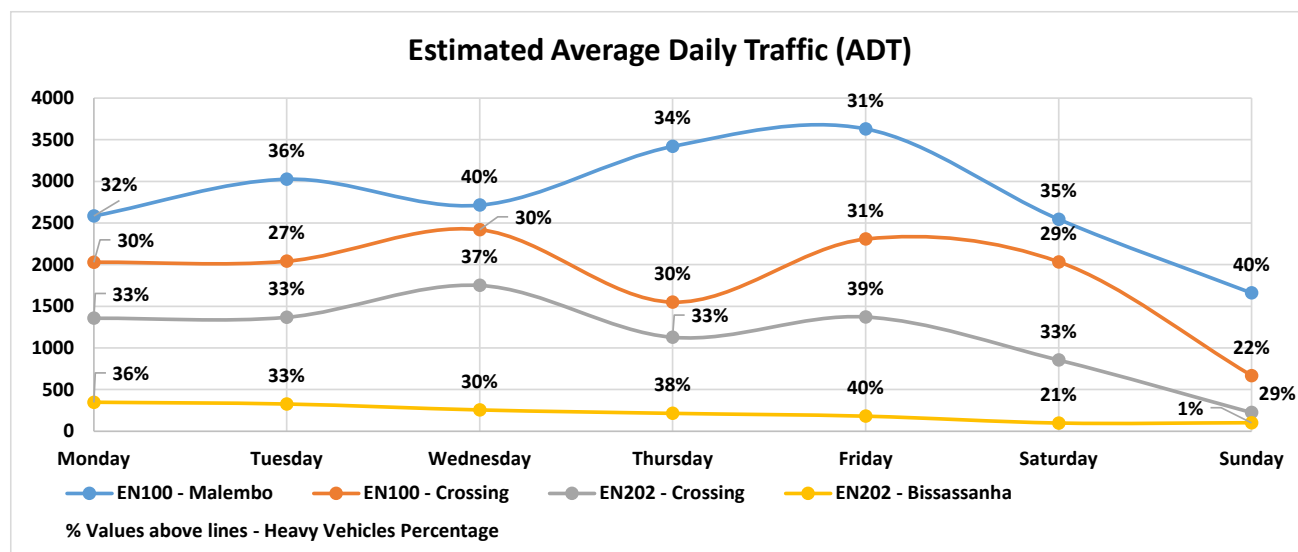
Com base nestes dados de campo, foram então estimados os valores médios horários de tráfego em cada ponto, permitindo assim avaliar as variações ao longo do dia, como se pode ver na Figura 37. As contagens de tráfego desenvolvidas representam o período das h 06:00 às h 21:00 (período de 15 horas - Dia e Anoitecer), e das h 06:00 às h 18:00 em Bissassanha.



**Figura 37 : Tráfego rodoviário médio horário ao longo do dia.**

Conforme explicado na metodologia, devido a preocupações de segurança, não foram efectuadas contagens de tráfego durante o período noturno. Assim, para complementar os dados obtidos, considerou-se que o período noturno (das h 21:00 às h 06:00) teria um tráfego médio horário de 25% dos valores horários mínimos

obtidos durante os períodos de dia e crepúsculo. Desta forma, os dados de contagem foram extrapolados para cobrir todo o período diário de 24 horas, de forma a calcular os valores de Tráfego Médio Diário (TMD) para cada ponto de contagem, conforme apresentado na figura seguinte.



**Figura 38 : Estimativa do tráfego médio diário ao longo da semana.**

Considerando a mesma abordagem descrita anteriormente, obtiveram-se os Valores Globais de Tráfego para cada ponto de prospeção, apresentados na tabela seguinte.

**Tabela 11: Resumo dos resultados - Valores globais de tráfego para os pontos de pesquisa.**

Parâmetros	EN100		EN202	
	Em Malembo	Perto do cruzamento EN100/EN202	Perto do cruzamento EN100/EN202	Em Bissassanha
Tráfego médio por hora (AHT)	173	116	72	13
Estimativa do tráfego médio diário (ADT)	2797	1864	1151	217
Percentagem de veículos pesados (HV)	36%	29%	35%	31%
Tráfego em hora de ponta (PHT)	195	147	87	25

### **Discussão dos resultados da pesquisa de monitorização do tráfego rodoviário**

Os resultados mostraram que a estrada EN100 tem um volume de tráfego significativamente mais elevado do que a estrada EN202, com diferenças relevantes ao longo da estrada. A zona de Malembo apresenta um maior volume de tráfego, possivelmente associado ao tráfego pendular entre as comunidades de Malembo e do norte, perto de Landana, e também ao fluxo de tráfego dentro da própria zona urbana. Perto da base de Malongo, no cruzamento com a EN202, apesar da existência de várias indústrias pesadas, o volume de tráfego na EN100 é menor do que em Malembo.



Relativamente à EN202, o tráfego está sobretudo associado às indústrias localizadas no seu troço inicial (i.e., ocidental), uma vez que o volume de tráfego em Bissassanha é muito inferior ao que se verifica junto ao cruzamento com a EN100. Assim, é expetável que o principal volume de tráfego nesta via se localize entre o cruzamento com a EN100 e a futura entrada do aeroporto.

A percentagem de veículos pesados é semelhante para todas as estradas, variando entre 29% e 36%. Estes dados indicam a influência do sector industrial nas estradas que servem a região.

Ao avaliar as variações horárias ao longo do dia, o fluxo de tráfego não apresenta picos significativos, registando apenas um ligeiro aumento no início (h 06:00 a h 08:00) e no final (h 18:00) do dia de trabalho. As contagens ao anoitecer (h 20:00) registam uma diminuição relevante do tráfego nos quatro pontos.

No domingo, os quatro pontos registaram uma diminuição significativa do fluxo de tráfego, confirmando que o fluxo de tráfego nestas estradas está principalmente associado às deslocações profissionais e à atividade industrial.

Em conclusão, a componente de tráfego é altamente sensível, uma vez que reflecte diretamente as actividades económicas e industriais da região, os padrões de deslocação pendular e a procura de infraestruturas. Alterações nas operações industriais, no horário de trabalho ou na introdução de novas infraestruturas, como neste caso a introdução de um novo aeroporto internacional, podem ter um impacto significativo nos padrões de tráfego. A avaliação destes padrões é fundamental para avaliar a sustentabilidade a longo prazo da infraestrutura de transportes na zona. As variações observadas no tráfego fornecem informações sobre o planeamento futuro necessário das redes de transportes na zona, que determinarão as medidas de atenuação a aplicar. Serão implementadas medidas de atenuação robustas, que minimizarão estrategicamente os impactos adversos, sobretudo no cruzamento entre a EN100 e a futura entrada do aeroporto, a fim de acomodar eficazmente as alterações previstas nos padrões de tráfego e minimizar as perturbações.

#### **7.7.5.2 Mobilidade marítima**

Relativamente ao transporte marítimo e fluvial, a Agência Marítima Nacional é responsável pela coordenação, fiscalização e licenciamento marítimo e fluvial. A agência tem por missão regulamentar e fiscalizar, licenciar e apoiar a coordenação e o planeamento no sector dos transportes marítimos. Assegura também a segurança marítima e a navegação, as actividades hidrográficas, a cartografia, as dragagens, a sinalização náutica e controla a poluição marítima e dinamiza a cabotagem e o comércio marítimo nacional.

A província tem uma ponte-cais e está em curso a construção do terminal marítimo de águas profundas do Caio, que faz parte do crescimento económico de Cabinda.

#### **7.7.5.3 “Aeroporto de Cabinda” Existente**

A pista do atual aeroporto de Cabinda tem 2.600 metros de comprimento e 30 metros de largura, com o terminal a ter uma área de 19 mil metros quadrados, sendo capaz de acomodar até 900 passageiros nas horas de ponta. As razões pelas quais o atual aeroporto necessita de ser renovado são apresentadas detalhadamente no Capítulo 2 - Descrição do Projeto.

Construído em 1951, funcionou inicialmente com uma pista precária até ser transformado no Aeródromo de Manobras n.º 95, servindo ainda como aeródromo satélite da Base Aérea n.º 9, da Força Aérea Portuguesa. No texto publicado em Diário da República, é referido que *“o atual aeroporto da província de Cabinda, localizado na parte sul da cidade e face às exigências de tráfego e comércio, opera no limite da sua capacidade, afectando negativamente as ligações e transacções comerciais, bem como de pessoas e bens, por se localizar numa zona urbana densa que impede a mobilidade”*.

O despacho presidencial n.º 38/22, de 21 de fevereiro, indica ainda que existe a *"necessidade de assegurar a implementação de um procedimento de contratação pública mais célere para a concessão, construção, fornecimento, instalação de equipamentos e material" do novo aeroporto*<sup>8</sup>.

## 7.8 Direitos Humanos

O Índice de Desenvolvimento Humano de 2021, que avalia três dimensões básicas do desenvolvimento humano, nomeadamente uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um nível de vida decente, apresenta uma pontuação de 0,586, colocando Angola na categoria de desenvolvimento humano médio; o país é, por conseguinte, considerado como estando em risco médio nesta avaliação dos direitos humanos. Angola ocupa o 148.º lugar entre 191 países, com um crescimento anual do IDH de 1,1 % nos últimos dez anos. Entre 1999 e 2021, a esperança de vida à nascença em Angola aumentou 16,3 anos, a média de anos de escolaridade aumentou 2,0 anos e a esperança de anos de escolaridade aumentou 8,0 anos, o que revela uma tendência de melhoria do desenvolvimento humano no país.

O relatório nacional do Exame Periódico Universal para Angola (2019)<sup>9</sup> afirma que, desde 2017, o governo do Presidente João Lourenço deu aos direitos humanos uma nova importância no país e que se registaram melhorias de 2014 a 2019. O presidente foi eleito para um segundo mandato em 2022 e a votação foi pacífica, embora com algumas restrições severas à liberdade de expressão e de reunião durante as eleições. Relativamente à estabilidade do país, de acordo com o Índice de Estados Frágeis (FSI), Angola tem uma pontuação em 2022 de 88,1 (máx. 120) e ocupa o 35.º lugar (entre 179 países) na classificação do FSI. Isto coloca Angola na categoria de alto risco. Nos últimos cinco anos, a variação de pontos foi de -3,00, o que indica uma mudança positiva.

Embora a atenção da presidência pareça centrar-se na criação de emprego para os jovens e no respeito pelos direitos humanos, continuam a ocorrer algumas violações relacionadas com a detenção arbitrária de manifestantes e o uso da força pelas forças de segurança (HRW, 2022). No entanto, em 2019, foi aprovada uma Estratégia Nacional de Direitos Humanos (2019-2022) com a participação da sociedade civil e o seu objetivo é defender e monitorizar os direitos humanos no país e punir qualquer violação. A criação de uma cultura de direitos humanos está em curso com a introdução de acções de formação e de formação em serviço para juizes, funcionários responsáveis pela aplicação da lei e instituições de ensino superior (UPR, 2019). Também se registaram progressos em matéria de desigualdade de género no país, com progressos registados no número de mulheres que ocupam cargos relevantes no parlamento e nas pastas ministeriais (HRW, 2022<sup>10</sup>).

Angola está classificada como um país com elevadas violações sistemáticas de direitos pelo Índice Global de Direitos da CSI. Esta classificação significa que os trabalhadores em Angola registaram violações sistemáticas. Embora Angola tenha ratificado todas as oito convenções fundamentais da OIT, a Confederação Internacional dos Sindicatos registou falhas na legislação angolana sobre os direitos de liberdade de associação, os direitos de negociação colectiva e os direitos de greve relativamente às normas internacionais. O Governo tem em vigor várias leis laborais que protegem os direitos humanos; no entanto, estas são frequentemente ineficazes. O governo e/ou as empresas estão empenhados em esforços sérios para esmagar a voz colectiva dos trabalhadores, colocando os direitos fundamentais sob ameaça.

Com base nas estatísticas da OIT, nos indicadores salariais e no Global Living wage, Angola tem um salário mínimo, que foi atualizado pela última vez em 2022. De acordo com o acima exposto, há uma desconexão no valor do salário mínimo dos dados que foram relatados no Doing Business 2016 do Banco Mundial para a última atualização da OIT e da Wage Indicator Foundation em 2022. Tendo em conta que existe um

<sup>8</sup> <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/cabinda>

<sup>9</sup> <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G19/252/51/PDF/G1925251.pdf?OpenElement>

<sup>10</sup> <https://www.hrw.org/world-report/2023/country-chapters/angola>

desfasamento temporal de seis anos que revela uma diminuição do salário mínimo, o risco de o salário mínimo não constituir um salário digno é elevado.

Em 2020, foram registadas 5.704 violações dos direitos da criança no país. Os maiores números de crianças vítimas de violência, correspondendo a um total de 4.516 violações dos direitos da criança, 79% dos registos aconteceram em Benguela (377 violações), Bié (885 violações), Huíla (589 violações), Luanda (1.602 violações) (44 da Direção Provincial e 1.558 do INAC central), Lunda Norte (672 violações) e Zaire (391 violações).

No terceiro trimestre foi encontrado o maior número de casos, correspondendo a 2.229 violações, cerca de 39% do total. Registos de luta paternal (2.373), exploração do trabalho infantil (1.288) e negligência (614) foram as três principais causas registadas.

### Violação dos direitos humanos e necessidade de assistência social

Em Cabinda, o número de violações dos direitos da criança registadas em 2020 foi de 42, das quais 19 foram vítimas do sexo masculino e 23 do sexo feminino, de acordo com a tabela seguinte. Do total, 37 casos foram resolvidos criminalmente.

**Tabela 12 – Número de crianças vítimas de violência na província de Cabinda (INE, 2020 adaptado).**

Província	Total	Por género	
Cabinda	42	M	F
		19	23

Em Angola, 7.796 crianças estavam alojadas em Centros de Acolhimento e Famílias Substitutas, concretamente 7.252 crianças em centros (3.938 do sexo masculino e 3.314 do sexo feminino) e 544 em famílias de acolhimento (249 do sexo masculino e 295 do sexo feminino). Até ao quarto trimestre do ano, registou-se uma redução acentuada, de cerca de 34%, no acolhimento de crianças do sexo masculino nestes centros, passando de 6.018 para 3.938 (dados nacionais). A província de Cabinda registou anualmente 344 casos, sendo que 292 crianças do sexo masculino e 104 do sexo feminino foram levadas para os Centros de Acolhimento e 17 crianças do sexo masculino e 25 do sexo feminino foram transferidas para famílias de acolhimento.

No segundo e terceiro trimestres de 2020, 97.404 pessoas foram envolvidas em acções de sensibilização sobre os direitos da criança (49.069 do sexo masculino e 48.335 do sexo feminino), em 16 províncias do país, sobretudo em Benguela 11.206, Bié 24.730, Huambo 28.270 e Luanda 9.549 (INAC Provincial e Central). Em Cabinda, houve um total de 2.427 pessoas (homens e mulheres) envolvidas em campanhas de sensibilização.

Na comunidade de Cabinda, registaram-se 38 casos de idosos com necessidade de assistência especial, dos quais 9 do sexo masculino e 29 do sexo feminino. Em 2020, foram registados 115 casos de pessoas com deficiência com necessidade de assistência especial, dos quais 70 do sexo masculino e 45 do sexo feminino. 22 casos foram encaminhados para os serviços especializados (7 do sexo masculino e 15 do sexo feminino).

No que diz respeito à violência baseada no género, 307 são os casos encontrados em Cabinda em 2020, 49 do sexo masculino e 258 do sexo feminino, sendo a maior parte dos casos de agressão física (INE 2020).

De acordo com os dados nacionais, a proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional de Angola em 2022 é igual a 33,64%. A maior presença de mulheres na representação política regista-se nos cargos de Administrador Comunal (23%) e Deputado Comunal (34%). Cabinda registava, em 2020, um total de 7 mulheres em cargos políticos/estatais (INE, 2020).

## 7.9 Património cultural

### 7.9.1 Património cultural tangível

O património cultural é definido, pela Lei do Património Cultural, como todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor, devem ser objeto da proteção da lei. Além disso, de acordo com a Lei, constituem Património Cultural Angolano quaisquer outros bens que sejam considerados como tal, pelos usos e costumes e pelas convenções internacionais, que vinculem o Estado angolano.

São assim reconhecidos como bens de relevante interesse cultural as línguas nacionais, os documentos históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitectónicos, artísticos, etnográficos, biológicos, industriais, técnicos e todos os documentos gráficos que reflectam valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade e outros bens culturais. O n.º 1 do artigo 13.º define que os imóveis classificados ou em vias de classificação não podem ser demolidos, no todo ou em parte, nem ser objeto de obras de restauro, sem parecer prévio dos órgãos competentes do Ministério da Cultura.

O Decreto Presidencial n.º 53/13 aprova o Regulamento do Património Cultural Imóvel e aplica-se a todos os bens classificados ou em vias de classificação como monumentos, sítios arquitectónicos, públicos ou privados, situados no território nacional, cujo interesse e relevância cultural determina a sua proteção jurídica.

Relativamente às referências nacionais em património cultural, é dado especial enfoque ao centro histórico de Mbanza Congo, na província do Zaire, no norte de Angola. Este sítio está classificado como património cultural nacional desde 10 de junho de 2013, condição indispensável para a sua inscrição na lista do património mundial. A candidatura de Angola salientou que o Reino do Congo estava perfeitamente organizado quando os portugueses chegaram no século XV, sendo um dos mais avançados de África na época.

A área classificada envolve um conjunto cujos limites abrangem uma colina a 570 metros de altitude e que se estende por seis corredores. Os trabalhos arqueológicos efectuados no local consistiram na medição dos alicerces das pedras descobertas no local denominado "Tadi dia Bukukua", supostamente o antigo palácio real. Além disso, existe a casa do secretário do rei, o túmulo de Dona Mpolo (mãe do rei Dom Afonso I, enterrada viva por desobediência às leis da corte) e o cemitério dos reis do antigo Reino do Congo. Sete monumentos e sítios históricos situados nos municípios da província do Zaire foram propostos pelas autoridades para a lista do património cultural nacional. São eles as grutas do Nzau-Évua e as gravuras rupestres da aldeia de Lombo, no município de Mbanza Kongo, as quedas do rio Mbridje e as suas grutas, a pedra sobre pedra na comuna de Musserra (Nzeto), o palácio colonial do administrador (Nóqui) e Porto Rico, município do Soyo.

Estes monumentos e sítios históricos, cujo processo de classificação como património cultural está a ser analisado, poderão juntar-se aos da Ponta do Padrão e da Missão do Mpinda (Soyo), já classificados como património cultural nacional.

De acordo com as autoridades, este processo é uma das respostas do país a uma das exigências complementares da UNESCO, no que diz respeito à manutenção do valor excecional do centro histórico de Mbanza Kongo, elevado a património mundial a 8 de julho de 2017.



Figura 39: Sítio cultural de Mbanza Congo.

A província de Cabinda compreende uma pequena parte do antigo reino de Luango e quase todos os antigos reinos de Ngoio e Cacongo.

De todos os reinos, o mais importante era o do Luango, que se estendia desde a aldeia de Macanda até ao rio Luísa-Luango. Tinha a sua capital em Buáli, a que os franceses deram o nome de Luango. A sul deste reino, situavam-se o de Cacongo, também chamado Malemba e o de Ngoio ou Cabinda, separados um do outro pelo rio Bele. A nordeste deste existia o reino de Lomba ou Lombe, que era impropriamente chamado Maiomba ou Maiombe. Maiombe significa Rei do Lomb, tal como Ma-Luângu, Rei do Luango. Para além dos Teques, oriundos de outra família, os povos destes reinos pertenciam ao grupo dos Quicongo: os Bavisis predominavam na região do antigo reino do Luango, os Cacongos no reino de Cacongo, os Maiombes no reino do lomb, os cabindas e bauóios no Ngoio. Até meados do século XVII, todos estes reinos estiveram sob a soberania do Reino do Congo. A maioria dos estudiosos da Região concorda que o Reino de Ngoio (Cabinda) terminou muito antes da reocupação do território pelos portugueses. Já em 1606, Cacongo, Luango e Cabinda aparecem ligados a S. Tomé no arrendamento do respetivo comércio a Jorge Rodrigues da Costa. Em 1607, Duarte Dias Marques, arrendatário do comércio de Angola, pede a inclusão do Luango e da sua costa sul no âmbito do seu contrato. O Decreto Real de 11 de janeiro de 1758 declara os portugueses livres e proíbe os estrangeiros de comerciarem no Luango. Os notáveis de Cabinda, a 22 de janeiro de 1885, reuniram-se em Simulambuco (nos arredores da atual cidade de Cabinda) para redigir uma petição que foi entregue ao comandante da corveta Rainha de Portugal na qual se pedia proteção a Portugal. A assinatura do Tratado, a 1 de fevereiro desse ano, colocou o território do então Reino de Ngoio sob a guarda e soberania de Portugal. Entretanto, o rei do Congo, D. Pedro V, tinha solicitado a incorporação do seu território no que restava a Portugal, uma vez que se considerava vassalo do império português. Portugal ficou assim com os territórios de Cabinda, Malemba e Massabi, a norte do Zaire. O Tratado que integrou Cabinda no Império Português e que tomou o nome do local onde foi assinado, Simulambuco, foi assinado pelo comandante da corveta Rainha de Portugal, Guilherme Augusto de Brito Capelo e outros príncipes da terra. Após a sua assinatura, foi criada a vila de Cabinda, onde se instalaram as autoridades portuguesas. O primeiro governador João António de Brissac das Neves Ferreira chegou a 14 de julho de 1887. A 5 de julho de 1913, em Bruxelas, Portugal assinou um protocolo que aprovava a nova demarcação da fronteira luso-belga de Cabinda. Quanto à fronteira entre Cabinda e o Congo (Brazzaville), foi assinado em Paris, a 12 de janeiro de 1901, um protocolo relativo ao traçado da linha de fronteira franco-portuguesa na região do Congo. Foi efectuada a divisão do Congo em três partes (belga, francesa e portuguesa). Em 1956, Cabinda foi incluída pelo governo colonial português no território da Província de Angola. Cabinda passou assim a ser diretamente dirigida pelo governador-geral de Angola. Começaram a surgir em Angola vários movimentos de libertação, alguns com o apoio do Congo e do Zaire. Com a "Revolução dos Cravos" em Portugal, em 1974, iniciou-se um rápido processo de independência das várias colónias portuguesas. No entanto, o MPLA conquistou a supremacia no enclave. Nos Acordos, Cabinda não foi reconhecida como um Estado autónomo e os movimentos separatistas foram deixados de fora das negociações que levaram à independência do Território de Angola.

O território, outrora batizado pelos portugueses como Porto Rico, é rico em recursos naturais: petróleo, madeira, ouro, diamantes, urânio e fosfatos. A partir de 1915, várias companhias petrolíferas começaram a explorar a região. Em 1954, a Cabinda Gulf (grupo Chevron) obteve a concessão de exploração de petróleo em Cabinda. Em 1962, foram localizadas grandes quantidades de petróleo e, em 1968, Cabinda forneceu petróleo à Chevron, a Portugal e, a partir de 1975, a Angola.

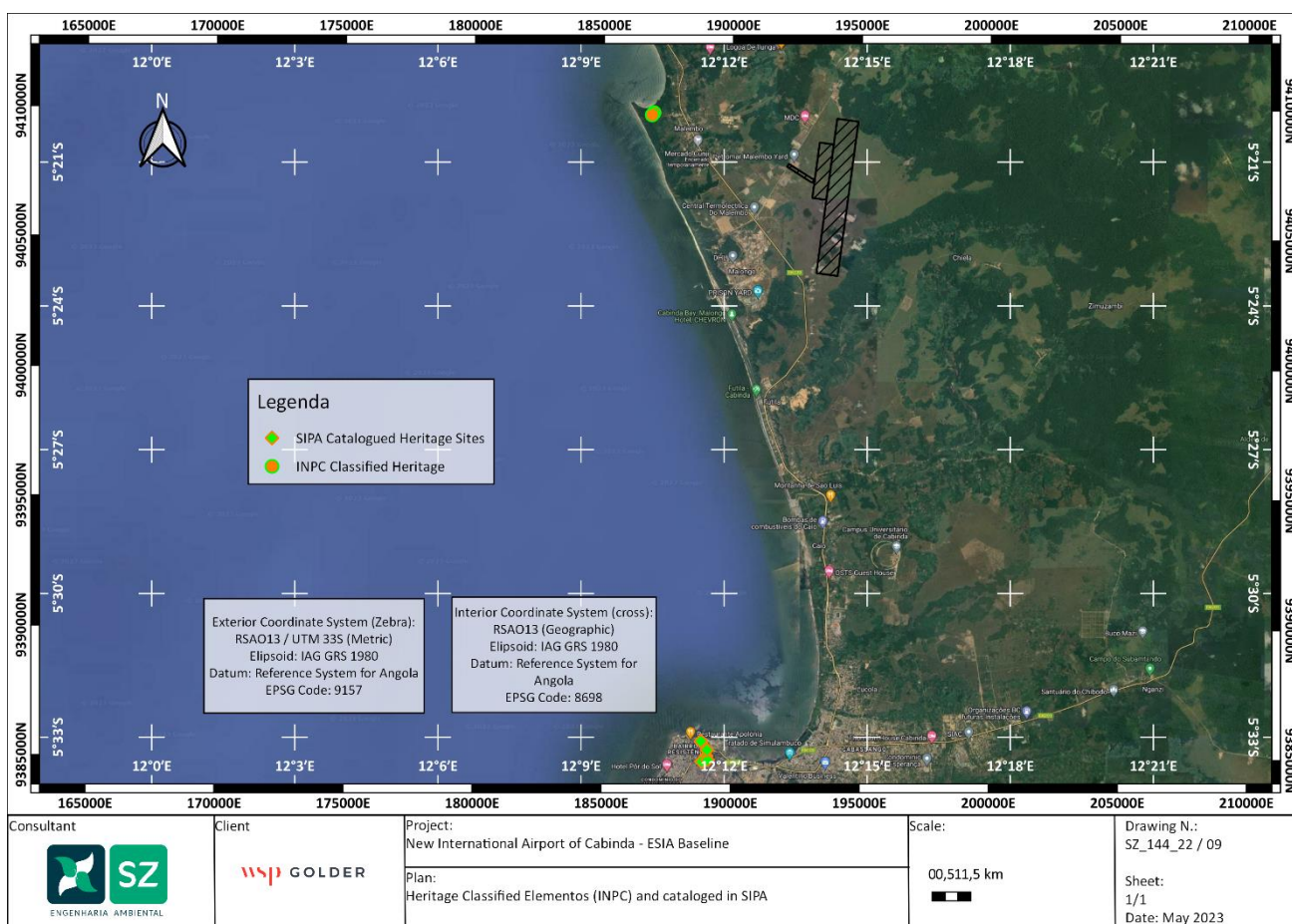
Quanto ao património material de Cabinda, importa referir que, a nível nacional, os elementos patrimoniais considerados mais relevantes são classificados a nível legal, por portarias, despachos e decretos diversos, integrando a lista do património histórico-cultural nacional elaborada pelo Instituto Nacional do Património Cultural (INPC).



Ao consultar a lista do património classificado, verifica-se que, até à data, para a província de Cabinda, apenas 3 elementos/sítios foram classificados:

- Igreja de São Tiago de Lândana;
- Local de Concentração de Escravos, Situado a 2.500 metros da Sede Comercial de Malembo, em Chinfuca;
- Sítio Histórico de Embarque de Navio Negroiro, Localizado a 2.500 metros da Sede Comercial de Malembo, em Malembo.

Os últimos 2 elementos localizam-se na zona de Malembo, nomeadamente na Baía de Malembo, sendo as áreas classificadas mais próximas do projeto, embora sem qualquer influência direta do projeto nestes locais. Outra fonte de dados que pode ser consultada é o SIPA - Sistema de Informação do Património Arquitetónico Português. Trata-se de um sistema de informação e documentação sobre o património arquitetónico, urbano e paisagístico português e de origem ou matriz portuguesa, gerido pela DGPC de Portugal. Esta base de dados cataloga 242 elementos patrimoniais existentes em Angola, abrangendo diferentes tipologias de edifícios, com uma maioria de edifícios do século XX, do período colonial. Em Cabinda, esta base de dados classifica 5 edifícios com valor patrimonial relevante. No entanto, todos eles estão localizados na cidade de Cabinda, e não existem sítios patrimoniais propostos no SIPA para a área do projeto.



**Figura 40: Classificação dos sítios do património catalogados na região do projeto**

Foram realizados inquéritos de campo com os líderes das aldeias na área do estudo para identificar a presença de locais sagrados ou históricos importantes que devam ser preservados. É importante ressaltar que vários locais foram mencionados durante as entrevistas com os líderes locais, mas não foi possível ter acesso a esses



locais ou mesmo obter detalhes sobre sua posição. Os locais considerados sagrados, onde as lideranças locais realizam rituais e julgamentos, são interditados a pessoas de fora, e as lideranças não se dispuseram a marcar a sua localização, para manter o local em segredo para qualquer pessoa de fora da comunidade.

O líder de Futila salientou a existência de um cemitério e de uma igreja na aldeia. As fotografias dos locais estão disponíveis na Figura 41 e Figura 42, e uma localização aproximada dos dois sítios é mostrada na Figura 43 e indicada por duas setas amarelas.



**Figura 41: Cemitério de Futila. Fonte: Saioz Ltd**



**Figura 42: Igreja de Futila. Fonte: Saioz Ltd**

Durante as entrevistas com o líder local, foi relatado um local próximo do local do Projeto onde os residentes realizam rituais quando um problema grave está a acontecer na aldeia. Devido ao sigilo do local dos rituais, as coordenadas deste local sagrado ou fotos não foram acedidas e, portanto, não estão disponíveis. No entanto, o líder não referiu qualquer interferência direta entre este local e o local/área de implementação do projeto, pelo que se deduz que não existem conflitos directos com o local do projeto. O local dos rituais é designado por "Savulu Bukissi", que se traduz aproximadamente por "Aldeia da Pequena Sereia". Na tradição local, as crianças ou os adultos com malformações congénitas eram considerados "especiais" e eram chamados de sereias (Nkissi (singular) ou Bu kissi (plural)), pelo que o local foi provavelmente considerado sagrado devido a alguns rituais associados a estas pessoas. O consultor externo Saioz não foi autorizado a visitar ou conhecer a localização exacta e as coordenadas do local, sendo o local um lugar sagrado, com acesso muito restrito. No entanto, durante as entrevistas com o líder local de Futila, foi referido que este local sagrado se encontrava numa planície junto à base militar, e que para entrar era necessário que alguém a abrisse. Assim, a localização é provavelmente dentro da Base Militar ou imediatamente ao lado dela. Na figura seguinte é apresentado um ponto aproximado da localização do local sagrado, indicado por uma seta vermelha.





**Figura 43: A localização aproximada do local de rituais sagrados chamado Savulu Bukissi, junto à Base Militar, está indicada por uma seta vermelha. As localizações aproximadas do Cemitério do Futila e da Igreja Católica do Futila são indicadas por duas setas amarelas. Fonte: Saioz Ltd**



**Figura 44: Ampliação da área dos rituais sagrados de Savulu Bissiki. Fonte: Saioz**

O líder de Malembo indicou a presença de um cemitério nas proximidades da área de influência do projeto e de duas igrejas. As fotografias dos locais estão disponíveis na Figura 45 e Figura 46, e uma localização aproximada dos três sítios é mostrada na Figura 47 e é indicada por três setas amarelas.

Todos os outros chefes de aldeia não identificaram património cultural importante.



**Figura 45: Igreja Evangélica de Malembo e Cemitério de Malembo. Fonte: Saioz Ltd**



**Figura 46: Igreja Católica de Malembo. Fonte: Saioz Ltd.**





**Figura 47: Localização aproximada do Cemitério de Malembo e da Igreja Católica e Evangélica de Malembo, que são indicadas por três setas amarelas. Fonte: Saioz Ltd**

### 7.9.2 Património cultural intangível

O nome Cabinda tem a sua origem na junção de dois nomes "Mbinda" e "Nfuka", tornando-se "Mafukambinda". Estes foram os primeiros indivíduos com quem os navegadores europeus estabeleceram contactos quando chegaram ao reino de Ngio. Mafukabinda, que era um dignitário do rei de Ngoio, era intendente geral do comércio e homem de confiança do rei, e tratava de todas as transacções comerciais com os europeus. Cabinda, ao longo da história, teve outras denominações, tais como: i. Porto Rico, no século XIX; Vila Amélia em 1896; Ngoio, que tem origem em "ngó" = tigre, devido à presença de muitos tigres (yó lo ngó - manada de tigres); Tchowa Tchimuise, é uma designação dada pelos antepassados; tchimuise era o nome da Sereia que vivia nos arredores da cidade de Tchowa.

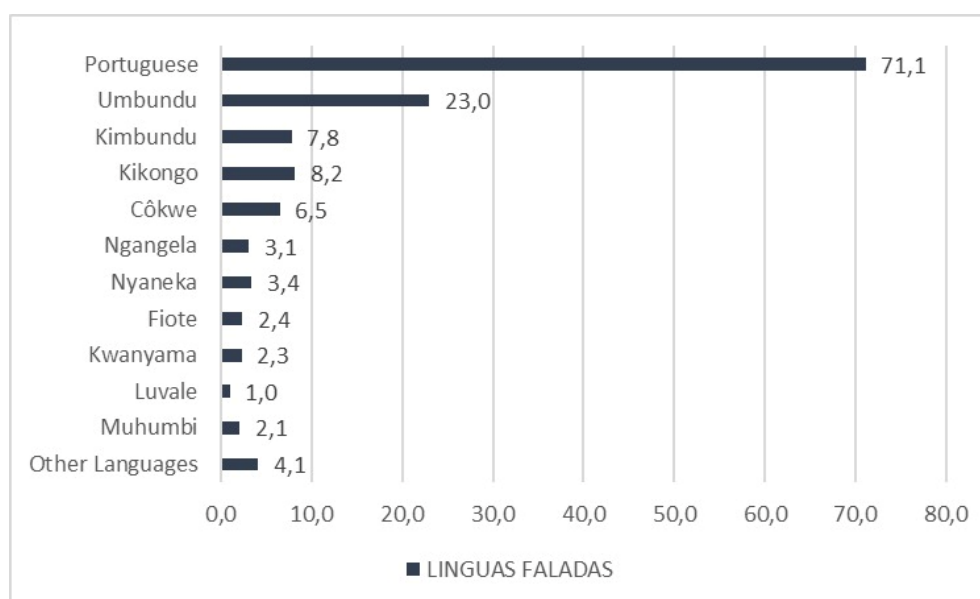
A matriz linguística Bantu é predominante em Angola. As estatísticas gerais revelam que em África existem mais de 600 línguas bantu faladas. Em Angola, elas estão distribuídas em três zonas (Nzau, 2011). No norte e nordeste do país, são faladas também as línguas Kimbundu (Mbundu) e Kikongo (Bacongo). Em termos históricos, o "Kikongo" era a língua do antigo reino do Congo e o "Kimbundu" era a língua do reino do Ndongo. No leste do país, a língua Cokwe é falada pelos Lunda-Cokwe, e a língua Ngangela é falada pelos Ovingangela.

No centro-sul estão localizados vários grupos etnolinguísticos, entre os quais: ovimbundu, "ocindonga", owambo, nyaneka-humbe, ovingangela e herero. Na parte sul, o umbundu é a língua mais falada, seguida das línguas nhaneca, herero, kwanyama e cindonga.

A distribuição geográfica e étnica das línguas, no entanto, deve ser vista de uma forma mais complexa e menos estática. Por exemplo, algumas destas línguas sofreram um processo de dialetização, como é o caso do Kikongo que deu origem às variedades linguísticas Fyote/Ibinda, faladas em Cabinda (Nzau, 2011).

Entre as línguas africanas faladas no país, algumas têm o estatuto de língua nacional. Estas, bem como outras línguas africanas, são faladas pelas respectivas etnias e têm dialectos correspondentes aos subgrupos étnicos. O umbundu é falado por 23% da população e é a língua africana mais falada em Angola, como mostra a figura seguinte.





**Figura 48: Tipos de línguas faladas a nível nacional (INE, 2016).**

Na província de Cabinda, o português é falado por mais de metade da população (82%), com maior predominância nas zonas urbanas, onde 85% da população fala português, enquanto apenas 68% na zona rural. O Fiote é a segunda língua mais falada na província, sendo falado por 44% dos residentes da província. As consultas na Área de Influência têm sido efectuadas em ambas as línguas (Português e Fiote), especialmente quando estão presentes pessoas idosas.

A população da cidade de Cabinda tem uma cultura peculiar, com usos e costumes especiais, desde a sua forma de vestir e comer até aos rituais tradicionais, com destaque para o chicumbe e as famosas cerimónias das "Bacamas do Chizo", um grupo ritual tradicional que permite a interação entre as pessoas vivas e os espíritos ocultos dos deuses e antepassados, garantindo assim a reconciliação entre os mortos e os vivos.

Uma das tradições mais relevantes em Cabinda está relacionada com os "Bakama-Zindunga", que são classificados como património cultural nacional imaterial de acordo com o Decreto Executivo n.º 269/22, de 29th de julho. Os Bakama-Zindunga são grupos culturais, localizados na província de Cabinda, que representam uma das manifestações culturais mais ricas da cultura angolana, precisamente por serem portadores de elementos endógenos da cultura material e espiritual, incluindo rituais, festas e símbolos cheios de significados e com origens muito antigas.

O Museu de Cabinda é um dos maiores centros de pesquisa e recolha da tradição oral cabindesa. O museu expõe peças artesanais, tradições, usos e costumes da província.

A cidade possui também um centro cultural que desenvolve várias actividades nas áreas da música, dança, artes cénicas e visuais. A música, o canto e a dança são componentes muito importantes da manifestação cultural da população de Cabinda. Há também outras manifestações como a arte em madeira, como a dos artistas de Tchizo.

Na província de Cabinda, em 2014, a religião Católica é a principal religião praticada, com 48% da população, seguida da religião Protestante com 32%, da Igreja Batista e da Nova Apostólica. Os cabindenses acreditam na existência de um ser supremo, invisível, criador do universo e de todos os seres que o povoam, o "Nzambi-Pungu" mas, entretanto, dão crença a seres invisíveis protectores, que fazem a intermediação entre Deus e os vivos, os "bakisi-ba-si". Na sociedade existe o "ndotche", o feiticeiro, com poderes maléficos para dificultar a vida dos outros ou mesmo para tirar a vida dos outros.

## 7.10 Qualidade paisagística e visual

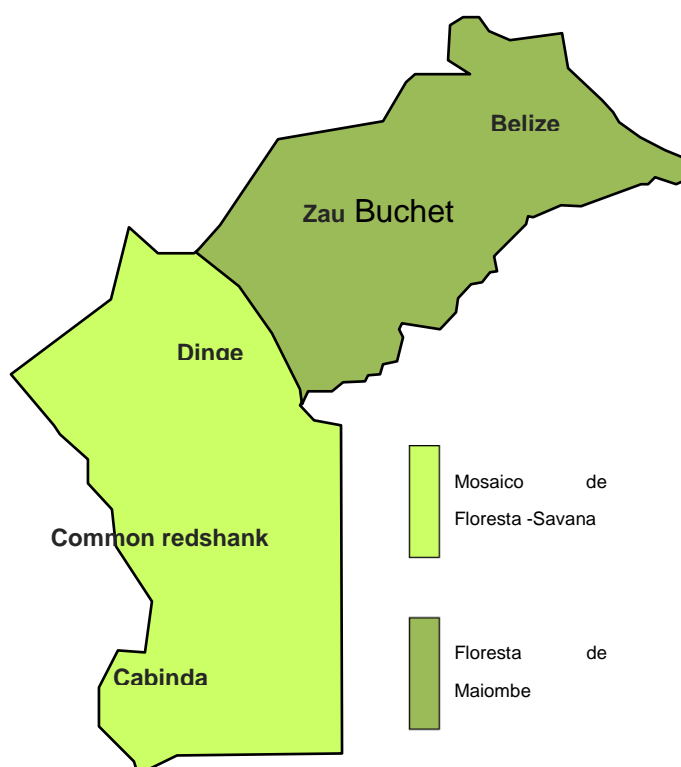
### 7.10.1 Unidades de paisagem

Na província de Cabinda, as áreas florestais ocupam uma parte significativa de Cabinda e constituem a característica paisagística mais relevante da região.

Até há pouco tempo, a única área de conservação oficial em Cabinda era a Reserva Florestal do Kakongo, constituída por 650 km<sup>2</sup> da região florestal do Maiombe, perto da fronteira com a República do Congo, entre as aldeias de Inhuca e Buco-Zau. No entanto, esta reserva foi criada na década de 1930 por razões de exploração florestal e não de conservação da natureza.

A Iniciativa Florestal Transfronteiriça do Maiombe tem como objetivo proteger a região da floresta do Maiombe partilhada pelo Gabão, a República do Congo, Angola (Cabinda) e a RDC. Angola criou recentemente o Parque Nacional do Maiombe para proteger aproximadamente 2.000 km<sup>2</sup> da floresta do Maiombe dentro das fronteiras de Cabinda.

A vegetação, na Província de Cabinda, pertence a duas eco-regiões, nomeadamente: vegetação do mosaico floresta-savana (incluindo mangais e pântanos) nas planícies costeiras, e as florestas tropicais do Maiombe, nas zonas montanhosas do interior. O município de Cabinda situa-se na zona de transição entre estas duas eco-regiões, pelo que se sobrepõe a ambas.



**Figura 49: Ecoregiões na Província de Cabinda (Fonte: adaptado de MINUA, 2006).**

Outras características paisagísticas importantes em Cabinda estão relacionadas com os recursos hídricos, nomeadamente rios, pântanos e lagoas. O rio Chiloango é o sistema fluvial mais importante da Província de Cabinda. As secções a montante formam a fronteira ocidental entre a RDC e a República do Congo, bem como parte da fronteira entre Cabinda e a RDC, pelo que divide a província, desaguando no Oceano Atlântico imediatamente a norte de Lândana. A bacia hidrográfica do rio Chiloango tem uma área de aproximadamente

5.170 km<sup>2</sup>, e drena para a maior parte da província de Cabinda através de vários afluentes permanentes e sazonais.

As planícies costeiras de Cabinda são caracterizadas pela ocorrência de numerosos lagos e extensas áreas de pântanos e zonas húmidas. Os maiores destes corpos de água são a Lagoa de Massabi, perto da fronteira com a República do Congo, e o Pântano de Lândana, na foz do rio Chiloango.

A cerca de 7 km da Base de Malembo encontra-se a lagoa da Lunga, que acaba por desaguar no rio Chiloango que se encontra a cerca de 3 km da lagoa. A prevalência de zonas húmidas e pântanos na região costeira de Cabinda indica a presença de abundantes recursos aquáticos subterrâneos (MINUA, 2016).

A linha de costa é outra característica importante da paisagem provincial, dominante sobretudo na parte ocidental, devido à sua extensão em relação à dimensão do território.

Assim, em termos gerais, pode considerar-se que as principais unidades de paisagem de Cabinda incluem:

- Florestas e habitats naturais;
- Zonas verdes e zonas agrícolas, com vegetação de baixa a média altura (herbáceas e arbustos);
- Rios, pântanos, marismas, lagoas e outros elementos aquáticos;
- Linha costeira, com praias e falésias;
- Zonas urbanas, divididas em:
  - Urbano denso (cidade de Cabinda e principais povoações);
  - Zonas de baixa densidade, em aldeias e povoações rurais;
- Zonas industriais, com grandes indústrias, principalmente associadas ao sector petrolífero.
- Na envolvente do projeto, pode considerar-se aplicável a existência de 5 destas unidades de paisagem, nomeadamente:
  - Florestas, a leste e a norte do aeroporto;
  - Elementos de água, ao longo do rio Chiloango, a norte do sítio;
  - Zonas urbanas de baixa densidade, nas diferentes comunidades/assentamentos;
  - Zonas verdes, incluindo a zona onde será construído o aeroporto;
  - Parcelas industriais, associadas à base do Malongo;

Embora próxima da linha de costa, na área do projeto não existe acessibilidade visual relevante às praias e à linha de costa, pelo que não é considerada uma unidade de paisagem presente na área de influência.

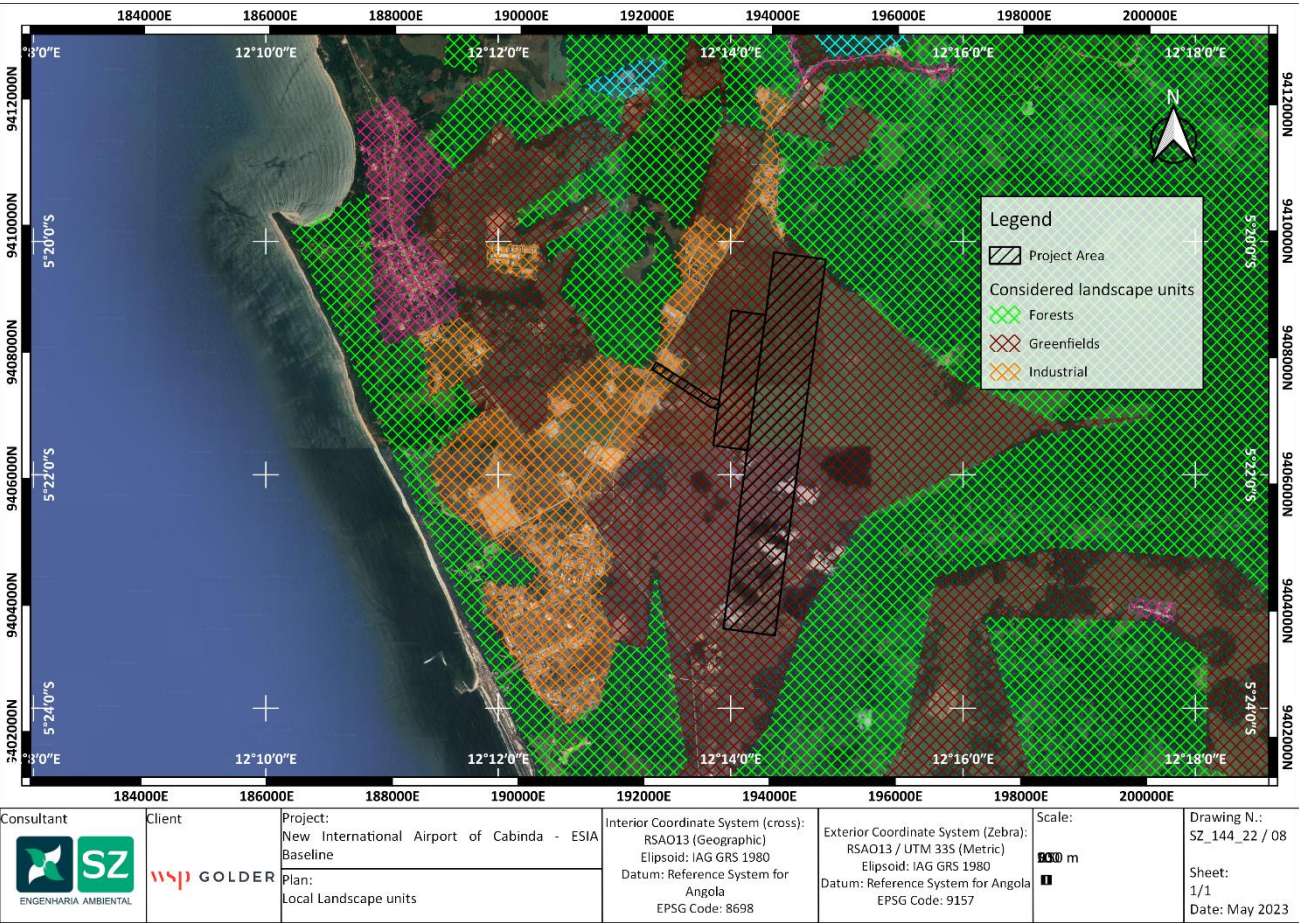


Figura 50: Unidades locais homogêneas de paisagem consideradas



Figura 51: Unidade 1 - floresta





**Figura 52: Unidade 2 – Recursos Hídricos - Rio Chiloango**



**Figura 53: Unidade 3 - Zonas urbanas de baixa densidade**



**Figura 54: Unidade 5 - Áreas verdes**



**Figura 55: Unidade 6 - Parcelas industriais**



### 7.10.2 Qualidade e fragilidade da paisagem

A metodologia descrita pelo Bureau of Land Management (1980) foi utilizada para sistematizar as informações e caracterizar a qualidade paisagística da área. São avaliados a morfologia, a vegetação, o enquadramento cénico, a raridade e as intervenções humanas, de acordo com os critérios descritos no quadro seguinte.

O resultado desta avaliação permite inserir cada uma das unidades de paisagem numa das três classes de qualidade visual:

- Elevado: 19 ou mais;
- Moderado: 12 a 18 pontos;
- Baixo: 0 a 11 pontos.

É de notar que, embora a aplicação de uma escala de avaliação pré-determinada proporcione uma maior objetividade, a avaliação não está inerentemente isenta de subjetividade.

**Tabela 13 - Critérios BLM (1980) modificados para avaliar a qualidade cénica.**

Parâmetros	Critérios de classificação e pontuação		
Forma do terreno	Elevado relevo vertical expresso em falésias proeminentes, espirais ou afloramentos rochosos maciços, ou variação severa da superfície ou formações altamente erodidas, incluindo grandes terrenos baldios ou sistemas de dunas; ou características de pormenor dominantes e excecionalmente marcantes e intrigantes, tais como glaciares.	Desfiladeiros íngremes, mesas, colinas isoladas, cones de cinzas e colinas alongadas; ou padrões erosivos interessantes ou variedade em tamanho e forma de formas de relevo; ou características de pormenor que sejam interessantes, embora não dominantes ou excepcionais.	Colinas baixas e onduladas, sopés de montanha ou fundo de vale plano, ou poucas ou nenhuma características paisagísticas interessantes.
Pontuação	5	3	1
Vegetação	Uma variedade de tipos de vegetação expressa em formas, texturas e padrões interessantes.	Alguma variedade de vegetação, mas apenas um ou dois tipos principais.	Pouca ou nenhuma variedade ou contraste na vegetação.
Pontuação	5	3	1
Água	Águas brancas, transparentes e límpidas, paradas ou em cascata, qualquer uma delas é um fator dominante na paisagem.	Flutuante, ou imóvel, mas não dominante na paisagem.	Ausente, ou presente, mas não perceptível.
Pontuação	5	3	0
Cor	Combinações de cores ricas, variedade ou cores vivas; ou contrastes agradáveis no solo, rocha, vegetação, água ou campos de neve.	Alguma intensidade ou variedade de cores e contrastes do solo, rocha e vegetação, mas não um elemento cénico dominante	Variações subtis de cor, contraste ou interesse; geralmente tons suaves.
Pontuação	5	3	1

Parâmetros	Critérios de classificação e pontuação		
Influência da paisagem adjacente	As paisagens adjacentes melhoram consideravelmente a qualidade visual.	As paisagens adjacentes melhoram moderadamente a qualidade visual global.	A paisagem adjacente tem pouca ou nenhuma influência na qualidade visual global.
Pontuação	5	3	0
Escassez	Único; ou invulgarmente memorável, ou muito raro na região. Possibilidade constante de observação excecional da vida selvagem ou de flores silvestres etc.	Distintivo, embora um pouco semelhante a outros na região.	Interessante no seu contexto, mas bastante comum na região.
Pontuação	5	3	1
Modificações culturais	As alterações contribuem favoravelmente para a variedade visual, promovendo simultaneamente a harmonia visual	As modificações acrescentam pouca ou nenhuma variedade visual à zona e não introduzem elementos discordantes.	As modificações acrescentam variedade, mas são muito discordantes e promovem uma forte desarmonia.
Pontuação	2	0	-4

Relativamente à "Avaliação da sensibilidade", é tida em consideração a abordagem proposta no Guia de Recursos Visuais da BML. Esta metodologia considera cinco factores para avaliar a sensibilidade das unidades de paisagem:

- Tipo de utilizadores. A sensibilidade visual varia consoante o tipo de utilizadores. Os visitantes recreativos podem ser muito sensíveis a quaisquer alterações da qualidade visual, enquanto os trabalhadores que passam regularmente pela zona podem não ser tão sensíveis às alterações.
- Quantidade de utilização. As zonas vistas e utilizadas por um grande número de pessoas são potencialmente mais sensíveis. A proteção dos valores visuais torna-se geralmente mais importante à medida que o número de observadores aumenta.
- Interesse público. A qualidade visual de uma zona pode ser motivo de preocupação para grupos locais, estatais ou nacionais.
- Usos do solo adjacentes. A inter-relação com os usos do solo em terrenos adjacentes pode afetar a sensibilidade visual de uma zona. Por exemplo, uma área dentro do campo de visão de uma zona residencial pode ser muito sensível, enquanto uma área rodeada por terrenos comercialmente desenvolvidos pode não ser visualmente sensível.
- Zonas especiais. Os objectivos de gestão das zonas especiais, como as zonas naturais, as zonas de natureza selvagem ou as zonas de estudo da natureza selvagem, os rios selvagens e de interesse paisagístico, as zonas de interesse paisagístico, as estradas ou trilhos de interesse paisagístico e as zonas de interesse ambiental crítico (ACEC), exigem frequentemente uma atenção especial à proteção dos valores visuais. Isto não significa necessariamente que estas zonas sejam cénicas, mas sim que um dos objectivos de gestão pode ser a preservação do enquadramento paisagístico natural.

**Tabela 14 - Critérios BLM (1980) modificados para avaliar a análise do nível de sensibilidade.**

Parâmetros	Sensibilidade		
	Elevado	Moderado	Baixa
Preocupações com a manutenção da qualidade visual por tipo de utilizadores	Grande preocupação para a maioria dos utilizadores	Preocupação moderada para a maioria dos utilizadores	Pouca preocupação para a maioria dos utilizadores
Quantidade de utilização	Nível elevado de utilização	Moderado Nível de utilização	Baixo nível de utilização
Interesse público na manutenção da qualidade visual	Questão pública importante	Questão pública moderada	Questão pública menor
Necessário para manter os usos do solo adjacentes	Muito importante.	Moderadamente importante	Ligeiramente importante
Qualidade visual necessária para manter o objetivo das zonas especiais	Muito importante	Moderadamente importante	Ligeiramente importante

Com base nos critérios previamente definidos, os quadros seguintes apresentam a avaliação da qualidade cénica e da sensibilidade das unidades de paisagem propostas.

**Tabela 15 - Avaliação da qualidade cénica.**

Parâmetros	Avaliação da qualidade paisagística				
	Florestas	Características da água	Zonas urbanas de baixa densidade	Zonas verdes	Lotes industriais
Forma do terreno	3	3	1	1	
Vegetação	5	5	3	3	1
Água	0	5	0	0	0
Cor	3	3	3	1	1
Influência da paisagem adjacente	3	3	3	3	3
Escassez	3	3	1	1	1
Modificações culturais	0	0	0	0	0
Total	17 (Moderado)	22 (Alto)	11 (Baixo)	9 (Baixo)	8 (Baixo)

**Tabela 16 - Avaliação da sensibilidade cénica**

Parâmetros	Sensibilidade				
	Florestas	Características da água	Zonas urbanas de baixa densidade	Zonas verdes	Lotes industriais
Preocupações na manutenção da qualidade visual por tipo de utilizadores	Moderado	Moderado	Baixa	Baixa	Baixa
Quantidade de utilização	Baixa	Moderado	Elevado	Baixa	Elevado
Interesse público na manutenção da qualidade visual	Moderado	Moderado	Moderado	Baixa	Baixa
Necessário para manter os usos do solo adjacentes	Moderado	Moderado	Moderado	Moderado	Baixa
Qualidade visual necessária para manter o objetivo das zonas especiais	Moderado	Moderado	Baixa	Baixa	Baixa
Avaliação da sensibilidade geral	Moderado	Moderado	Moderado	Baixa	Baixa

A interação entre a qualidade visual e a sensibilidade permite estabelecer critérios para determinar a capacidade de desenvolvimento paisagístico do território.

Comparando as tabelas anteriores, conclui-se que as florestas e os recursos hídricos são as unidades de paisagem com maior qualidade e também com sensibilidade moderada, sendo as áreas locais que requerem maior cuidado. As restantes unidades são consideradas de baixa qualidade paisagística, com sensibilidade moderada nas áreas urbanas de baixa densidade e baixa sensibilidade nas outras duas unidades.

## 7.11 Serviços ecossistémicos

### 7.11.1 Pesca

De acordo com o censo de 2014, na província de Cabinda, apenas 6% dos agregados familiares praticam a pesca como uma importante fonte de rendimento. Tanto a comunidade de Futila como a de Maiombo têm uma tradição de pesca.

O município de Cabinda tem um grande potencial em termos de actividades de pesca. Apesar dos derrames provocados pela exploração petrolífera offshore, ainda se considera que existem abundantes recursos pesqueiros marinhos. O potencial do município em relação à pesca não se limita à pesca marítima, mas oferece também um grande potencial hídrico com águas interiores como as dos rios Fubu, N'hama, Lucola, Mbua Nkisi, Lulondo e Zenze e as lagoas Mola Matsinu, Makuvu e Vuma, Bumelambutu, Nkukulo, Nlele Tando.

Os dados do Instituto de Pesca Artesanal registaram cerca de 198 pescadores divididos em duas comunidades: Mbamba, com 78 pescadores, e Vamba com 120 pescadores. A pesca é praticada maioritariamente em torno

de Malambo e Cacongo, a uma milha da costa, segundo a definição do Instituto. As embarcações utilizadas são do tipo canoa com capacidade para duas pessoas.

As embarcações maiores podem transportar de 2 a 5 pescadores, com uma captura estimada em 80 quilos por viagem nas zonas de pesca autorizadas. Todo o peixe capturado é dividido em partes iguais pelo número de pescadores afectos à embarcação. A maior parte do pescado é vendida (90%), e o restante é utilizado para consumo próprio (10%). As mulheres desempenham um papel fundamental no processo de pesca, pois são elas que processam e vendem o pescado nas praças ou mercados.

Nos últimos cinco anos, registou-se uma diminuição das capturas. As principais causas apontadas são a organização desordenada da pesca e o desrespeito pela época de desova. Os meses com menor captura de peixe são registados de maio a julho, sendo agosto considerado a época de desova. Estima-se que, em 2021, tenha havido 75.000 kg de capturas e que tenha havido um aumento para 80.000 kg em 2022. O preço varia entre 18.000 kz e 35.000 kz, consoante a espécie.

Está em curso o desenvolvimento de um programa de incentivo à pesca na província, que inclui a construção de um edifício para apoiar a venda do pescado, formações para melhorar as actividades de piscicultura e a concessão de créditos financeiros a pequenas empresas (inquérito do IPA, 2023).

### 7.11.2 Caça

A caça furtiva é considerada ilegal na província de Cabinda, e a prática tem sido desencorajada ao longo dos anos, mas devido à falta de controlo em algumas áreas, a caça é feita de forma clandestina. Na aldeia do Lelo, regista-se a prática de caça em pequena escala de macacos, jibóias, gazelas e javalis (*dados dos inquéritos comunitários de campo*).



**Figura 56: Gazelas à venda no mercado informal local.**

### 7.11.3 Utilização dos recursos naturais

De acordo com a informação recolhida junto das comunidades locais, a população local utiliza recursos do ambiente natural em redor das aldeias, como a água proveniente de furos naturais de captação de água, lagoas e rios existentes, e também a recolha de madeira. Nos questionários, as comunidades foram questionadas sobre a sua utilização de plantas medicinais. Os resultados revelam que os membros da comunidade utilizam uma variedade de plantas locais, incluindo folhas e raízes, para vários fins medicinais, como o tratamento de dores de cabeça, febre e outras doenças. São especificamente mencionadas plantas como "Nvanzi, Nkanzo e Mkumbi", que os residentes consomem para benefícios medicinais, mostrando a confiança da comunidade em remédios à base de plantas.

## 7.12 Instalações na área da pesquisa

As instalações e serviços públicos na Região de Cabinda relevantes para o projecto e área de estudo estão listados neste capítulo.



### 7.12.1 Proteção civil responsável pelos bombeiros.

A instalação está localizada no município de Cabinda, na Rua Chiaze (coordenadas geográficas 5°33'43''S 12°11'10''E)



Figura 57: Serviço de proteção e bombeiro.

### 7.12.2 Secretário Provincial responsável pela Educação

A instalação está localizada no município de Cabinda, na rua da estação, (coordenadas geográficas 5°33'23''S 12°11'11''E)



Figura 58: Delegação da Educação.

### 7.12.3 Serviço de Emigração e Estrangeiro

A instalação está localizada no município de Cabinda, na Rua Bucugoi, (coordenadas geográficas 5°33'36''S 12°11'40''E).



**Figura 59: Emigração e Estrangeiro**

#### **7.12.4 Secretaria Provincial da Cultura**

A instalação está localizada no município de Cabinda, na rua atrás do mercado da praça grande (coordenadas geográficas 5°33'26''S 12°11'40''E).



**Figura 60: Secretaria Provincial da Cultura.**

#### **7.12.5 Secretaria Provincial da Saúde**

A instalação está localizada no município de Cabinda, na Rua Bucugoi (coordenadas geográficas 5°33'26''S 12°11'40''E).



**Figura 61: Secretaria da Saúde.**

### 7.12.6 Secretaria Provincial do Ambiente

A instalação está localizada no município de Cabinda, na Rua do Macau (coordenadas geográficas 5°33'34''S 12°11'38''E).



Figura 62: Secretaria do Ambiente.

### 7.12.7 Secretaria Provincial do Comércio Externo

A instalação está localizada no município de Cabinda, na rua do comércio (coordenadas geográficas 5°33'23''S 12°11'11''E).



Figura 63: Secretaria de Comércio.

### 7.12.8 Secretaria Provincial das Obras Públicas

A instalação está localizada no município de Cabinda, na rua de Macau; fica no mesmo quintal da Secretaria Provincial do Ambiente (coordenadas geográficas 5°33'34''S 12°11'36''E).





**Figura 64: Secretaria das Obras Públicas.**

### **7.12.9 Secretaria Provincial dos Transportes**

A instalação está localizada no município de Cabinda, na rua do comércio Lumbo-Lombo (coordenadas geográficas 5°33'30''S 12°11'11''E).



**Figura 65: Secretaria dos Transportes.**

### **7.12.10 Direção Provincial da Pesca Artesanal**

A instalação está localizada no município de Cabinda, na rua António Agostinho Neto (coordenadas geográficas 5°33'2''S 12°11'30''E).



**Figura 66: Direção da pesca artesanal.**

### 7.12.11 Direção Provincial da Indústria

A instalação está localizada no município de Cabinda, na rua da praça grande (coordenadas geográficas 5°33'28''S 12°11'39''E).



Figura 67: Direção da Indústria.

### 7.12.12 Comando Provincial da Polícia

A instalação está localizada no município de Cabinda, na Rua do Chaze (coordenadas geográficas 5°30'19''S 12°14'34''E).



Figura 68: Comando da polícia.

### 7.12.13 Administração comunal de Malembo

A instalação está localizada no município de Cabinda, na comuna de Malembo (coordenadas geográficas 5°20'22''S 12°11'13''E).





**Figura 69: Comuna de Malembo.**

#### **7.12.14 Petromar (privado)**

A Petromar é uma empresa angolana que opera no sector do Petróleo e Gás, criada em 1984, como uma joint venture entre a Sonangol EP e o prestador de serviços francês Bouygues Offshore.

Em 2001, a Petromar UEM foi transformada em Petromar Lda (através do Diário da República), estruturada como uma das empresas petrolíferas, no entanto em 2002, a empresa italiana Saipem, adquiriu a Bouygues Offshore e com ela os activos angolanos da empresa, incluindo o estaleiro de Ambriz. Atualmente, as acções da Petromar estão divididas em 70% - 30% entre a Saipem e a Sonangol Holdings.

A sua operação em Malembo inclui actividades operacionais de fabrico, modificação e manutenção, em instalações, estruturas e equipamentos, petróleo e gás, para actividades marítimas e terrestres (Bloco 0 e Bloco 14).

A instalação está localizada no município de Cabinda, na comuna de Malembo, bairro de Bissassanha, (coordenadas geográficas 5°21'00''S 12°11'25''E).



**Figura 70: Petromar.**

#### **7.12.15 ChampionX (privado)**

A ChampionX é um líder global em soluções químicas, sistemas de elevação artificial e equipamentos e tecnologias de alta engenharia que ajudam as empresas a perfurar e produzir petróleo e gás de forma segura, eficiente e sustentável em todo o mundo. A experiência, os produtos inovadores e as tecnologias digitais da ChampionX proporcionam uma melhor produção de petróleo e gás, transporte e monitorização de emissões em tempo real ao longo do ciclo de vida de um poço. As suas actividades em Angola são complementares ao sector do petróleo e do gás para apoiar com as suas tecnologias químicas as actividades extractivas.

A instalação está localizada no município de Cabinda, na comuna de Malembo, bairro de Bissassanha, (coordenadas geográficas 5°21'00''S 12°11'25''E).



**Figura 71: Championx.**

#### **7.12.16 ES&S Industrial Village (privado)**

ES&S Industrial Village é um aldeamento multifuncional para acomodar pessoas com quartos, pátios e espaço de escritório para fornecer uma solução completa para ficar ou trabalhar em Cabinda. Os serviços incluem catering, lavandaria, serviços de limpeza, cursos de segurança, médico (primeiros socorros), sistema de filtragem de água, segurança h24.

A instalação está localizada no município de Cabinda, na comuna de Malembo, bairro de Bissassanha, (coordenadas geográficas 5°21'00''S 12°11'25''E).



**Figura 72: ES&S**

### **7.13 Bibliografia e Citografia**

INE - Instituto Nacional de Estatística, março, 2016. Resultados definitivos da Pesquisa Geral à População e Habitação de Angola, 2014.

INE - Instituto Nacional de Estatística, março, 2016. Resultados Definitivos do Reassentamento Geral da População e Habitação de Angola 2014 - Província de Luanda.

INE-Instituto Nacional de Estatística, 2016. População projectada de acordo com o sexo, Cabinda (2021,2022, 2023), fonte usada para a projecção da população 2014-2050. Acedido em: INEbase /

Demography and population /Population Figuras and Demographic Censuses /Population projections / Latest data

INE - Instituto Nacional de Estatística, 2017. Pesquisa de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS), 2015-2016.

INE - Instituto Nacional de Estatística, 2020. Relatório Temático sobre Género, Inquérito às Despesas, Receitas e Emprego em Angola, 2018-2019.

INE - Instituto Nacional de Estatística, 2023. Indicadores de Emprego e Desemprego - Inquérito ao Emprego em Angola - Ficha de Informação Rápida - 4º Trimestre 2022.

Ministério dos Transportes implementação" destes dois contratos (Jornal de Angola, 2022).

MINUA,2006. Relatório sobre o Estado Geral do Ambiente em Angola.

MINUA,2016. Relatório sobre o Estado Geral do Ambiente em Angola.

Perfil do Município de Cabinda Província de Cabinda, 2007. Perfil do Município de Cabinda Província de Cabinda. Acedido em: [https://bibliotecaterra.angonet.org/sites/default/files/perfil\\_cabinda\\_municipal\\_-\\_nov\\_2007.pdf](https://bibliotecaterra.angonet.org/sites/default/files/perfil_cabinda_municipal_-_nov_2007.pdf)

República de Angola, 2018. Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022. Acedido em: Angola\_2018\_Planning\_External\_NationalPlan\_MinFin\_ECCASSADC\_Portuguese (1).pdf

República de Angola Ministério da Ação, Família e Promoção da Mulher 2020. Anuário estatístico da ação social, família e promoção da mulher, 2019. Acedido em: [https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao\\_638028972857719746.pdf](https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638028972857719746.pdf).

Inquérito da Secretaria Provincial da Saúde, 2023;

Secretaria Provincial dos Transportes, Inquérito ao Tráfego e à Mobilidade Urbana, 2023;

Inquérito da Secretaria Provincial da Agricultura, Pecuária e Pescas, 2023;

Inquérito da Secretaria Provincial da Educação sobre Ciência e Tecnologia, 2023;

Secretaria Provincial da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, inquérito 2023;

Administração Comunal do Inquérito Malembo, 2023;

IPA-Instituto de Pesca Artesanal - Inquérito, 2023.

UNICEF, 2016. Programa de Reforço da Proteção Social (UNICEF) acedido em: <https://www.unicef.org/angola/fortalecimento-da-proteccao-social>



[wsp.com](http://wsp.com)